



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
DA ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE DAS INSTITUIÇÕES**



**Doutorado em Desenvolvimento
e Meio Ambiente**

**Associação Plena
em Rede**



JOSÉ EDILSON DO NASCIMENTO

**ETNODESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA PIQUI DA RAMPA, VARGEM GRANDE – MA**

TERESINA/PI

2019

JOSÉ EDILSON DO NASCIMENTO

**ETNODESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA PIQUI DA RAMPA, VARGEM GRANDE – MA**

Tese apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN) como requisito a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão de Zonas Semiáridas e Ecossistemas Limítrofes.

Orientadora: Prof^a. Dra. Jaíra Maria Alcobaça Gomes

TERESINA/PI

2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Processos Técnicos

N244e Nascimento, José Edilson do
Etnodesenvolvimento e políticas públicas na comunidade
quilombola Piqui da Rampa, Vargem Grande - MA / José Edilson do
Nascimento. – 2019.
202 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de
Tecnologia, Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente,
Teresina, 2019.
Orientação: Prof^a. Dr^a. Jaíra Maria Alcobaça Gomes “

1. Comunidade Quilomba. 2. Políticas Públicas. 3. Organização
Associativa I. Título.

CDD 301.451 960 81

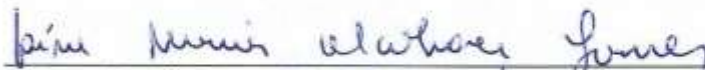
JOSÉ EDILSON DO NASCIMENTO

**ETNODESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA PIQUI DA RAMPA, VARGEM GRANDE – MA**

Tese apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN) como requisito a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão de Zonas Semiáridas e Ecossistemas Limitrofes.

Aprovada em: 20 / 09 / 2019

Banca Examinadora



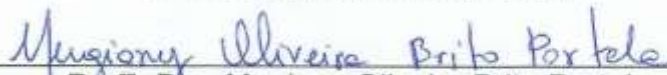
Profª. Dra. Jaíra Maria Alcobaça Gomes
Universidade Federal do Piauí / PRODEMA
Orientadora



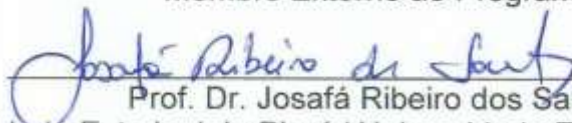
Profª. Dra. Emilianiana Barros Cerqueira
Universidade Federal do Piauí
Membro Interno (PRODEMA)



Prof. Dra. Vlândia Pinto Vidal de Oliveira
Universidade Federal do Ceará
Membro Externo (PRODEMA)



Profª. Dra. Mugiany Oliveira Brito Portela
Universidade Federal do Piauí
Membro Externo ao Programa



Prof. Dr. Josafá Ribeiro dos Santos
Universidade Estadual do Piauí / Universidade Estadual do Maranhão
Membro Externo à Instituição

Para os meus pais, Domingas do Perpétuo Socorro do Nascimento (in memorian) e Sebastião Nascimento (in memorian), minha esposa Maria Nilma Carneiro Lira do Nascimento e meus filhos Alexandre Wallyson Viana do Nascimento, José Edilson do Nascimento Filho e Danilo Jesus Carneiro Lira do Nascimento.

*Mas é preciso ter manha.
É preciso ter graça.
É preciso ter sonho sempre.
Quem traz na pele essa marca, possui a
estranha mania, de ter fé na vida.*

Milton Nascimento

AGRADECIMENTOS

A Deus, por mais este sonho realizado!

Aos meus pais, Domingas do Perpetuo Socorro do Nascimento e Sebastião Nascimento (in memoriam), que não tiveram a oportunidade de presenciar esta alegria. Valeu a pena sonhar!

À minha esposa Nilma, pelo amor, apoio, incentivo e companhia permanente.

Aos meus filhos, Alexandre, Edilson Filho e Danilo Jesus, que me proporcionam muitas alegrias e que me motivam a seguir em frente.

À minha sobrinha/irmã/filha Karenn Karollayne (Suzy), pelo incentivo constante.

Aos meus irmãos Ronaldo, Rosário, Sílvia e Francisco Carlos, que não tiveram as mesmas oportunidades.

À minha amiga e orientadora, Profa. Dra. Jaíra Maria Alcobaça Gomes, pelos ensinamentos, orientações e paciência ao longo dessa caminhada. MUITÍSSIMO obrigado!

Aos membros da banca, Profa. Dra. Ivanilza Moreira Andrade, Profa. Dra. Vlória Pinto Vidal de Oliveira, Profa. Dra. Mugiany Oliveira Brito Portela e Prof. Dr. Josafá Ribeiro dos Santos, pelas sugestões e contribuições para esta tese.

À Professora Socorro Lira (in memoriam), pelos ensinamentos e dedicação ao Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPI.

Aos professores do PRODEMA/UFPI, pelos ensinamentos e amizade. Destaco Roseli Farias de Barros, Wilza Lopes, João Batista Lopes e Antonio C. Façanha.

Aos colaboradores e amigos, José Santana da Rocha, Maridete de Alcobaça Brito, Raimundo Oliveira e Maria Adália, por estarem sempre disponíveis.

À amiga Regina Ângela Mattaraia (in memoriam), por ter dividido o sonho de fazer um doutorado.

Aos colegas da turma de 2015/2019 do PRODEMA/UFPI, pelos momentos de aprendizagem compartilhados.

À amiga Elisângela Guimarães Moura, pelas contribuições e amizade.

Aos colegas da turma de 2015/2017 do Mestrado em Desenvolvimento e Meio ambiente, especialmente à Joseane e Felipe.

Aos pesquisadores do Laboratório de Socioeconomia (LASE), especialmente aos amigos José Natanael F. de Carvalho, Emilian B. Cerqueira, João S. Filho, Jussara, Anderson, Evellyn, Carol e Vitória.

Aos amigos do PRODEMA/UFPI, por dividirmos os mesmos sonhos. Destaco os amigos Johnny Herberthy, Maurício Eduardo, Francisco Prancácio, Antonio Joaquim, Kelly Polyana e Ethyenne Bastos.

Ao Instituto Federal do Maranhão, por oportunizar o meu afastamento e pela Bolsa PROQUALIS/IFMA.

À Universidade Federal do Piauí, pela estrutura disponibilizada.

Aos dirigentes da Associação do Piqui da Rampa, Walter Santos, Edmilson Fernandes, Valdecy de Jesus da Silva, Juarez Fernandes, José Wilson Fernandes, Walteni Moraes da Silva, Francisco de Assis Fernandes e Sebastião dos Santos, por terem autorizado a realização da pesquisa e pela amizade construída.

Aos amigos e amigas da Comunidade Quilombola Piqui da Rampa, pelo acolhimento e recepção ao longo da aplicação dos instrumentos de pesquisa. Em nome de todos os moradores destaco as senhoras Maria da Paz, Rosete, Alice, Rita de Cássia, Isabel, Alice, Osmanida, Zelia, Maria Rita, Ivonete, Jaqueline, Joseane, os senhores Manoel Fernandes, Felício Fernandes, Alessandro, Genival, Orlando, Ivomar e os jovens Marcos Vinicius, Vanderleia, Valderice, Ferdinando e Waldey.

Aos amigos quilombolas Raí Fernandes e Valdenice Santos, pela ajuda na aplicação dos instrumentos de pesquisa.

Aos amigos Rubens, João Batista, Carlos, Manoel, Ribamar Lima, Valdeni, Francisco Carlos, Isidorinho e Zé Barrão, pela companhia durante as viagens para o Piqui da Rampa.

Aos amigos Leonardo Viana e Felipe Dantas, pelo auxílio na construção das representações cartográficas.

À amiga Lídia, pelas observações e correções no texto final da tese.

Aos maranhenses da UFPI, pela convivência ao longo da pós-graduação, especialmente aos amigos Claudio, Ferdinando, Fabiano, Henrique e Lucas.

À Professora Regina Muniz, pelas contribuições no meu processo de afastamento.

Aos amigos do Departamento Acadêmico de Ciências Humanas e Sociais do IFMA/Campus Monte Castelo, pelo apoio para que eu concluísse o Doutorado. Destaco os amigos Alanildo, Cristiane Pinheiro, Francisco de Assis e Rogério Abreu.

Aos amigos e amigas de Pirapemas, pela motivação e torcida de sempre.

Enfim, a todos e todas que, direta ou indiretamente, contribuíram neste trabalho.

RESUMO

A tese aborda o etnodesenvolvimento e as políticas públicas na Comunidade Quilombola Piqui da Rampa, localizada no município de Vargem Grande, Estado do Maranhão, Brasil. Esta comunidade desperta a atenção por ter obtido conquistas consideradas significativas para os seus moradores, como consequência de sua organização e representatividade associativa. Considerando-se que a comunidade teve acesso a várias políticas públicas de cunho social e produtivo, levanta-se a seguinte questão: como a organização associativa e as políticas públicas atuaram no processo de etnodesenvolvimento do Piqui da Rampa? A hipótese formulada é que a organização associativa, fortalecida pelo trabalho coletivo, foi responsável pela conquista de políticas públicas que possibilitaram a geração de trabalho e renda para as famílias da comunidade, refletindo no processo de etnodesenvolvimento e nas relações com o meio ambiente. Para o desenvolvimento da pesquisa foi definido como objetivo geral: analisar a organização socioeconômica e política da Comunidade Quilombola Piqui da Rampa e suas relações com o meio ambiente, no contexto das políticas públicas. Especificamente, busca-se: descrever o processo histórico-geográfico de ocupação da área; diferenciar os tipos de cobertura e uso da terra do Piqui da Rampa; destacar a organização associativa da comunidade; caracterizar as políticas públicas implantadas; identificar a estrutura econômica e compreender a experiência associativa do “Fundo Rotativo” do Piqui da Rampa. A análise está baseada em fontes de informações primárias e secundárias. As primárias foram obtidas por meio de técnicas e instrumentos de pesquisa de campo como a história oral, as entrevistas e a aplicação de formulários. Já as secundárias foram acessadas nas sedes e sites de órgãos públicos de acordo com a finalidade estabelecida. Constatou-se que o trabalho realizado pela Associação do Piqui da Rampa é uma consequência direta da organização e, sobretudo, da união dos moradores. Verificou-se que as políticas públicas originadas a partir do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão (PCPR-MA), do Programa Integrado do Maranhão (PRODIM) e do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP) contribuíram para o fortalecimento da agricultura familiar por meio da geração de trabalho e renda. Identificou-se a agricultura como a principal atividade econômica da Comunidade Piqui da Rampa. A produção agrícola nos campos agrícolas contribui para a conservação dos recursos naturais, uma vez que a utilização de uma mesma área por um período mais longo evita o desmatamento e a queimada de novas áreas, como ocorria antes com a prática itinerante da “roça no toco”. Os excedentes agrícolas destinados à comercialização são negociados principalmente através de programas como o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como diretamente nas feiras e mercados de Vargem Grande. Outra constatação importante foi que a função desempenhada pelo Fundo Rotativo do Piqui da Rampa ultrapassa o simples ato da doação. A sua importância está relacionada aos valores e princípios que são construídos ou realçados como a solidariedade e a reciprocidade. Portanto, comprovou-se a tese de que o processo de etnodesenvolvimento da Comunidade Quilombola Piqui da Rampa se fortalece a partir da atuação da Associação Comunitária e das transformações resultantes do acesso e da execução de políticas públicas que contemplaram a comunidade.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola. Fundo Rotativo. Políticas Públicas. Organização Associativa.

ABSTRACT

The thesis addresses ethnodevelopment and public policies in the Quilombola Piqui da Rampa Community, located in Vargem Grande, Maranhão State, Brazil. This community draws attention for having achieved significant achievements for its residents as a result of its organization and associative representativeness. Considering that the community had access to various public policies of a social and productive nature, the following question arises: How did the associative organization and public policies act in the process of ethnodevelopment of Piqui da Rampa? The hypothesis formulated is that the associative organization, strengthened by the collective work, was responsible for the achievement of public policies that allowed the generation of work and income for the families of the community, reflecting on the process of ethnodevelopment and the relations with the environment. For the development of the research was defined as a general objective: to analyze the socioeconomic and political organization of the Quilombola Piqui da Rampa Community and its relations with the environment, in the context of public policies. Specifically, it seeks to: describe the historical-geographical process of occupation of the area; differentiate the types of land cover and land use from Piqui da Rampa; highlight community membership organization; characterize the implemented public policies; identify the economic structure and understand the associative experience of the Piqui da Rampa "Revolving Fund". The analysis is based on primary and secondary sources of information. The primaries were obtained through field research techniques and instruments such as oral history, interviews and application of forms. Already the secondary ones were accessed at the headquarters and websites of public agencies according to the purpose established. It was found that the work done by the Piqui da Rampa Association is a direct consequence of the organization and, above all, of the union of the residents. It was found that public policies originated from the Maranhão Rural Poverty Alleviation Project (PCPR-MA), the Maranhão Integrated Program (PRODIM) and the Maranhense Poverty Alleviation Fund (FUMACOP) contributed to the strengthening of agriculture. through the generation of work and income. Agriculture was identified as the main economic activity of the Piqui da Rampa Community. Agricultural production in agricultural fields contributes to the conservation of natural resources, since the use of the same area for a longer period avoids deforestation and burning of new areas, as was the case before with the itinerant practice of stubble " Agricultural surpluses destined for commercialization are negotiated mainly through programs such as the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE), as well as directly at the Vargem Grande fairs and markets. Another important finding was that the function performed by the Piqui da Rampa Revolving Fund goes beyond the simple act of giving. Its importance is related to the values and principles that are built or emphasized as solidarity and reciprocity. Therefore, the thesis was confirmed that the process of ethnodevelopment of the Quilombola Piqui da Rampa Community is strengthened by the action of the Community Association and the transformations resulting from the access and execution of public policies that contemplated the community.

Keywords: Quilombola community. Rotating background. Public policy. Associative Organization.

RESUMEN

La tesis aborda el desarrollo étnico y las políticas públicas en la comunidad Quilombola Piqui da Rampa, ubicada en Vargem Grande, estado de Maranhão, Brasil. Esta comunidad llama la atención por haber logrado logros significativos para sus residentes como resultado de su organización y representatividad asociativa. Considerando que la comunidad tenía acceso a varias políticas públicas de carácter social y productivo, surge la siguiente pregunta: ¿Cómo actuaron la organización asociativa y las políticas públicas en el proceso de desarrollo etno de Piqui da Rampa? La hipótesis formulada es que la organización asociativa, fortalecida por el trabajo colectivo, fue responsable del logro de políticas públicas que permitieron la generación de trabajo e ingresos para las familias de la comunidad, reflexionando sobre el proceso de etnodesarrollo y las relaciones con el medio ambiente. Para el desarrollo de la investigación se definió como un objetivo general: analizar la organización socioeconómica y política de la Comunidad Quilombola Piqui da Rampa y sus relaciones con el medio ambiente, en el contexto de las políticas públicas. Específicamente, busca: describir el proceso histórico-geográfico de ocupación del área; diferenciar los tipos de cobertura y uso de la tierra de Piqui da Rampa; destacar la organización de membresía comunitaria; caracterizar las políticas públicas implementadas; identificar la estructura económica y comprender la experiencia asociativa del "Fondo Rotatorio" Piqui da Rampa. El análisis se basa en fuentes primarias y secundarias de información. Las primarias se obtuvieron a través de técnicas e instrumentos de investigación de campo, como historia oral, entrevistas y aplicación de formularios. Ya se accedió a los secundarios en la sede y sitios web de las agencias públicas de acuerdo con el propósito establecido. Se encontró que el trabajo realizado por la Asociación Piqui da Rampa es una consecuencia directa de la organización y, sobre todo, de la unión de los residentes. Se descubrió que las políticas públicas originadas en el Proyecto de Alivio de la Pobreza Rural de Maranhão (PCPR-MA), el Programa Integrado de Maranhão (PRODIM) y el Fondo de Alivio de la Pobreza de Maranhense (FUMACOP) contribuyeron al fortalecimiento de la agricultura. a través de la generación de trabajo e ingresos. La agricultura fue identificada como la principal actividad económica de la Comunidad Piqui da Rampa. La producción agrícola en campos agrícolas contribuye a la conservación de los recursos naturales, ya que el uso de la misma área por un período más largo evita la deforestación y la quema de nuevas áreas, como fue el caso antes con la práctica itinerante de rastrojo. " Los excedentes agrícolas destinados a la comercialización se negocian principalmente a través de programas como el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) y el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), así como directamente en las ferias y mercados de Vargem Grande. Otro hallazgo importante fue que la función realizada por el Fondo Rotatorio Piqui da Rampa va más allá del simple acto de dar. Su importancia está relacionada con los valores y principios que se construyen o enfatizan como solidaridad y reciprocidad. Por lo tanto, se confirmó la tesis de que el proceso de desarrollo etno de la Comunidad Quilombola Piqui da Rampa se ve fortalecido por la acción de la Asociación Comunitaria y las transformaciones resultantes del acceso y la ejecución de las políticas públicas que contemplaban la comunidad.

Palabras clave: Comunidad Quilombola. Fondo giratorio Políticas públicas. Organización asociativa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 1	- Etapas do processo de regularização fundiária dos quilombos.....	48
Mapa 1	- Localização da Comunidade Quilombola Piqui da Rampa, Vargem Grande – MA.....	104
Figura 1	- Distribuição espacial das classes de cobertura e do uso da terra da Comunidade Piqui da Rampa nos anos de 1997, 2007, 2017.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Eixos e ações do Programa Brasil Quilombola (2004).....	65
Quadro 2	- Componentes e tipos de projetos do PRODIM.....	78
Quadro 3	- Como foi o processo de ocupação da área?.....	112
Quadro 4	- Outros moradores que ocuparam inicialmente o território.....	115
Quadro 5	- Moradores que contribuíram para a ocupação da área.....	116
Quadro 6	- Qual a importância de Dona Henriqueta para os moradores do povoado?	118
Quadro 7	- Preocupação com os recursos naturais do Piqui da Rampa ...	127
Quadro 8	- Comportamento da Comunidade Piqui da Rampa em relação ao meio ambiente.....	129
Quadro 9	- Quais os motivos para criação da Associação do Piqui da Rampa?.....	132
Quadro 10	- Situação da comunidade antes da Associação comunitária.....	132
Quadro 11	- Envolvimento dos moradores com a Associação.....	133
Quadro 12	- Subprojetos financiados pelo PCPR-MA na Comunidade Quilombola Piqui da Rampa no Período entre 1998 e 2003.....	136
Quadro 13	- Sobre a construção das casas do Piqui da Rampa.....	137
Quadro 14	- Como as Políticas Públicas contribuíram para a melhoria de vida dos moradores do Piqui da Rampa?.....	138
Quadro 15	- Quais as Políticas Públicas que contemplaram o Piqui da Rampa?.....	139
Quadro 16	- Quais as Políticas Públicas não foram totalmente executadas?.....	147
Quadro 17	- Qual o tratamento dado ao lixo na Comunidade Piqui da Rampa?.....	151
Quadro 18	- Como ocorre a divisão e o pagamento dos sócios pelos dias trabalhados?.....	156
Quadro 19	- Diferença entre a produção nos campos agrícolas e na “roça no toco”.....	159
Quadro 20	- Sobre as bases do Fundo Rotativo.....	168

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Processos abertos e titulações de terras quilombolas efetivadas no Maranhão no período de 2004 2017.....	51
Gráfico 2	- Distribuição dos recursos financeiros de acordo com as categorias dos subprojetos comunitários executados pelo PCPR-MA.....	73
Gráfico 3	- Técnicas e práticas utilizadas pelos agricultores do Piqui da Rampa.....	128
Gráfico 4	- Periodicidade da mudança da área de cultivo.....	130
Gráfico 5	- Motivo de não integrar a Associação Comunitária e Agrícola dos Trabalhadores e Trabalhadoras Remanescentes de Quilombo Piqui da Rampa.....	134
Gráfico 6	- Políticas Públicas contempladas pelo Piqui da Rampa.....	144
Gráfico 7	- Benefícios gerados para o Piqui da Rampa a partir da introdução de políticas públicas produtivas.....	146
Gráfico 8	- Fatores que contribuem para a não efetivação das políticas públicas na Comunidade Piqui da Rampa.....	148
Gráfico 9	- Faixa etária dos chefes(as) de famílias pesquisados na Comunidade Piqui da Rampa.....	149
Gráfico 10	- Origem dos moradores do Piqui da Rampa.....	150
Gráfico 11	- Ocupação dos moradores do Piqui da Rampa.....	153
Gráfico 12	- Renda mensal dos chefes familiares membros e dos não membros da Associação Piqui da Rampa e Renda familiar da comunidade.....	155
Gráfico 13	- Problemas enfrentados pelos agricultores da Comunidade Piqui da Rampa durante a produção agrícola, 2017.....	160
Gráfico 14	- Destinação dada à produção agrícola da Comunidade Piqui da Rampa, 2017.....	161
Gráfico 15	- Dificuldades para comercializar a produção.....	165

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	- Igreja São Bartolomeu (2018), Povoado Rampa, Vargem Grande – MA.....	114
Fotografia 2	- Unidade Escolar Henriqueta Selvina Leite, Povoado Piqui da Rampa.....	118
Fotografia 3	- Área queimada no Piqui da Rampa.....	128
Fotografia 4	- Casas construídas a partir do PCPR-MA no Piqui da Rampa..	136
Fotografia 5	- Casa de farinha construída a partir do PCPR-MA no Piqui da Rampa.....	137
Fotografia 6	- Trator adquirido através do PCPR-MA pelo Piqui da Rampa...	138
Fotografia 7	- Caminhão da Comunidade Piqui da Rampa.....	141
Fotografia 8	- Área de cultivo protegido da Comunidade Piqui da Rampa.....	143
Fotografia 9	- Barragem inacabada da Comunidade Piqui da Rampa.....	146
Fotografia 10	- Prédio inacabado da Escola de Ensino Médio da Comunidade Piqui da Rampa.....	147
Fotografia 11	- Produtos agrícolas da Comunidade Piqui da Rampa.....	158
Fotografia 12	- Campo agrícola do Piqui da Rampa, 2017.....	158
Fotografia 13	- Produção agrícola do Piqui da Rampa sendo transportada para a sede do município de Vargem Grande - MA.....	164
Fotografia 14	- Ponte sobre o Riacho Paulica na estrada que liga a Comunidade Piqui da Rampa à sede do Município de Vargem Grande – MA.....	165
Fotografia 15	- Produtos da Comunidade Piqui da Rampa com o Selo Quilombos do Maranhão.....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Processos abertos por regiões requerendo a titulação de terras quilombolas no período de 2004 a 2017.....	49
Tabela 2	- Processos abertos por estados do Nordeste requerendo a titulação de terras quilombolas no período de 2004 a 2017.....	49
Tabela 3	- Número de terras tituladas nas Unidades Federativas do Brasil no período de 2004 a 2017.....	50
Tabela 4	- Despesas orçadas para o atendimento das populações negras e quilombolas no período de 2002 a 2011.....	67
Tabela 5	- Despesas executadas e pagas visando o atendimento das populações negras e quilombolas no período de 2002 a 2011..	68
Tabela 6	- Valores orçados e despesas executadas e pagas pelo Programa Brasil Quilombola no período de 2005 a 2011.....	69
Tabela 7	- Metas, propostas apresentadas, subprojetos aprovado e percentual de aprovação em relação às metas definidas pelo PCPR-MA.....	72
Tabela 8	- Subprojetos financiados pelo PCPR-MA para as Comunidades Quilombolas.....	74
Tabela 9	- Orçamento do PRODIM no período de 2006 a 2009.....	79
Tabela 10	- Famílias beneficiadas pelo PRODIM no período de 2006 a 2009.....	80
Tabela 11	- Orçamento da Política de Economia Solidária nos Planos Plurianuais 2004-2007; 2008-2011 e 2012-2015.....	95
Tabela 12	- Áreas e percentuais das classes de cobertura e do uso da terra da Comunidade Piqui da Rampa nos anos de 1997, 2007 e 2017.....	125
Tabela 13	- Projetos financiados pelo PRODIM que beneficiaram a Comunidade Quilombola Piqui da Rampa no período entre 2004 e 2008.....	140
Tabela 14	- Número de pessoas por família na comunidade Piqui da Rampa, 2017.....	150
Tabela 15	- Número de dias trabalhados por semana e dias trabalhados	

	em prol da Associação do Piqui da Rampa.....	154
Tabela 16	- Principais fontes de rendas das famílias do Piqui da Rampa, 2017.....	155
Tabela 17	- Balanço dos convênios estabelecidos entre o PAA/CONAB e Associação Piqui da Rampa no período entre 2010 e 2017.....	163
Tabela 18	- Recursos captados pela Associação do Piqui da Rampa nos anos entre 2014 a 2017.....	170
Tabela 19	- Empréstimos ou doações realizados pelo Fundo Rotativo Solidário do Piqui da Rampa nos anos entre 2014 a 2017.....	171

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA	- Associação Brasileira de Antropólogos
ACATTRQPR	- Associação Comunitária e Agrícola de Trabalhadores e Trabalhadoras Remanescentes de Quilombo Piqui da Rampa
ADCT	- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANTEAF	- Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
ASA	- Articulação do Semiárido
ASQ	- Agenda Social Quilombola
ATER	- Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola
AUDEES	- Asociación Uruguaya de Empreendimientos de Economía Solidaria
BIRD	- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	- Banco do Nordeste do Brasil
CAAE	- Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CADSOL	- Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
CadÚnico	- Cadastro Único para Programas Sociais
CAF	- Casa da Agricultura Familiar
CBERS	- China-Brazil Earth-Resources Satellite
CCN	- Centro de Cultura Negra
CDA- BA	- Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia
CEB's	- Comunidades Eclesiais de Base
CECOCESOLA	- Central de Cooperativas de Comercio y Servicio Solidario
CEP	- Comitê de Ética em Pesquisa
CERIS	- Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
CESE	- Coordenação Ecumênica de Serviço
CMDRS	- Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNCD	- Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNES	- Conselho Nacional de Economia Solidária
CNPIR	- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
COLACOT	- Confederación Latinoamericana de Cooperativas de Trabajadores
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERVAG	- Cooperativa Agroextrativista dos Pequenos Produtores Rurais de Vargem Grande
CRQ	- Comunidade Remanescente de Quilombo
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
DAP	- Declaração de Aptidão ao Pronaf
DFQ	- Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas
DPU	- Defensoria Pública da União
ES	- Economia Solidária

EUA	- Estados Unidos da América
FASE	- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBES	- Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FCP	- Fundação Cultural Palmares
FIPIR	- Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial
FJP	- Fundação João Pinheiro
FLACSO	- Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales
FRS	- Fundo Rotativo Solidário
FSM	- Fórum Social Mundial
FUMAC	- Fundo Municipal de Apoio Comunitário
FUMACOP	- Fundo Maranhense de Combate a Pobreza
FUMAC-P	- Fundo Municipal de Apoio Comunitário Piloto
GPS	- Sistema de Posicionamento Global
GTI	- Grupo de Trabalho Interministerial
ha	- Hectare
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDATERRA-MS	- Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMESC	- Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INTERBA	- Instituto de Terras da Bahia
IPCN	- Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERJ	- Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
ITERMA	- Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
ITERPA	- Instituto de Terras do Pará
ITESP	- Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LOA	- Lei Orçamentária Anual
MA	- Maranhão
MCCH	- Maquita Cushinchic
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
MinC	- Ministério da Cultura
MIS	- Sistemas de monitoramento e informação
MJ	- Ministério da Justiça
MNU	- Movimento Negro Unificado
MST	- Movimento Sem Terra
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego

NEPE	- Núcleo de Programas Especiais
NESOL	- Núcleo de Economia Solidária
NESS	- Espaço Nacional de Economia Social y Solidária
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONGs	- Organizações não governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PAC's	- Projetos Alternativos Comunitários
PAJ	- Procedimento de Assistência Jurídica
PBF	- Programa Bolsa Família
PBQ	- Programa Brasil Quilombola
PCPR	- Projeto de Combate a Pobreza Rural
PDDE	- Programa Dinheiro Direto na Escola
Pe.	- Padre
PESD	- Programa Economia Solidária em Desenvolvimento
PIB	- Produto Interno Bruto
PMQ	- Programa Maranhão Quilombola
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNB	- Produto Nacional Bruto
PNDH	- Programa Nacional de Direitos Humanos
PNLD	- Programa Nacional do Livro Didático
PNPIR	- Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	- Planos Plurianuais
PROCAMPO	- Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRODIM	- Programa Integrado do Maranhão
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB	- Programa Saúde Bucal
PSF	- Programa Saúde da Família
RENACC	- Red Nacional de Comercialización Comunitaria
RS	- Rio Grande do Sul
RTID	- Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SAAP	- Serviço de Análise e Assessoria de Projetos
SAF	- Secretaria da Agricultura Familiar
SAGRIMA	- Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Maranhão
SEAGRO	- Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento
SEDAGRO	- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
SEDES-MA	- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Maranhão

SEHAF – RJ	- Secretaria de Estado de Habitação e Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro
SEHDIPOP	- Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular
SEIR	- Secretarias de Igualdade Racial
SENAES	- Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPLAN	- Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
SEPPIR	- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SIES	- Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária
SMDH	- Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos
SPU	- Secretaria do Patrimônio da União
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEMA	- Universidade Estadual do Maranhão
UFPI	- Universidade Federal do Piauí
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	- Universidade de São Paulo
UTM	- Universal Transversa de Mercator

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	24
2 REFERENCIAL TEÓRICO	29
2.1 Formação da identidade quilombola	29
2.1.1 Uma discussão conceitual e histórica sobre “Quilombos”.....	29
2.1.2 Construção da identidade quilombola.....	36
2.2 Um debate sobre a questão territorial	41
2.2.1 Territórios e territorialidades.....	41
2.2.2 Territorialidade quilombola e o processo de reconhecimento e titulação dos “quilombos”.....	45
2.3 Políticas públicas e as Comunidades Quilombolas	52
2.3.1 O papel das políticas públicas para a redução das desigualdades sociais.....	52
2.3.2 Políticas públicas para as comunidades quilombolas brasileiras.....	59
2.3.3 Iniciativas de políticas públicas no âmbito do Estado do Maranhão que contemplaram as populações quilombolas.....	70
2.4 Uma discussão epistemológica a partir do desenvolvimento e do etnodesenvolvimento	81
2.4.1 Mas o que é o desenvolvimento?.....	81
2.4.2 O etnodesenvolvimento como estratégia de desenvolvimento.....	85
2.5 A Economia Solidária e os Fundos Rotativos Solidários no Brasil ..	89
2.5.1 Uma discussão conceitual e histórica sobre a Economia Solidária.....	89
2.5.2 A importância social dos Fundos Rotativos Solidários.....	96
3 METODOLOGIA	101
3.1 Delimitação da área de estudo	101
3.2 Fontes de Informações	105
3.2.1 Fontes Secundárias.....	105
3.2.2 Fontes Primárias.....	107
3.2.2.1 Técnicas de coleta de pesquisa.....	108
3.3 Análises das Informações	110
4 HERANÇA QUILOMBOLA E A QUESTÃO DA TITULAÇÃO DAS TERRAS	112

4.1	Processo histórico de ocupação do território.....	112
4.2	A busca pelo título de propriedade do território quilombola da Rampa.....	120
5	POLÍTICAS PÚBLICAS PRODUTIVAS E O ETNODESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA PIQUI DA RAMPA.....	122
5.1	Cobertura e uso da terra.....	122
5.2	Organização associativa da comunidade Piqui da Rampa.....	130
5.3	Políticas Públicas Implantadas na comunidade.....	135
5.3.1	Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão (PCPR-MA).....	135
5.3.2	Programa Integrado do Maranhão (PRODIM).....	140
5.3.3	Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP).....	142
5.4	Perfil socioeconômico.....	148
5.4.1	Trabalho e renda.....	152
5.5	Produção e comercialização dos excedentes agrícolas.....	157
5.6	Fundo Rotativo: autofinanciamento solidário.....	167
6	CONCLUSÃO.....	173
	REFERÊNCIAS.....	177
	APÊNDICES.....	194
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE HISTÓRIA ORAL.....	195
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	196
	APÊNDICE C - FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO.....	198

1 INTRODUÇÃO

O processo de formação cultural e socioeconômica do Brasil resultou da influência de um significativo número de matrizes étnicas (indígena, negra e branca), as quais foram determinantes no processo de organização e desenvolvimento do país. Porém, poucas pesquisas empreendidas no âmbito da Pós-graduação brasileira registram com a mesma riqueza de detalhes a contribuição e peculiaridades, sobretudo das etnias negra e indígena.

Todavia, é importante reconhecer e valorizar as experiências desenvolvidas por comunidades constituídas por essas etnias. Neste sentido, destaca-se o caso da Comunidade Quilombola Piqui da Rampa, que desperta a atenção por ter obtido conquistas consideradas significativas para os seus moradores através de políticas públicas, como resultado de sua organização e representatividade associativa. A representação política da referida comunidade, bem como o gerenciamento da produção de tudo que é obtido coletivamente, é feito através da Associação Comunitária e Agrícola de Trabalhadores e Trabalhadoras Remanescentes de Quilombo Piqui da Rampa (ACATTRQPR). Esta associação foi criada em 31 de julho de 2016, a partir da junção da Associação Comunitária do Povoado Piqui e da Associação de Mulheres Negras do Povoado Piqui.

Tornar-se importante ressaltar que o interesse em realizar este estudo surgiu a partir de uma conversa com professores da rede pública estadual e municipal de Pirapemas que ao retornarem de uma visita ao Quilombo Piqui da Rampa, juntamente com seus alunos, relataram algumas histórias sobre a comunidade que nos despertaram muitas curiosidades. A organização, o trabalho coletivo, a produção nas hortas e a festa comunitária da farinha realizada anualmente foram alguns dos temas daquela conversa.

O Piqui da Rampa é uma das comunidades que compõem o Território Quilombola da Rampa (antiga Gleba da Rampa), cuja extensão compreende uma área de 6.418,02 hectares. As terras deste território estão distribuídas entre os municípios maranhenses de Cantanhede, Pirapemas e Vargem Grande. Além do Piqui da Rampa, outras dezessete comunidades (Bom Bilhete, Caetano, Canzal, Clementina, Deserto, Flor da Rampa, Gameleira, Mambira, Morada Nova, Olho d'Água, Prata, Primavera, Rampa, Salobro, Santa Severa, São Benedito e São Joaquim) compõem o referido território.

Destaca-se que a ocupação dos territórios por comunidades quilombolas é caracterizada por um regime diferenciado da condição de propriedade privada, pois os elementos de exploração e utilização da terra estão relacionados às influências culturais, as quais lhes remetem para uma consciência social coletiva (ALVISI; BENITEZ, 2013).

Deste modo, compartilha-se com a definição de território que o associa a uma “porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como lugar em que os seus membros encontrarão permanentemente as condições e os meios materiais de sua existência” (HAESBAERT, 2011, p. 47).

Igualmente, adota-se a definição de quilombos estabelecida por O’Dwyer (2002; 2010), que os caracteriza como grupos que desenvolvem práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. Neste sentido, a Fundação Cultural Palmares – FCP (2018) define os quilombolas como “descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos”.

De acordo com a FCP (2018), existem certificadas no Brasil duas mil, quinhentos e quarenta e sete (2.547) Comunidades Remanescentes de Quilombos. Deste total, o Estado do Maranhão apresenta o segundo maior número de comunidades com quinhentos e onze (511), sendo superado somente pelo estado da Bahia que soma seiscentos e dezenove (619) unidades. O Piqui da Rampa foi certificado como Comunidade Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 2010.

Os Remanescentes das Comunidades dos Quilombos são aqueles grupos étnico-raciais, segundo critérios de autodefinição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (INCRA, 2018).

A regulamentação dos procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, ocorreu mediante a publicação do Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003).

Embora seja evidenciada a importância do Decreto 4.887/2003 para que muitas áreas brasileiras sejam reconhecidas como Comunidades Remanescentes de Quilombos, ainda persistem fatores de natureza política, administrativa e financeira que impõem dificuldades para que os direitos previstos no referido instrumento legal sejam consolidados, sobretudo em relação à titulação das terras. Estas dificuldades são refletidas no baixo número de titulações concretizadas. Neste sentido, destaca-se que no período entre 2004 e 2017, foram realizadas somente 135 titulações de comunidades quilombolas, representando somente 8% do total de processos abertos no país.

Vale destacar que os moradores do Piqui da Rampa, assim como das demais comunidades que integram o Território Quilombola da Rampa, possuem a posse, mas não o título de propriedade da terra. Assim, com base no referido decreto e com a finalidade de adquirirem a titulação das terras que historicamente pertenceram as suas famílias, as associações das comunidades Piqui da Rampa, São Joaquim, Rampa e Caetano passaram a requerer o título de propriedade junto ao INCRA, algo que se estende desde o ano de 2005.

A atuação da Associação Comunitária e Agrícola de Trabalhadores e Trabalhadoras Remanescentes de Quilombo Piqui da Rampa e o reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo permitiram que os moradores da comunidade tivessem acesso a várias políticas públicas de cunho social e produtivo, dentre as quais citamos a construção de moradias, a energia elétrica, as melhorias das vias de acesso, a casa de farinha, o centro de inclusão digital, o poço artesiano, o projeto de aquisição de materiais, produtos e equipamentos para irrigação, o projeto cultivo protegido de hortaliças – telados, o projeto de construção de barragem, o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Também, foi possibilitado aos moradores da comunidade a participação em cursos e treinamentos promovidos por instituições e órgãos públicos, a exemplo do curso para capacitação dos agricultores familiares em produção em telados promovido pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Governo do Maranhão, visando instrumentalizar os moradores para a obtenção de maiores ganhos na produção e na utilização dos recursos naturais.

A constituição do Fundo Rotativo Solidário (FRS) do Piqui da Rampa através da Associação Comunitária é outro acontecimento relevante no processo de desenvolvimento da comunidade. Assim, desde a sua constituição as famílias da

comunidade passaram a recorrer ao referido fundo para terem os seus problemas solucionados ou amenizados.

Ressalta-se que os FRSs são caracterizados como instrumentos de finanças solidárias direcionados às comunidades que, a partir da autogestão, criam uma poupança voluntária, onde parte dos recursos é aplicada na solução de problemas que afetam os próprios membros da comunidade. As relações democráticas, participativas e solidárias compõem as bases destes fundos (SANTOS FILHO *et al.*, 2012).

Considerando a importância do etnodesenvolvimento para este estudo, compartilha-se do entendimento que o caracteriza como uma estratégia onde “uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses” (STAVENHAGEN, 1985).

Diante disso, questiona-se: como a organização associativa e as políticas públicas tem atuado no processo de etnodesenvolvimento da Comunidade Quilombola Piqui da Rampa?

A hipótese formulada é que a organização associativa, fortalecida pelo trabalho coletivo, foi responsável pela conquista de políticas públicas que possibilitaram a geração de trabalho e renda para as famílias da comunidade, refletindo no processo de etnodesenvolvimento e nas relações com o meio ambiente.

Deste modo, o objetivo geral é analisar a organização socioeconômica e política da Comunidade Quilombola Piqui da Rampa e suas relações com o meio ambiente, no contexto das políticas públicas. Especificamente, busca-se: descrever o processo histórico-geográfico de ocupação da área; diferenciar os tipos de cobertura e uso da terra do Piqui da Rampa; destacar a organização associativa da comunidade; caracterizar as políticas públicas implantadas; identificar a estrutura econômica e compreender a experiência associativa do “Fundo Rotativo” do Piqui da Rampa.

A tese está estruturada em 4 capítulos, além desta Introdução e da Conclusão. O segundo capítulo corresponde ao Referencial Teórico. Neste são apresentadas e discutidas as categorias quilombo, identidade quilombola, território, territorialidade quilombola, políticas públicas, desenvolvimento, etnodesenvolvimento, Economia Solidária e os Fundos Rotativos Solidários. O capítulo três traz a Metodologia e os procedimentos adotados, assim como a

delimitação e os aspectos geográficos da área de estudo. O quarto capítulo caracteriza a herança quilombola do Piqui da Rampa a partir do resgate histórico de ocupação do território e a busca pelo título de propriedade da terra. O quinto capítulo, Políticas públicas produtivas e o etnodesenvolvimento da Comunidade Quilombola Piqui da Rampa, corresponde aos resultados da pesquisa. Estes estão apresentados a partir dos subtítulos “cobertura e uso da terra”; “organização associativa”; “políticas públicas implantadas”; “perfil socioeconômico da comunidade”; “produção e comercialização dos excedentes agrícolas” e o “fundo rotativo”. Finaliza-se com as referências e os apêndices.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção trata das categorias de análises utilizadas nesta pesquisa. Deste modo, inicia-se com uma discussão sobre a formação da identidade quilombola, destacando-se a questão conceitual e histórica sobre os quilombos, assim como a própria construção da identidade quilombola. Apresenta-se também a temática territorial, dando ênfase para o território, as territorialidades quilombolas e o processo de reconhecimento e titulação dos quilombos. Destaca-se o papel das políticas públicas para a redução das desigualdades sociais, enfatizando-se as destinadas às comunidades quilombolas brasileiras e as iniciativas no âmbito do Estado do Maranhão. Ressalta-se o etnodesenvolvimento como estratégia de desenvolvimento. Trata-se, ainda, da Economia Solidária e a importância dos Fundos Rotativos Solidários.

2.1 Formação da identidade quilombola

Na busca do melhor entendimento das questões que permeiam as comunidades quilombolas existentes no Brasil e com a finalidade de compreender o tema, faz um resgate histórico destacando os conceitos, a luta pelo reconhecimento e a construção da identidade quilombola.

2.1.1 Uma discussão conceitual e histórica sobre “Quilombos”

A compreensão da identidade quilombola brasileira perpassa pelo entendimento dos diferentes sentidos apresentados pelo termo “Quilombo”, haja vista que este abarca uma variedade de situações que transcende à definição estabelecida pelo Conselho Ultramarino, de 1740, em virtude da consulta feita pelo rei de Portugal, a qual considerava como quilombo “toda a habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”.

Nesta definição, tem cinco elementos, os quais são caracterizados como:

- O primeiro é a fuga, isto é, a situação de quilombo sempre estaria vinculada a escravos fugidos;
- O segundo é que quilombo sempre comportaria uma quantidade mínima de “fugidos”, que tem que ser exatamente definida – e nós vamos verificar

como é que ocorrem variações desta quantidade no tempo -, e em 1740, o limite fixado correspondia a “que passem de cinco”;

O terceiro consiste numa localização sempre marcada pelo isolamento geográfico, em lugares de difícil acesso e mais perto de um mundo natural e selvagem do que da chamada “civilização[...]”;

O quarto elemento refere-se ao chamado “rancho”, ou seja, se há moradia habitual, consolidada ou não, enfatizando as benfeitorias porventura existentes;

E o quinto seria essa premissa: “nem se achem pilões nele”. O que significa “pilão” neste contexto? O pilão, enquanto instrumento que transforma o arroz colhido em alimento, representa o símbolo do autoconsumo e da capacidade de reprodução (ALMEIDA, 2011, p. 59).

Conforme o mesmo autor, estes elementos permaneceram nas definições de quilombo que surgiram posteriormente, havendo alguns deslocamentos de variação e intensidade entre eles mesmos.

Contrapondo-se ao argumento de que os quilombos estavam localizados em áreas isoladas, utiliza-se como exemplo o caso de quilombos maranhenses, os quais persistiram durante décadas e que foram favorecidos pelas condições ecológicas e pelas relações com a sociedade envolvente, comercializando ouro e produtos de suas roças. Deste modo, rechaça-se a ideia de isolamento dos quilombos, defendendo que

[...] longe de serem comunidades isoladas, os quilombos viviam em uma complexa rede de comunicações com a sociedade escravista, que lhes fornecia bens materiais e informações sobre as entradas. Mantinham contatos permanentes com os escravos nas fazendas. Chegaram, em alguns casos, a trabalhar para fazendeiros em precisão de braços. Trocavam ou vendiam produtos de suas roças (fumo e algodão) à população livre (ASSUNÇÃO, 1996, p. 459).

Almeida (2011) cita o caso do quilombo maranhense de Frechal, o qual estava localizado a cem metros da casa grande, o que contraria a defesa dos elementos históricos utilizados naquela definição, sobretudo no que se refere ao isolamento e a fuga. São destacadas, ainda, situações em que os quilombos estavam localizados nas próprias senzalas, representados por formas de produção autônoma dos escravos que poderiam ocorrer, sobretudo em épocas de decadência de ciclos econômicos, fossem agrícolas ou de mineração.

Considerando o caráter restritivo da definição supracitada e por não abranger a variedade de situações existentes no país dos territórios que se auto definem como quilombolas, Arruti (2006, p. 244) argumenta que “a definição histórica de quilombos está associada a uma legislação repressiva, de origem colonial, que para ser eficaz, se fazia genérica e exterior àquelas a quem se designava situação bastante distinta da que vivemos hoje”.

Neste sentido, defende-se o abandono das ideias baseadas no isolamento geográfico e da construção de quilombos apenas a partir da fuga, haja vista que muitos territórios quilombolas atuais se constituíram mediante a construção de sua autonomia produtiva, da identidade étnica e territorial. Assim, muitos quilombos foram formados a partir da ocupação de terras livres, por heranças e/ou doações, pelo recebimento de terras como pagamento de serviços prestados, pela simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades, bem como pela compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravista quanto após a sua abolição (PADILHA; NASCIMENTO, 2013).

Corroborando com a ideia de que as comunidades quilombolas foram constituídas de diferentes formas, há defesas que estabelecem que:

Algumas tinham como antecedentes a compra de terras por ex-escravos após a falência de uma fazenda ou a compra por escravos libertos, doações de antigos senhores, terras concedidas a escravos que haviam servido ao exército ou terras cedidas por ordens religiosas. Mas apesar dessas diferentes origens essas populações possuíam em comum a “negritude”, a exploração da terra e o fato da grande maioria não possuir escritura oficial ou documentos que corroborassem a propriedade da terra (LIFSCHITZ, 2011, p. 41).

A ausência da temática quilombola na legislação brasileira contribuía para dificultar a caracterização correta das comunidades quilombolas, haja vista que durante um longo período esta tema foi omitido e até mesmo negado, uma vez que se imaginava que com a abolição da escravatura o quilombo, automaticamente, desapareceria ou que não teria mais razão de existir. Deste modo, os textos constitucionais silenciaram sobre a relação entre os ex-escravos e a terra, principalmente no que tange ao símbolo de autonomia produtiva representado pelos quilombos (ALMEIDA, 2011).

O texto constitucional de 1988 representou um grande avanço para o reconhecimento das populações negras do país ao estabelecer no Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 2014, p. 157).

Mediante a presença da temática quilombola na supracitada Constituição, Treccani (2006) argumenta que os chamados “Remanescentes” correspondem a uma categoria jurídica e antropológica nova, o que origina, conseqüentemente, várias dificuldades de interpretação, pois, antes da Constituição Federal de 1988,

não era utilizada nem pelos grupos sociais interessados, nem pelos historiadores, ou pelos antropólogos e demais cientistas sociais. Assim, a referida denominação busca definir estes grupos sociais pelo que eles já não são mais, permanecendo somente algumas lembranças e alguns vestígios.

Vale destacar que a presença do tema quilombola no referido documento legal resultou de um longo processo reivindicatório promovido por movimentos negros da cidade e do meio rural. Deste modo, sugere-se que as reivindicações promovidas pelos movimentos negros e setores progressistas da sociedade, como parte das reflexões sobre o Centenário da Abolição da Escravidão no País, levadas à Assembleia Constituinte de 1988, favoreceram a aprovação dos dispositivos constitucionais, os quais são concebidos como uma espécie de compensação e reparação à opressão imposta historicamente aos descendentes de africanos. Assim, a referida Assembleia veio

restabelecer o Estado de Direito sobre novas bases. Essas novas bases decorreram da incorporação de sujeitos sociais e de direitos. Os negros adquirem com ela uma condição plena de direitos e passam a ser citados e incorporados à concepção de Nação. A Constituição lhes dá garantia da posse e do usufruto das riquezas do solo, do subsolo e das terras nas quais exercem uma ocupação há sucessivas gerações (LEITE, 2008, p. 970).

A partir da concessão de tais direitos a este segmento da população, conforme Silva (1997, p. 53), passou a ser necessário estabelecer uma “nova arquitetura teórica, que confirme a existência de um Estado pluriétnico no Brasil, cujo compromisso-limite reside na Constituição enquanto Lei fundamental da nação, reconhecidora e garantidora das diferenças étnicas que a caracterizam enquanto tal”.

A Convenção nº 169, que trata sobre os povos indígenas e tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada durante a 76ª Conferência Internacional do Trabalho realizada em Genebra em junho de 1989, passou a exercer importante papel ao estabelecer que os direitos de propriedade e posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados deveriam ser reconhecidos. Esta convenção representa um importante marco, pois é o primeiro instrumento internacional que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais.

No Brasil, o teor da Convenção nº 169 foi aprovado por meio do Decreto Legislativo nº 143/2002 e promulgado pelo Decreto Presidencial nº 5.051, de 19 de

abril de 2004. Ressalta-se que as comunidades quilombolas estão inseridas no contexto dos povos tribais (OIT, 2011).

Deste modo, o termo quilombo se desloca cada vez mais da referência histórica, passando a ser utilizado como símbolo de resistência pelo movimento negro e por ativistas culturais. Destaca-se que desde as últimas décadas do século XX o quilombo retorna à vida política de maneira inédita: não mais como referência histórica, nem como símbolo político, mas como um direito que abria a possibilidade de acesso a terra para as populações afrodescendentes.

Partindo do princípio de que se trata de um novo cenário de reconhecimento, entende-se que certas demandas sobre a caracterização das comunidades são feitas ou traduzidas com base em estereótipos ou enquadramentos que não correspondem a suas realidades. Nesta direção, faz sentido supor que,

[...] muito embora a expressão “remanescentes das comunidades dos quilombos” tenha sido cunhada como categoria jurídica geradora de direitos, esse reconhecimento não suprime a possibilidade de problematizá-la no quadro das dificuldades decorrentes do próprio processo de sua interpretação (CHAGAS, 2001, p. 215).

Deste modo, o quilombo como um direito constitucional passou a ser utilizado para abranger um conjunto muito amplo de práticas, experiências, atores e significados nem sempre coincidentes, ampliando-se para um conjunto incalculável de situações decorrentes dos mais diversos modos de reação às formas de dominação instituídas pelo processo colonial escravista (LEITE, 2008).

Contestando o caráter residual e de isolamento presente no conceito de quilombo e fazendo referência ao documento elaborado em 1994 pela Associação Brasileira de Antropólogos (ABA), por meio do Grupo de Trabalho sobre Terra de Quilombo, argumenta-se que:

[...] o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. [...] No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade (O'DWYER, 2002, p. 2).

Assim, ao contrário do que o termo “remanescente” possa sugerir com referência às sobras e restos de um passado sempre ressuscitado, essa forma de identificação é utilizada no presente com o propósito de fortalecer a ação coletiva em defesa do território que ocupam e na garantia da reprodução de seu modo de vida característico (O'DWYER, 2011).

Para Oliveira (2012), a noção simplificada dos remanescentes de quilombos como resquícios de uma identidade e de uma cultura que não existe mais deve ser deixada de lado e, conseqüentemente, trocada pela visão de que estes formam um grupo social arraigado em um território, na sua história e de seus descendentes, dando origem a um sentimento de pertencimento e de interdependência.

Entendendo-se o que sobrou como residual, isto é, aquilo que restou, ou, ainda, aquilo que já foi, argumenta-se que se deveria trabalhar com o conceito de quilombo considerando o que ele é no presente. Para tanto, faz-se uso do seguinte argumento:

Não é discutir o que foi, mas sim discutir o que é e como esta autonomia está sendo construída historicamente. Aqui haveria um corte nos instrumentos conceituais necessários para se pensar a questão de quilombo, porquanto não se pode continuar a trabalhar com uma categoria histórica acrítica e com a definição fossilizada de 1740. Faz-se mister trabalhar com os deslocamentos ocorridos nesta definição e com o que de fato é, incluindo-se neste aspecto objetivo a representação dos agentes sociais envolvidos (ALMEIDA, 2011, p. 64).

Levando-se em consideração a origem aguerrida dos quilombos e a luta histórica pela conquista de direitos por parte dos quilombolas, resgata-se a definição que caracteriza, tradicionalmente, o quilombo como uma organização sócio-política na qual se deu a luta e a resistência contra o sistema escravocrata (MOURA, 1986).

Trecanni (2006) destaca que o sentido etimológico da palavra “quilombo” é de origem Banta¹, sendo este modificado a cada tempo e que ele seria caracterizado como um verdadeiro acampamento guerreiro na floresta. Esta característica seria a responsável pela popularização do termo no Brasil. Assim, argumenta-se que:

A palavra “quilombo”, que em sua etimologia bantu quer dizer acampamento guerreiro na floresta, foi popularizada no Brasil pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos, para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no País. Essa palavra

¹ Os bantos formam um grupo étnico africano que habitam a região da África Subsaariana.

teve também um significado especial para os libertos, em sua trajetória, conquista e liberdade, alcançando amplas dimensões e conteúdos (LEITE, 2008, p. 965).

Registra-se que os quilombos ou as comunidades remanescentes de quilombos lutam não mais contra a escravidão, mas sim pela conquista de seus territórios e de políticas públicas que contribuam para que tenham melhorias nas suas vidas.

Assim, o quilombo assume um papel importante nas lutas dos negros, sobretudo nas suas reivindicações por cidadania ao longo da história. A sua dinâmica revela que o conjunto de transformações por ele engendrado transcende o que convencionalmente tem sido tratado como agenda política exclusiva do movimento social. As transformações que o quilombo instaura são muito mais amplas e, portanto, de cunho eminentemente identitário. Ressalta-se que o quilombo continua representando insurgência, mais do que acomodação e apaziguamento. Sendo que a ressemantização do termo quilombo é o resultado de um longo período de luta, o qual é traduzido em princípios de liberdade e cidadania (LEITE, 2008).

A ressemantização do conceito de “quilombo” trouxe como consequência uma redefinição da condição de remanescente de quilombo configurada como a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizada para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico. Essas comunidades desenvolveram ao longo do tempo práticas culturais e modos de vida o que contribuiu para a consolidação de laços de pertencimento com seus territórios. Logo, esta recriação busca contemplar as diferentes realidades das comunidades negras existentes no país e que nem sempre apresentam características coincidentes com as que marcaram os antigos quilombos. Deste modo, defende-se que:

[...] o termo Quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo “ressemantizado” para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil (O'DWYER, 2008, p. 10).

Esta nova ressemantização tem influenciado muitas áreas habitadas por populações negras do país a se declararem como quilombos com a finalidade de terem garantido o preceito constitucional, o qual possibilita a titulação das terras historicamente ocupadas por elas. Ressaltando-se que contribui para a

caracterização das mesmas enquanto áreas quilombolas o fato de estas apresentarem histórias de lutas ou resistências para a manutenção das suas riquezas culturais (REIS, 2004).

Portanto, considerando-se a existência das várias definições de quilombo, compartilha-se com aquela que objetiva abranger e valorizar a diversidade das comunidades negras existentes no país. Deste modo, procura-se ir muito além tanto da restritiva definição histórica quanto da definição que associa os quilombos a resíduos e/ou sobras. Além disso, entende-se que a autodeclaração deve ser o principal instrumento para que as comunidades quilombolas brasileiras sejam reconhecidas e respeitadas como tais e, conseqüentemente, possam ter os seus direitos constitucionais assegurados.

2.1.2 Construção da identidade quilombola

Há três tipos diferentes de identidade, a do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. Assim, defende-se que:

O sujeito do iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do “eu” era a identidade de uma pessoa.

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que esse núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, os sentidos e os símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava [...]. De acordo com esta visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na “interação” entre o “eu” e a sociedade.

[...] sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel” [...]. É definida historicamente, não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (HALL, 2015, p. 10).

Deste modo, a identidade é algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não como algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, estando sempre em formação. Assim, em vez de falar da identidade como algo acabado, dever-se-ia falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. É necessário compreender que a

identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, sendo que a identificação não é automática, podendo ser adquirida ou perdida. Como consequência, esse processo pode ser caracterizado como uma mudança de uma política de identidade para uma política de diferença (HALL, 2015).

Nesta perspectiva, Reis (2004, p. 15) argumenta que “a identidade é um constante vir a ser, é impulsionada e ao mesmo tempo delimitada pelo *lócus societário*, numa constante tensão entre a transformação e a conservação”.

Para Woodward (2014), a construção da identidade é algo tanto simbólico quanto social, sendo que, na luta para afirmar as diferentes identidades, pode haver algumas causas e consequências até mesmo materiais.

Destarte, a identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas com as quais se vive. A identidade pode ser entendida como a interseção de vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação (RUTHERFORD, 1990).

Bauman (2005) defende que a identidade nasce a partir da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a lacuna entre o “deve” e o “é” para erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia. O autor prossegue afirmando que “a identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo uma recusa a ser devorado” (Ibid., p. 83).

A identidade deve ser compreendida, ainda, como produto dos processos históricos e relacionais, ou seja, da formação de cada território num contexto de relações sociais com o ambiente externo à vida em sociedade. Desta forma, configura-se num patrimônio territorial a ser preservado e valorizado pelos atores envolvidos diretamente na sua constituição histórica e por outras pessoas que podem ‘viver’ esse patrimônio (SAQUET; BRISKIEVCZ, 2009; SAQUET, 2014). Portanto, a identidade significa uma proposta dialética que envolve pessoas e relações econômicas, culturais e políticas sem descolamento da natureza e do território. Ela contém, evidentemente, relações afetivas e de pertencimento (SAQUET, 2017).

Neste contexto, destaca-se o caso da identidade étnica, que é definida não pelo tamanho ou número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória e da continuidade enquanto grupo (O'DWYER, 2008).

Ressalta-se que o fato da identidade étnica ser criada, recriada ou inventada não significa que esta seja inautêntica ou que os atores que a reivindicam possam ser acusados de má-fé (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011). Deste modo, torna-se interessante reconhecer que:

embora as categorias étnicas tomem em consideração as diferenças culturais, não podemos deduzir disso uma simples relação de um para um entre as unidades étnicas e as semelhanças e diferenças culturais. As características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças “objetivas”, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significantes (BARTH, 2011, p. 194).

As diferenças culturais adquirem um elemento étnico não como modo de vida exclusivo e tipicamente característico de um grupo, mas a partir do momento que são percebidas como importantes e socialmente relevantes para os próprios atores sociais. Destaca-se que as diferenças entre os grupos só servem para a diferenciação étnica quando representam marcadores de uma filiação compartilhada ou, melhor dizendo, é a crença na origem comum que substancializa e naturaliza os atributos, tais como cor, a língua, a religião, a ocupação territorial e fazem-nas percebidas como traços essenciais e imutáveis de um grupo (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011).

Nesta perspectiva, as diferenças culturais identificadas a partir dos quilombos brasileiros costumam ser comunicados ainda por meio de estereótipos que são normalmente relacionados com o racismo e a discriminação. A partir dessas questões, identifica-se a definição adotada pela antropologia para grupos étnicos, a qual sugere que estes se configuram como um tipo organizacional que confere pertencimento mediante normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão (O'DWYER, 2008).

Na definição de grupos étnicos é dada importância tanto para a autoatribuição quanto para a atribuição feita por outros. Neste sentido, defende que:

Os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social. [...]. Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos nesse sentido organizacional (BARTH, 2011, p. 193).

Destaca-se que somente a partir da existência e da interação de outros grupos é que o conceito de grupo étnico pode ser compreendido. Buscando maior entendimento sobre os grupos étnicos, Palmeira (2015, p. 36) argumenta que “a

identidade étnica é tanto uma forma de estabelecer os limites entre os grupos quanto um modo de fortalecer os laços entre os indivíduos que integram um determinado grupo”.

É importante salientar que os diversos grupos étnicos apresentam ligações entre si e estes vínculos estão associados ao sistema social que os envolvem. Assim, se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão. Os grupos étnicos não são simples ou necessariamente baseados na ocupação de territórios exclusivos e diferentes modos pelos quais eles se conservam, não só por meio de um recrutamento definitivo, mas sim por uma expressão e validação contínuas, que precisam ser analisados e levados em consideração (BARTH, 2011).

Quanto aos vínculos existentes entre os grupos, o autor defende que:

O vínculo positivo que liga vários grupos étnicos em um sistema social englobante depende da complexidade dos grupos no que concerne a certos traços de suas características culturais. Essa complementaridade pode fazer emergir uma interdependência ou uma simbiose e constitui as áreas de articulação [...], ao passo que, nos campos onde não há complementaridade não pode haver base para uma organização segundo linhas étnicas – não haverá interação, ou uma interação sem referência à identidade étnica (BARTH, 2011, p. 200).

Neste contexto, pode-se inferir que a identidade quilombola se caracteriza como uma identidade étnica, tendo assim a sua construção elaborada a partir de uma coletividade, além de ser pautada em heranças históricas.

Conforme salienta Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 13), “[...] o que diferencia [...] a identidade étnica de outras formas de identidade coletiva é o fato de ela ser orientada para o passado. [...] Mas este passado não é o da ciência histórica; é aquele em que se representa a memória coletiva”. Deste modo, a memória histórica sobre a qual um grupo baseia a sua identidade pode se nutrir de lembranças de um passado prestigioso ou ser apenas a da dominação e do sofrimento compartilhados.

Lapierre (2011, p. 12), também destaca a função desempenhada pela memória coletiva para os grupos étnicos à medida que atua “transformando determinados fatos e determinadas personagens lendários, por meio de um trabalho do imaginário social, em símbolos significativos da identidade étnica”.

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem a sociedade, definindo o seu lugar respectivo, sua

complementariedade, assim como as oposições consideradas irreduzíveis (POLLAK, 1989).

Registra-se que quando se elabora o resgate histórico de um grupo étnico não significa que se esteja ao mesmo tempo traçando a história de uma cultura. Os elementos da cultura presente de um grupo étnico não surgem do conjunto particular que constituiu a cultura do grupo em um período anterior, embora o grupo tenha uma existência organizacional contínua, com fronteiras que, apesar das modificações, não deixaram de delimitar uma unidade contínua (BARTH, 2011).

Assim, evidencia-se o conceito de etnia, o qual se refere às características culturais que são partilhados por um povo. Porém, querer utilizá-lo hoje na sua concepção original acaba sendo um verdadeiro mito, pois é difícil existir qualquer nação que seja composto de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. Pode-se dizer que as nações modernas são espécies de “híbridos culturais” (HALL, 2015, p. 36).

Neste cenário de hibridismos culturais, faz-se necessário colocar em evidência as características autênticas dos grupos, identificando-se as fronteiras existentes entre eles. Para tanto, são destacadas a existência das chamadas fronteiras sociais, que podem ser consideradas verdadeiras contrapartidas territoriais (BARTH, 2011).

Deste modo, destacam-se os agrupamentos identificados como remanescentes de quilombo, os quais são associados às “terras de preto” ou ao “território negro”, por permitirem que seja enfatizada a condição de coletividade camponesa, a qual é definida a partir do compartilhamento de um território e de uma identidade (SCHMITT *et al.*, 2002).

A ocupação de territórios por comunidades quilombolas é caracterizada por um regime diferenciado da condição de propriedade privada, pois os elementos de exploração e utilização da terra estão relacionados às influências culturais, as quais lhes remetem para uma consciência social coletiva (ALVISI; BENITEZ, 2013).

Portanto, pode-se inferir que o interesse das comunidades quilombolas em ter garantido o direito de propriedade das terras historicamente ocupadas é o resultado da relação que apresentam de pertencimento e integração com as mesmas. Não havendo, portanto, preocupação com o possível valor econômico que elas possam ter, haja vista que o valor atribuído a este importante bem pelos quilombolas é imensurável, uma vez que o mesmo é simbólico.

2.2 Um debate sobre a questão territorial

A seção é iniciada com o levantamento de definições elaboradas tanto para a categoria território quanto para a territorialidade. Logo em seguida, repercute-se a especificidade das territorialidades quilombolas e o processo de reconhecimento e titulação dos “quilombos”.

2.2.1 Territórios e territorialidades

O conceito de território transita entre diversas áreas do conhecimento. Embora, território e territorialidade sejam considerados conceitos centrais para a Geografia, os mesmos são tratados por outras ciências com enfoques diferentes. Assim, enquanto a Geografia enfatiza a materialidade do território em suas múltiplas dimensões, a Ciência Política realça sua construção a partir de relações de poder, ligada quase sempre à concepção de Estado. A Economia o relaciona como fator locacional ou como uma das bases da produção, preferindo a noção de espaço à de território. A Antropologia valoriza a dimensão simbólica do conceito, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais. A sociologia enfoca a intervenção do território nas relações sociais. Finalmente, a Psicologia o incorpora no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2012).

Conforme Fuini (2015), inicialmente o conceito de território foi definido em termos biológicos como área-habitat de uma espécie animal. Somente depois passou a ser trabalhado como área de domínio delimitado em fronteiras, tendo o seu domínio político-jurídico vinculado a um Estado soberano. No século XX, o território passou a expressar o espaço produzido, apropriado e valorizado pelo modo de produção capitalista em sua produção, envolvendo relações do Estado com as empresas, em uma sociedade dividida em classes. No final do referido século, passou a ser concebido não somente pela materialidade, mas pela imaterialidade das representações e percepções sociais, as iconografias, símbolos e discursos, que dão ao território uma base cultural de análise.

Neste contexto, Andrade (1995, p. 19) defende que se devesse sempre “[...] ligar a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder

público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas”.

Abramovay (2000, p. 22) ressalta que “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”.

A existência do território é impossível e inconcebível sem o substrato espacial material, da mesma maneira que não se exerce o poder sem contato com e referência à materialidade em geral. Ao mesmo tempo, porém, o território não é redutível ao substrato, não devendo ser com ele confundido. Portanto, é necessário que se compreenda que o poder é uma relação social e o território é a expressão espacial desta relação (SOUZA, 2008).

Saquet (2008) defende que o território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido, sendo a paisagem o nível visível e percebido de tal processo. Portanto, o território é produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens. Este seria, então, uma construção social, resultante das diferentes formas de uso e apropriação do espaço geográfico. Portanto, é histórico e relacional, multiforme e multidimensional, formado, sobretudo, a partir das relações de poder, no entanto, envolvem, sempre, as redes de circulação e comunicação, a natureza exterior ao homem, as diferenças, as desigualdades e as identidades culturais e identitárias.

Na mesma perspectiva histórica, Santos (2011) considera que o território é o lugar para onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. Portanto, o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Conforme Haesbaert (2011, p. 47), o território é definido como “uma porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como lugar em que os seus membros encontrarão permanentemente as condições e os meios materiais de sua existência”. O autor defende uma visão integradora e abrangente de território, estabelecendo que:

[...] ao contrário daqueles que consideram o território através de visões mais estreitas, associando-o a problemáticas muito específicas [...], procuramos entendê-lo dentro de uma perspectiva mais integradora do espaço

geográfico, embora não simplesmente no sentido de “experiência total” e algo estática de um espaço contínuo [...]. Enfatizamos o aspecto temporal, dinâmico e em rede que o território também assume, tal como enfatizado por autores como Deleuze Guattari, e onde a “integração” de suas múltiplas dimensões é vista através das relações conjuntas de dominação e apropriação, ou seja, de relações de poder em sentido amplo (HAESBAERT, 2012, p. 340).

O território também pode significar espaços sociais em suas diversas dimensões: culturais, políticas, econômicas, históricas, ou seja, as relações sociais, e em sua complexidade, espacialidade e temporalidade. Inclusive no plano das ideias, da construção de conhecimentos e suas diferentes leituras das realidades, do sentido e do significado, das divergências e convergências, do diálogo e do conflito. Esse é seu sentido relacional, subjetivo, abstrato, representável e indeterminado (FERNANDES, 2013).

Destaca-se, ainda, a definição de território elaborado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, que substituiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão que compõe a estrutura da Casa Civil da Presidência da República do governo brasileiro, que faz referência ao espaço físico, à população e seus aspectos culturais. Deste modo, conceitua o território como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2005).

De modo geral, as definições de território apresentam muitas convergências, destacando-se em todas elas a existência de uma base física onde as relações sociais, econômicas e culturais são historicamente estabelecidas.

A construção do território é outro importante aspecto que deve ser levado em consideração. Neste sentido, Raffestin (1993, p. 143) defende que o território “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Sendo assim, o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço.

Haesbaert e Limonard (2007) consideram que o território é o resultado da articulação de duas dimensões principais, sendo uma mais material e ligada à esfera político-econômica e outra mais imaterial ou simbólica, ligada, sobretudo, à esfera

da cultura e do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social. Além disso, deve ser levado em consideração que o território pode ser visto a partir do grau de fechamento ou controle do acesso que suas fronteiras impõem, ou seja, seus níveis de acessibilidade. Assim, seria possível ter desde os territórios mais abertos, de fronteiras permeáveis, intensamente conectados até aqueles mais fechados, quase impermeáveis. Sendo que entre os dois extremos se desdobrariam os mais diversos níveis de permeabilidade ou flexibilidade.

Raffestin (2008) chama atenção para o fato de que território e espaço não são termos equivalentes e nem sinônimos. O espaço está numa posição que antecede ao território, pois este é gerado a partir do espaço, constituindo-se no resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente de um espaço, o ator o “territorializa”. Ainda conforme o mesmo autor:

Os homens, ao tomarem consciência do espaço em que se inserem e ao se apropriarem ou cercarem este espaço, constroem e, de alguma forma, passam a ser construídos pelo território. Deste modo, “O espaço é a ‘prisão original’ [...]; ao contrário, o território é a prisão que os homens constroem para si, reorganizando as condições iniciais” (RAFFESTIN, 2008, p 26).

Saquet (2008) corrobora a ideia de que território e espaço correspondem a dois níveis e processos socioespaciais distintos, assim como dois conceitos diferentes, embora apresentem uma relação de unidade. O território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades, diferenciando-se do espaço geográfico a partir das relações de poder, das redes e das identidades. Deste modo, o território é caracterizado pelas relações de poder que se expressam no espaço, envolvendo apropriação, ocupação social desse espaço e a criação de identidades socioculturais (SOUZA, 2003).

De acordo com Haesbaert (2012), pode-se afirmar que o território, enquanto mediação espacial do poder resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. Em certos casos, como o de grandes conflitos territoriais de fundo étnico e religioso, a dimensão simbólico-cultural do poder se impõe com muita força, enquanto em outras, provavelmente as dominantes, trata-se mais de uma forma de territorialização,

a fim de regular os conflitos dentro da própria esfera política ou desta com determinados agentes econômicos.

O território é na sua essência um fato físico, político, social, categorizável, passível de dimensionamento, onde geralmente o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população. Dessa forma, o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial e, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma autoafirmação política-social-econômica-territorial (ANJOS, 2013).

Destarte, a compreensão do território requer que se leve em consideração uma gama de elementos que varia desde os aspectos físicos até as relações simbólicas que são estabelecidas entre os diversos sujeitos que participam de seu processo de construção.

2.2.2 Territorialidade quilombola e o processo de reconhecimento e titulação dos “quilombos”

A maneira como as pessoas usam o meio, se organizam no espaço e dão sentido ao lugar origina a territorialidade (FUINI, 2015). A territorialidade pode ser compreendida como mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita nas ações sociais (DEMATTEIS, 1999).

Raffestin (1993) define a territorialidade como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional formada pela sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Esta se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Portanto, conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo diferenciada, com outros atores. Ainda, segundo o autor a territorialidade:

[...] adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O

poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Saquet (2008) propõe uma caracterização abrangente para a territorialidade ao entendê-la como valorização das condições e recursos potenciais de contextos territoriais em processos de desenvolvimento, o que pode ser traduzido numa “territorialidade ativa”, podendo ser concretizada através da organização política e do planejamento participativo. A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço. Estas territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar, dando-lhes identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar.

Para Sack (1986, p. 19), a territorialidade é compreendida como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou ‘homeland’”. Sendo a territorialidade o resultado das relações humanas que se desenvolvem no espaço, estas não são neutras, de modo que a territorialidade reflete as ações, sobretudo, daqueles que detêm o controle do território.

Nesta perspectiva, Haesbaert (2011) defende que a territorialidade corresponde a uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através de áreas, sendo que os territórios políticos e a propriedade privada da terra são as suas formas mais familiares.

Ressalta-se que a territorialidade é efetivada em todas as nossas ações cotidianas, nas relações sociais e acontecem em cada família, entre as famílias, entre os indivíduos de diferentes lugares, entre grupos e classes sociais (SAQUET, 2017).

Deste modo, as comunidades quilombolas ao se organizarem com vistas a garantirem a regularização fundiária dos territórios historicamente ocupados não estão lutando apenas por demarcação de terras, às quais elas têm direito, mas estão fazendo valer seus direitos a um modo de vida específico materializado através da territorialidade (SILVA; NASCIMENTO, 2012).

Para Schmitt *et al.* (2002), a regularização das terras ocupadas pelos quilombolas tem motivado o surgimento de disputas e conflitos com latifundiários e grileiros nas diversas regiões brasileiras. Esta luta pela posse da terra é realizada

pelas comunidades quilombolas como último recurso na longa batalha para permanecerem em suas terras, as quais são alvo de interesse de membros da sociedade envolvente, que tratam a terra apenas como mercadoria.

Embora o reconhecimento da propriedade das terras aos remanescentes de quilombos tenha sido garantido através do artigo 68 dos ADCT da Constituição de 1988, conforme anteriormente salientado, a regulamentação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos quilombolas, reportados no texto constitucional, só ocorreu quinze anos depois com a publicação do Decreto 4.887 em 20 de novembro de 2003.

De acordo com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003, são considerados remanescentes das comunidades dos quilombos:

[...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

O referido decreto estabelece que a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos se dará a partir da autodefinição da própria comunidade. Afirma, ainda, que as terras ocupadas pelos remanescentes são aquelas utilizadas com a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Além disso, defende que sejam levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos próprios quilombolas (BRASIL, 2003).

É atribuído ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a responsabilidade pela regulamentação dos procedimentos à medida que o Decreto 4.887/2003 estabelece no artigo 3º que:

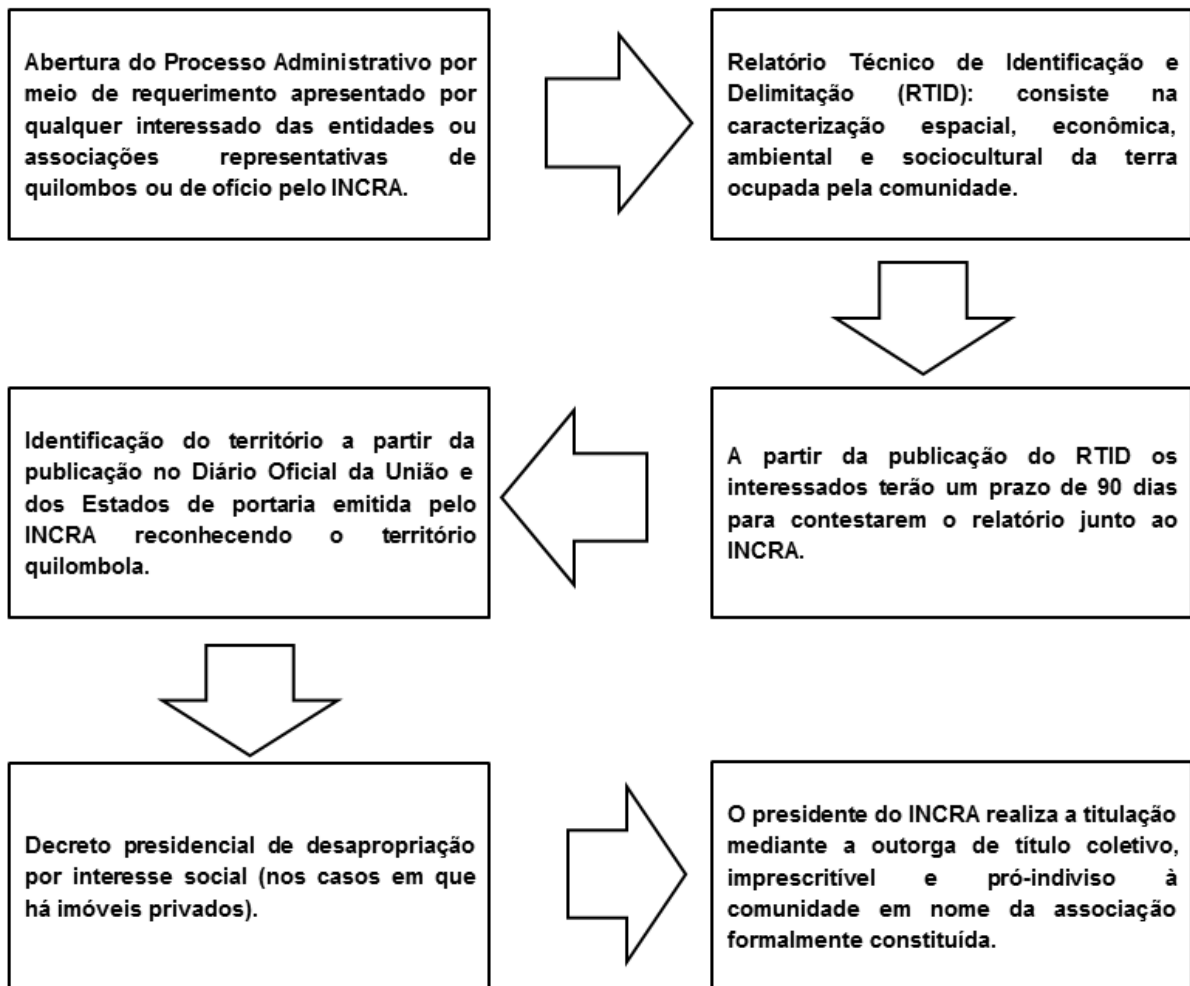
Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2003).

A responsabilidade do MDA e do INCRA é compartilhada com a Fundação Cultural Palmares. Esta tem a incumbência de inscrever em seu Cadastro Geral e, conseqüentemente, expedir certidões que atestem a condição de remanescentes das comunidades dos quilombos, mediante a autodefinição das mesmas.

A partir da Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009, o INCRA estabeleceu os procedimentos do processo administrativo para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades dos quilombos. Para a abertura do processo junto ao INCRA, foi ratificada a exigência prevista desde a Instrução Normativa nº 49/2009, segundo a qual a comunidade precisava ter a sua autodefinição atestada pela Fundação Cultural Palmares por meio da certificação como Comunidade Remanescente de Quilombo.

O processo de regularização fundiária das terras das comunidades remanescentes de quilombos seguem as etapas apresentadas no fluxograma 1.

Fluxograma 1: Etapas do processo de regularização fundiária dos quilombos.



Fonte: Instrução Normativa do INCRA nº 57/2009.

De acordo com os dados da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) do INCRA (2018), no período de 2004 a 2017, foram

abertos em todo o território brasileiro 1.715 processos requerendo a titulação de terras ocupadas por Comunidades Remanescentes de Quilombos. O Nordeste foi a região do País que registrou o maior número de processos abertos no referido período, correspondendo a um quantitativo superior (977) ao somatório de todas as outras regiões (738), conforme verificado na tabela 1.

Tabela 1: Processos abertos por regiões requerendo a titulação de terras quilombolas no período de 2004 a 2017.

Região	Número de processos
Centro-Oeste	118
Nordeste	977
Norte	142
Sudeste	327
Sul	151
TOTAL	1.715

Fonte: INCRA/DFQ, 2018.

Levando-se em consideração os processos abertos somente da região Nordeste, verifica-se que o Maranhão e a Bahia apresentaram os maiores registros, com 399 e 294 processos, respectivamente. Alagoas foi o estado que apresentou o menor número com apenas 17 processos (tabela 2).

Tabela 2: Processos abertos por estados do Nordeste requerendo a titulação de terras quilombolas no período de 2004 a 2017.

Estado	Número de processos
Ceará	32
Pernambuco	90
Bahia	294
Maranhão	399
Paraíba	29
Rio Grande do Norte	20
Alagoas	17
Sergipe	31
Piauí	65
TOTAL	977

Fonte: INCRA/DFQ, 2018.

Ressalta-se que a Bahia e o Maranhão com 619 e 511 comunidades remanescentes de quilombos, respectivamente, são os estados brasileiros que possuem os maiores números de comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP, 2018).

Quanto às titulações das terras das comunidades quilombolas brasileiras ocorridas no período de 2004 a 2017, constatou-se que estas representaram 8% do número total de processos abertos. A tabela 3 apresenta o número de titulações realizadas no referido período tanto pelo governo federal através do INCRA, da FCP e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), quanto pelos institutos estaduais, destacando-se as realizadas pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul (Idaterra – MS), pelo Instituto de Terras da Bahia (Interba) e pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA- BA), pelo instituto de Terras do Piauí (Interpi), pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) e pela Secretaria de Estado de Habitação e Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro (SEHAF – RJ), pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp).

Tabela 3: Número de terras tituladas nas Unidades Federativas do Brasil no período de 2004 a 2017.

UF	INCRA/ FCP/ SPU	Instituto Estadual	Número de Terras Tituladas
Alagoas	1	-	1
Amapá	2	-	2
Bahia	2	14	16
Goiás	1	-	1
Maranhão	3	50	53
Mato Grosso do Sul	2	1	3
Pará	3	33	36
Pernambuco	2	-	2
Piauí	-	5	5
Rio de Janeiro	1	1	2
Rio Grande do Norte	1	-	1
Rondônia	2	-	2
Rio Grande do Sul	4	-	4
Santa Catarina	1	-	1
Sergipe	4	-	4
São Paulo	1	1	2
TOTAL	30	105	135

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2018.

Nota: Sinal convencional utilizado:

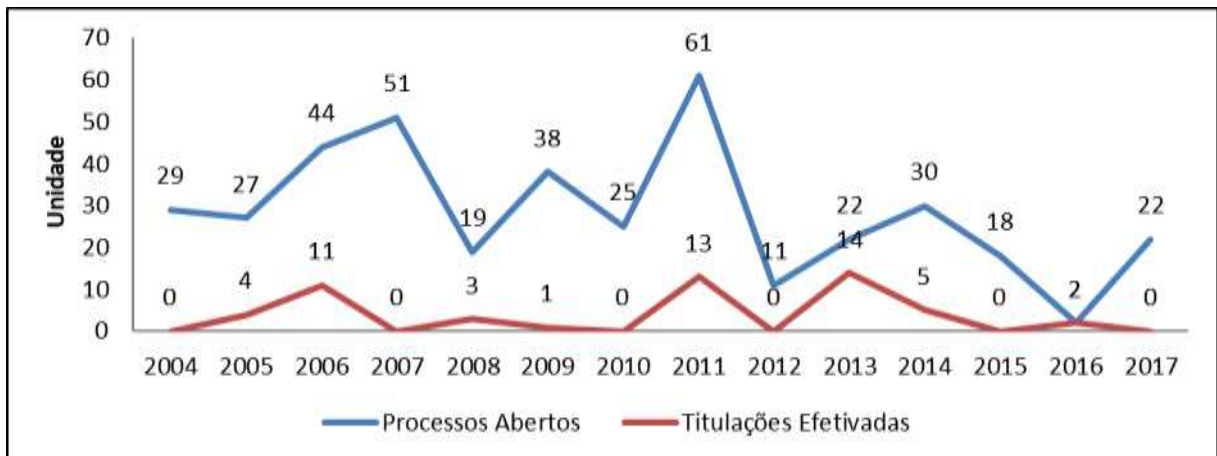
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Verifica-se também na tabela 3 que o número de titulações realizadas pelos institutos estaduais superou as realizadas pelo INCRA/FCP/SPU, sendo que

os institutos estaduais foram responsáveis por 78% do total de titulações realizadas e os órgãos federais somente por 22%. Destaca-se que o Iterma e o Iterpa realizaram nos seus estados de origem, Maranhão (50) e Pará (33), mais titulações do que o total efetivado pelos órgãos federais em todo o país (30).

Analisando-se especificamente os processos abertos e as titulações de terras quilombolas ocorridas no Maranhão, constata-se que o Estado registrou aberturas de processos em todos os anos do período entre 2004 e 2017, tendo ocorrido o maior número de registros em 2011 e o menor em 2016, respectivamente, com 61 e 2 processos abertos (gráfico 1). O pequeno número de registros ocorridos em 2016 é justificado pela mudança do governo federal e pelas incertezas geradas por tal acontecimento.

Gráfico 1: Processos abertos e titulações de terras quilombolas efetivadas no Maranhão no período de 2004 a 2017.



Fonte: INCRA/DFQ, 2018.

Destaca-se que as titulações de terras não acompanharam o ritmo de abertura dos processos registrados pela Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, havendo uma grande diferença entre o número de processos abertos e as titulações efetivadas. Conforme levantamento realizado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo (2018), ocorreram 53 titulações de terras quilombolas no Maranhão no intervalo entre 2004 e 2017, correspondendo a 13,3% do total de processos abertos no Estado. Dos títulos emitidos, registra-se que 94% (50 títulos) foram emitidos pelo Iterma e somente 6% (3 títulos) foram através do INCRA. Os anos de 2011 e 2013 foram os que apresentaram o maior número de titulações de terras.

As titulações realizadas pelo Iterma estão de acordo com o que é preconizado pelo Decreto 4.887/2003, que estabelece em seu artigo 3º que compete ao INCRA “a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. Portanto, as terras que o Iterma concedeu aos quilombolas correspondem a terras cuja posse pertencia ao Estado maranhense.

Diante do baixo número de titulações de terras concedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos no intervalo entre 2004 e 2017, conclui-se que o país ainda carece de instrumentos que garanta aos quilombolas aquilo que está previsto na legislação brasileira, a exemplo das titulações das terras historicamente ocupadas.

2.3 Políticas públicas e as comunidades quilombolas

Inicia-se a seção com um debate sobre o papel das políticas públicas para a redução das desigualdades sociais. Para tanto, faz-se um resgate histórico do surgimento das políticas públicas no mundo. Na sequência, realiza-se uma discussão sobre as reivindicações históricas do Movimento Negro brasileiro em prol de direitos e que tem como consequência a elaboração de leis e políticas públicas direcionadas ao atendimento das comunidades quilombolas. Neste contexto, destaca-se o Programa Brasil Quilombola e iniciativas de políticas públicas no âmbito do Estado do Maranhão que contemplaram as populações quilombolas.

2.3.1 O papel das Políticas Públicas para a redução das desigualdades sociais

Não há uma única e nem melhor definição para política pública. Contudo, uma das definições mais conhecidas no meio acadêmico para tal foi elaborada por Laswell (1936), que associa as decisões e análises sobre políticas públicas as que implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê? por que? e que diferença faz? Estas questões orientariam o estudo do que, de fato, pode ser considerada uma política pública, assim como ofereceria um guia de orientação quanto às questões que necessitariam ser respondidas para uma análise mais bem organizada (AGUM *et al.*, 2015).

Por sua vez, as políticas públicas correspondem a um conjunto de ações de governos que produzem efeitos específicos (LYNN; GOULD, 1980). Destarte, as políticas públicas são estratégias traçadas por governos com o propósito de desenvolver um determinado setor ou segmento da sociedade.

Segundo Hofling (2001, p. 31), as políticas públicas devem ser entendidas como o “Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”.

Tude (2010) argumenta que as políticas públicas compreendem o conjunto das decisões e ações propostas geralmente por um ente estatal, em uma determinada área (saúde, educação, transportes, reforma agrária etc.), de maneira discricionária ou pela combinação de esforços com determinada comunidade ou setores da sociedade civil.

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obtenham sucesso (TEIXEIRA, 2002).

A definição proposta por Dye (2005) relaciona as políticas públicas com aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer. Deste modo, o autor argumenta que:

O que o governo escolhe fazer ou não fazer. Governos fazem muitas coisas. Eles regulam conflitos no interior da sociedade, eles organizam sociedade para enfrentar conflitos com outras sociedades; eles distribuem uma grande variedade de recompensas simbólicas e serviços materiais para membros da sociedade, e eles extraem dinheiro da sociedade, mais frequentemente sob a forma de taxas. Então políticas públicas podem regular comportamentos, organizar burocracias, distribuir benefícios, ou extrair taxas ou todas essas coisas de uma só vez (DYE, 2005, p. 1).

Deste modo, os governos devem optar por políticas cujos ganhos sociais superem os custos pelo maior valor, devendo-se ser evitadas políticas cujos custos possam superar os ganhos. Assim, as políticas públicas a serem implementadas precisam buscar sempre o máximo ganho social (DYE, 2010). Portanto, as políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, os quais são considerados como vulneráveis. Estas demandas são

interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social (TEIXEIRA, 2002).

Conforme Araújo e Ferreira (2017, p. 262), as políticas públicas são entendidas como “o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, com vistas ao bem coletivo. Elas podem ser desenvolvidas em parcerias com organizações não governamentais ou pela a iniciativa privada”.

Não se pode negar que há uma relação muito íntima entre políticas públicas e as instituições governamentais. Deste modo, uma política não se transforma em política pública antes que seja adotada, implementada e feita cumprir por alguma instituição governamental. Ressalta-se que as instituições governamentais atribuem três características distintas às políticas públicas.

Em primeiro lugar, o governo empresta legitimidade às políticas. As políticas governamentais são consideradas em geral obrigações legais que cobram lealdade dos cidadão. Os indivíduos podem considerar as políticas de outros grupos e associações na sociedade – empresas, igrejas, organizações profissionais, associações cívicas, etc. – como importantes e mesmo obrigatórias. Entretanto, somente as políticas governamentais implicam obrigações legais. Em segundo lugar, as políticas governamentais envolvem *universalidade*. Somente as políticas governamentais dizem respeito a todas as pessoas na sociedade; as políticas de outros grupos ou organizações referem-se somente a uma parte da sociedade. Finalmente, o governo monopoliza a *coerção* na sociedade – somente o governo pode legitimamente prender os violadores de suas políticas. São mais limitadas as sanções que os outros grupos ou organizações sociais podem aplicar. É precisamente esta capacidade do governo de cobrar lealdade de todos os seus cidadãos, de adotar políticas que governam toda a sociedade e de monopolizar o uso legítimo da força, que estimula os indivíduos e os grupos a se empenharem para que as políticas traduzam as suas preferências (DYE, 2010, p. 101).

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e possam ter resultados exitosos (TEIXEIRA, 2002).

A partir de um contexto mais operacional, pode-se dizer que a política pública é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões,

preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para alcançar os objetivos postos (SARAVIA, 2006).

Tendo em vista que há muitas definições de políticas públicas, ganha importância a definição que defende uma mediação entre atores da sociedade e o Estado. Neste sentido, argumenta-se que as políticas públicas são:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

A definição acima chama a atenção por evidenciar elementos clássicos como as linhas de financiamentos e a aplicação de recursos públicos, bem como as omissões no decorrer do desenvolvimento das políticas públicas.

Para Heidemann (2010), o ciclo conceitual das políticas públicas compreende pelos menos quatro etapas: sendo que a primeira se refere às decisões políticas tomadas para resolver problemas sociais previamente estudados. A segunda é que, depois de formuladas, as políticas decididas precisam ser implementadas, pois sem ações elas não passam de boas intenções. A terceira procura verificar se as partes interessadas numa determinada política foram atendidas em suas demandas. E, por último, as políticas devem ser avaliadas com vistas a sua continuidade, aperfeiçoamento, reformulação ou, simplesmente, canceladas.

No processo de desenvolvimento da área de políticas públicas, Lowi (1964) exerce papel de destaque, pois foi responsável pela elaboração da mais conhecida tipologia da referida área. Entendendo-se por tipologia o esquema de interpretação e análise de um fenômeno baseado em variáveis e categorias analíticas, as tipologias são formas de classificar os conteúdos, atores, os estilos, as instituições, dentro de um processo de política pública (SECCHI, 2012).

A tipologia de Lowi foi elaborada a partir de uma máxima segundo a qual a política pública faz política. Deste modo, cada tipo de política pública vai encontrar

diferentes formas de apoio e de rejeição e de disputas em torno de sua decisão que passam por arenas diferenciadas (SOUZA, 2006).

Conforme a tipologia de Lowi (1964) existe quatro tipos de políticas públicas. O primeiro tipo corresponde às políticas distributivas que são aquelas que geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade/contribuintes. O segundo tipo são as políticas redistributivas que concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores. É o tipo de política que provoca muitos conflitos, pois representa um jogo de soma zero. O terceiro tipo são as políticas regulatórias, que são as que estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados. O quarto tipo corresponde as políticas constitutivas que são aquelas políticas que definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas. São chamadas *meta-polícies*, porque se encontram acima dos outros três tipos de políticas e comumente moldam a dinâmica política nessas outras arenas.

Ressalta-se que as fronteiras que separam os quatro tipos de políticas públicas estabelecidas por Lowi não são facilmente visualizadas. Normalmente, as políticas públicas agregam características de dois ou mais tipos das políticas acima descritas.

Para Frey (2000), a distinção entre política constitutiva ou estruturadora e a política regulatória é importante em relação aos efeitos nos processos de conflito e de consenso, os quais são de peculiar interesse para a “policy analysis”. Enquanto as políticas regulatórias versam sobre as questões morais e vêm sendo discutidas de forma bastante controversa dentro da sociedade, as políticas constitutivas costumam provocar muito menos impacto na esfera pública. As discussões que são originadas raramente se tornam fatos políticos que envolvam setores mais amplos da sociedade. Sendo que o interesse da opinião pública é sempre mais dirigido aos conteúdos da política e bem menos aos aspectos processuais e estruturais.

Quanto ao surgimento das políticas públicas, pode-se dizer que esta é uma consequência da mudança de função exercida pelo Estado. Assim, entre os séculos de XVIII e XIX, a função do Estado estava relacionada, principalmente, a manutenção da segurança pública interna e a preservação da propriedade privada, assim como a defesa das fronteiras em caso de ataque externo a partir de outros Estados. No século XX, com o crescente processo de democratização as

responsabilidades e funções do Estado se diversificaram e se expandiram. A promoção do Bem-Estar Social passou a exigir uma atuação diferenciada do Estado e mais ligada aos problemas cotidianos da sociedade. Assim, com o objetivo de dar respostas às demandas específicas da sociedade é que surgem as políticas públicas (TUDE, 2010).

De acordo com Heidemann (2010), este novo papel do Estado se desenvolve principalmente no período pós 1945. Assim, o Estado passa a ter a responsabilidade de promover ações reguladoras através da criação de leis, bem como passa a administrar a economia em parceria com o mercado, mediante a criação de empresas estatais.

Para Pereira e Silva (2014), a estrutura política do Estado do bem-estar social é compreendida como proposta institucional para solucionar problemas tanto sociais como econômicos, com a finalidade de garantir um equilíbrio entre o crescimento acelerado da valorização do capitalismo de mercado e a estabilidade da vida em sociedade. Neste sentido, o Estado se configura como o principal sujeito de intervenção, na formulação e implementação das matérias de políticas sociais e econômicas que garantam tanto os serviços quanto os benefícios aos cidadãos de um determinado território.

As políticas públicas como ferramenta das decisões de governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências. O responsável por sua introdução no governo dos EUA foi Robert McNamara ao estimular a criação, em 1948, da RAND Corporation, organização não governamental financiada com recursos públicos. Influenciados pela teoria dos jogos de Neuman, o grupo formado por matemáticos, cientistas políticos, analistas de sistema, engenheiros, sociólogos entre outros, buscava mostrar como uma guerra poderia ser conduzida como um jogo racional. Na sequência, a proposta de aplicação de métodos científicos nas formulações e decisões do governo sobre problemas públicos são expandidos para outras áreas, inclusive para a política social (SOUZA, 2006).

Na década de 1970, a crise econômica ocasionou o enfraquecimento da estrutura keynesiana do bem-estar-social, a qual havia servido de base para o crescimento econômico capitalista do período pós-segunda guerra. A partir disso, ganha espaço a ideologia neoliberal, que surge com um forte discurso contrário ao

pensamento intervencionista que se consolidava nas práticas políticas de diversos países (PEREIRA; SILVA, 2014).

Conforme Frey (2000), as pesquisas sobre políticas públicas iniciaram no início dos anos 1950 nos Estados Unidos, sob o rótulo de “Policy Science”. Na Europa, particularmente, na Alemanha, a preocupação com determinados campos de políticas só toma força a partir dos anos 1970, com a ascensão da socialdemocracia quando o planejamento e as políticas setoriais foram estendidos significativamente. Já no Brasil, os estudos sobre tais políticas começaram a ser realizados mais recentemente, sendo que os programas ou políticas setoriais foram examinados, sobretudo, em relação aos seus efeitos de forma descritiva e com grau de análise e complexidade metodológica distinta. Devido a falta de embasamento teórico, tais estudos não permitiam que se chegasse a um maior grau de generalização dos resultados obtidos.

No Brasil, as ações do Estado voltadas para a implementação do bem-estar-social da sociedade nacional foram iniciadas na segunda metade da década de 1940. Porém, Bacelar (2003) alerta que seria um erro caracterizar o Estado brasileiro naquele período como um estado do bem-estar social, pois entre as décadas de 1920 e 1980, o mesmo foi marcado por seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário. Portanto, o Estado era o promotor do desenvolvimento e não o transformador das relações da sociedade. Sendo que desde o início do século XX o interesse do Estado brasileiro foi consolidar o processo de industrialização e fazer do país uma grande potência. Consequentemente, as políticas públicas estavam voltadas para a promoção do crescimento econômico, acelerando o processo de industrialização, sem que houvesse realmente a transformação das relações sociais da sociedade brasileira.

Ainda que as políticas públicas tenham sido criadas e se tornado algo muito praticado, o Estado brasileiro sempre teve como prioridade o crescimento econômico. Os interesses sociais sempre estiveram em segundo plano. Neste sentido, destaca-se que:

O Estado brasileiro é, tradicionalmente, centralizador. A pouca ênfase no bem-estar, ou seja, a tradição de assumir muito mais o objetivo do crescimento econômico e muito menos o objetivo de proteção social ao conjunto da sociedade, fez com que o Estado adquirisse uma postura de fazedor e não de regulador. Nós não temos tradição de Estado regulador, mas de Estado fazedor, protetor; não temos tradição de Estado que regule, que negocie com a sociedade os espaços políticos, o que só hoje estamos aprendendo a fazer. O Estado regulador requer o diálogo entre governo e

sociedade civil, e nós não temos tradição de fazer isso. O Estado centralizador, em muitos momentos da nossa vida recente, junta-se ao autoritário: tivemos uma longa ditadura no período Vargas e, depois, uma longa ditadura nos governos militares pós-64. Então, o viés autoritário é muito forte nas políticas públicas do país (BACELAR, 2003, p. 2).

As particularidades econômicas, políticas e históricas do Brasil fizeram com que o Estado do Bem-Estar-Social surgisse e se desenvolvesse de forma diferente do que ocorreu nos Estados Unidos e na Europa.

A Constituição de 1988 consolidou o modelo de Estado Social, assegurando através de instrumentos jurídicos e políticos, políticas públicas afiançadoras de direitos e proteções e uma participação mais efetiva da sociedade perante o Estado, contribuindo para a promoção da igualdade. Embora a referida constituição tenha estabelecido as bases para a consolidação do Estado Democrático de Direito, a partir dos princípios da liberdade, da igualdade, do pluralismo político e da justiça social, é notório que grande parte da população tenha negado a proteção garantida por lei (ARAÚJO; FERREIRA, 2017).

Neste contexto, de criação de instrumentos legais e políticos visando garantir a consolidação do Estado Social e a promoção da igualdade, inserem-se as políticas públicas destinadas ao atendimento das comunidades remanescentes de quilombos.

2.3.2 Políticas públicas para as comunidades quilombolas brasileiras

Assim como a inserção da temática quilombola na Constituição de 1988, as políticas públicas destinadas ao atendimento das comunidades quilombolas surgiram como resultado da luta do Movimento Negro, aqui entendido como todas as organizações representativas formais e não formais que reivindicam direitos para a população negra em geral. As reivindicações pelo reconhecimento e atendimento das demandas da população negra se intensificaram a partir dos anos 1970. Segundo Rodrigues (2010), este período foi marcado pelo surgimento de diversas organizações representativas da população negra que apresentavam diferentes bandeiras de lutas e formas de mobilização e ação, mas que mantinham o mesmo fio condutor da luta antirracista, a exemplo do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), criado em 1975 no Rio de Janeiro; do Movimento Negro Unificado

(MNU) originado em 1978 em São Paulo e do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) constituído em 1979.

Neste contexto de reivindicações dos movimentos sociais que lutavam por direitos em prol da população negra, destaca-se a pauta do MNU, lançada em 1982, através de seu Programa de Ação. Neste, além de se buscar a desmitificação da democracia racial brasileira, buscava-se também a organização política da população negra, a formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador, a organização para o enfrentamento da violência policial, a organização nos sindicatos e partidos políticos, a luta pela inclusão do estudo da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, assim como o apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007).

Com a proximidade da instalação da Assembleia Constituinte de 1988, amplia-se a mobilização social e multiplica-se a realização de encontros com o intuito de construir propostas visando à promoção da população negra e ao combate ao racismo e à discriminação racial.

Ainda em 1986 ocorre o I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão com o tema O negro e a Constituição, que foi seguido por outros eventos similares. No mesmo ano, organizações do movimento negro realizam em Brasília a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, contando com a presença de representantes de 63 entidades dos movimentos negros brasileiros de 16 estados da Federação brasileira, com um total de 185 inscritos. O documento então aprovado foi entregue aos constituintes e entre as reivindicações apresentadas encontram-se a criminalização do racismo e o direito à posse de suas terras pelas comunidades quilombolas, temas que serão mais tarde acolhidos no texto constitucional (JACCOUD *et al.*, 2009, p. 267).

A criminalização do racismo e o reconhecimento do direito de posse das terras ocupadas às comunidades quilombolas presente na Constituição de 1988 representaram verdadeiras respostas às reivindicações do Movimento Negro e um reconhecimento do valor histórico e cultural dos grupos discriminados ao longo do tempo (LIMA, 2010). Ressalta-se que os crimes de racismo, resultantes de preconceitos de raça ou de cor foram definidos a partir da Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Enquanto que a regulamentação do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, ocorreu através do Decreto nº 4.887/2003 emitido pelo Governo Federal.

Rodrigues (2010) assevera que a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP), em 1988, foi a principal ação do governo em resposta às pressões sociais exercidas pelo Movimento Negro. Destaca-se que a FCP foi a primeira instituição criada no país que tem a responsabilidade de formular e implantar políticas públicas destinadas à população negra. Esta entidade surgiu vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), tendo também entre seus objetivos a identificação das comunidades remanescentes de quilombos e o apoio à demarcação e titulação de suas terras.

Durante muitos anos, a FCP agregou as responsabilidades pela política direcionada à população negra, apesar de seu viés predominantemente cultural e da falta dos mecanismos e estruturas necessárias para o cumprimento adequado de seus objetivos (JACCOUD *et al.*, 2009). Atualmente, dentre as diversas funções que lhes são atribuídas, destaca-se a emissão das certidões de reconhecimento das comunidades quilombolas.

O período subsequente à promulgação da Constituição de 1988 e à criação da FCP foi marcado por poucos avanços quanto à promoção da igualdade racial por parte do governo federal. Somente a partir da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Cidadania e Pela Vida, ocorrida em 20 de novembro de 1995, voltam a ser observadas iniciativas governamentais com esse intuito, sobretudo, em decorrência das pressões exercidas pelo movimento negro (JACCOUD *et al.*, 2009). Além desse acontecimento, a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (Conferência de Durban), ocorrido no período de 31 de agosto a 07 de setembro de 2001, corroborou para pressionar o governo brasileiro a desenvolver ações mais concretas em busca do enfrentamento das desigualdades raciais (LIMA, 2010).

De acordo com Rodrigues (2010), a Marcha Zumbi dos Palmares é tida como um dos mais importantes momentos da história do movimento negro, pois exigiu que este enfrentasse suas próprias fragilidades (apoio financeiro, organização interna, superação de antagonismos etc.), além de ter permitido a ampliação dos horizontes de articulações com centrais sindicais, partido e políticos de esquerda e outros atores que se somaram a agenda política do movimento.

A Marcha Zumbi dos Palmares formalizou a entrega do documento denominado de “Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial” ao então presidente do país, Fernando Henrique Cardoso. Este documento detalhava a desigualdade racial e a prática do racismo, com ênfase nos temas de educação,

saúde e trabalho. Além desses, incluía tópicos envolvendo temas como religião, terra, violência, informação, cultura e comunicação (LIMA, 2010).

Como resposta à pressão exercida pela marcha, o governo instituiu no Ministério da Justiça (MJ) através de decreto presidencial o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Valorização da População Negra, composto por membros da sociedade civil, ligados ao Movimento Negro e representantes dos ministérios e secretarias vinculados à presidência da República. A finalidade do GTI era propor ações integradas de combate à discriminação racial e de recomendar e promover políticas de “consolidação da cidadania da população negra” (JACCOUD *et al.*, 2009; RODRIGUES, 2010; LIMA, 2010).

Em relação à Conferência de Durban, a participação brasileira foi bastante efetiva, tanto nas reuniões preparatórias quanto na própria Conferência. Nesta, o Brasil assumiu o compromisso efetivo de implementar políticas de Estado de combate ao racismo e de redução das desigualdades raciais, com a adoção de novas iniciativas. Desde modo, tornou-se signatário da Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata que em seu Artigo 108 diz:

Reconhecemos a necessidade de se adotarem medidas especiais ou medidas positivas em favor das vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata com o intuito de promover sua plena integração na sociedade. As medidas para uma ação efetiva, inclusive as medidas sociais, devem visar corrigir as condições que impedem o gozo dos direitos e a introdução de medidas especiais para incentivar a participação igualitária de todos os grupos raciais, culturais, linguísticos e religiosos em todos os setores da sociedade, colocando todos em igualdade de condições (ONU, 2001, p. 21).

Ratificando a posição assumida na Conferência de Durban, o governo brasileiro através do Decreto nº 3.952, de 04 de outubro de 2001, criou o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD). Este foi revogado e substituído pelo Decreto nº 5.397/2005, que dispôs sobre a composição, competência e funcionamento do CNCD. Atualmente, está em vigor o Decreto nº 7.388, de 09 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do CNCD. As mudanças ocorridas a partir da revogação e substituição dos decretos que tratam do CNCD demonstra que o governo brasileiro foi se adaptando ao processo à medida que as situações exigiam algo novo.

Ainda, durante o governo Fernando Henrique, foram lançados dois documentos visando o combate às desigualdades sociais. Um lançado no dia 13 de

maio de 1996, correspondendo ao Primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I). Neste, foi estimulada a presença dos grupos étnicos que compõem a população brasileira em programas institucionais do governo federal, estimulou-se a ampliação do acesso de entidades da comunidade negra aos diferentes setores do governo, além da formulação de políticas compensatórias que promovessem as comunidades negras tanto social quanto economicamente. O outro foi lançado no dia 13 de maio de 2002 e correspondeu ao PNDH II. Este acrescentou como meta o apoio por parte do Estado brasileiro do reconhecimento de que a escravidão e o tráfico transatlântico de escravos constituíram violações graves e sistemáticas dos direitos humanos, apoio ao reconhecimento da marginalização econômica, social e política a que foram submetidos os “afrodescendentes” em decorrência da escravidão (LIMA, 2010).

Destaca-se que na mesma data do lançamento do PNDH II, o governo instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas por meio do Decreto nº 4.228/2002 sob a coordenação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Chama a atenção que muitas iniciativas surgiram no final do governo. Deste modo, algumas medidas não foram efetivadas, permanecendo somente como referência e como possibilidade de serem desenvolvidas nos governos seguintes.

De acordo com Lima (2010), com o início do novo governo em 2003, ocorre uma mudança significativa, sobretudo, na relação do Estado com o Movimento Negro. Esta mudança possibilita uma maior participação dos membros deste movimento na formulação e na execução das políticas públicas destinadas à população negra. Além disso, é garantida a participação nos espaços de controle social, criados pelo governo, como representantes da sociedade civil.

Para Jaccoud *et al.* (2009), o governo Lula ficou marcado inicialmente por ter estabelecido três inovações significativas que concorreram para a promoção da igualdade racial. A primeira correspondeu à criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que surge com o objetivo de formular e coordenar as políticas para a promoção da igualdade racial e articular as ações do governo federal de combate à discriminação racial. A segunda foi a criação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), órgão colegiado de caráter consultivo vinculado à SEPPIR, tendo a missão de propor políticas de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação e de promoção da igualdade

racial. A terceira inovação representada pela criação do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), com o objetivo de articular esforços dos três níveis de governo (municipal, estadual e federal) para colocar em prática políticas de promoção da igualdade racial.

Segundo Rodrigues (2010), embora a SEPPIR tenha recebido o *status* de ministério, as limitações e impasses no atendimento dos objetivos propostos se mantiveram. Neste sentido, permaneceram as cobranças em relação ao cumprimento das proposições presentes no Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial e, também, das propostas de políticas públicas aprovadas na Conferência de Durban.

Na tentativa de reduzir as desigualdades raciais, a SEPPIR lançou em 2003 a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR). Nesta foram apresentadas algumas orientações básicas, entre as quais se destacam a qualificação de gestores públicos e de professores, a adoção de cotas no ensino superior e no mercado de trabalho, o incentivo a programas de diversidade racial nas empresas e o desenvolvimento de programas de saúde para a população negra. Foram definidos também os princípios norteadores da política racial, ou seja, a transversalidade, a descentralização e a gestão democrática (JACCOUD *et al.*, 2009).

Com a finalidade de consolidar os marcos da política de Estado para as comunidades quilombolas e de melhorar as condições de vida das comunidades quilombolas identificadas nas cinco regiões do país, o governo lança em março de 2004 o Programa Brasil Quilombola (PBQ). As ações deste programa são voltadas para quatro eixos, a saber: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos e cidadania. Estas ações ficaram a cargo de um comitê gestor, coordenado pela SEPPIR e integrado por 11 ministérios. Esta gestão descentralizada do PBQ ocorre a partir da articulação dos entes federados estruturados através de comitês estaduais. Além disso, são estabelecidas interlocuções com órgãos estaduais e municipais de promoção da igualdade racial, com associações representativas das comunidades quilombolas e outros parceiros não-governamentais (SEPPIR, 2013).

Para Rodrigues (2010), o PBQ, ao ser pautado nas garantias constitucionais de direitos às comunidades quilombolas, enfrenta pontos cruciais da formação social brasileira, principalmente em relação às questões que envolvem o

acesso à terra e a problemática racial que se entrelaçam com a regularização fundiária das comunidades quilombolas brasileiras e as políticas de promoção da igualdade racial.

Os desdobramentos do PBQ ocorreram a partir da Agenda Social Quilombola (ASQ), que entrou em vigor com a publicação do Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007. A ASQ ratificou a necessidade das ações do PBQ a serem desenvolvidas de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal, visando o atendimento das pessoas que vivem nas comunidades de quilombos do Brasil, sob a coordenação da SEPPIR.

O quadro 1 apresenta os eixos e ações propostas pelo PBQ que visaram o atendimento de tais comunidades.

Quadro 1: Eixos e ações do Programa Brasil Quilombola (2004).

EIXOS	AÇÕES
Acesso à terra	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Certificação; ✓ Regularização Fundiária.
Infraestrutura e qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> ✓ PAC – Funasa; ✓ Programa Água para Todos; ✓ Habitação Rural; ✓ Programa Luz para Todos; ✓ Tarifa Social.
Desenvolvimento local e inclusão produtiva	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP; ✓ Programa Cisternas; ✓ Projetos voltados para Segurança; Alimentar e Nutricional; ✓ Programa Aquisição de Alimentos – PAA; ✓ Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola (ATER); ✓ Selo Quilombos do Brasil; ✓ Programa Brasil Local – Economia Solidária.
Direitos e cidadania	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Construção de escola quilombola – Escolas do Campo; ✓ Programa Nacional do Livro Didático PNLD – Campo; ✓ Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Campo; ✓ Procampo - Saberes da Terra; ✓ Educação Quilombola; ✓ Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; ✓ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec; ✓ O Programa Bolsa Família – PBF;

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Busca Ativa – CadÚnico; ✓ Programa Saúde da Família – PSF; ✓ Programa Saúde Bucal – PSB/Brasil Sorridente; ✓ Telecentros.BR; ✓ Rádios Comunitárias; ✓ Documentação Básica e Registro civil – Mobilização Nacional.
--	---

Fonte: SEPPIR, 2013.

As ações faziam parte da plataforma dos diversos órgãos que compunha o Governo Federal, destacando-se, sobretudo, aqueles que integravam o comitê gestor do PBQ. Em relação aos recursos utilizados, é importante salientar que a execução de todas as ações e programas governamentais exigiam planejamento e aporte anual de recursos pelo governo por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), que por extensão integravam os Planos Plurianuais (PPA). Nesta, estavam pré-definidas as responsabilidades de cada órgão, bem como os prazos de execução das atividades. Registra-se que as ações implementadas foram definidas de acordo com as demandas das próprias comunidades (SEPPIR, 2008).

De acordo com Teixeira e Sampaio (2018), alguns programas e ações ligadas à regularização fundiária, à saúde, à educação, à assistência social e ao meio ambiente, assim como políticas públicas específicas a exemplo dos programas Luz para Todos, Fome Zero e Bolsa Família foram agregados ao PBQ com o objetivo de atender a esse público específico.

Quanto às previsões orçamentárias, destaca-se que o PBQ foi incorporado ao PPA a partir 2004, com priorização de ações, destinação de recursos e definição de metas de cada órgão da administração pública federal para as comunidades quilombolas (SEPPIR, 2008). Sendo que a pauta das comunidades quilombolas entrou no PPA pela primeira vez na peça orçamentária de 2004-2007. A partir de então, houve um crescimento da inclusão das demandas quilombolas, o que foi refletido também nas ações orçamentárias (SEPPIR, 2013).

Conforme os dados disponibilizados pelo Senado da República através do Painel do Cidadão do site Siga Brasil, até 2003 os recursos destinados ao reconhecimento e à valorização da população negra ocorriam por meio, sobretudo, de programas voltados para a Cultura Afro-Brasileira. Registra-se que no último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, isto é 2002, não foi orçado nenhum valor

para tal finalidade (tabela 4). Contudo, foram pagas as despesas executadas na ordem de R\$ 91.197,00.

Ressalta-se que a partir do orçamento de 2003, o Governo Federal passou a garantir a previsão de recursos para a Cultura Afro-Brasileira, sendo que desde o orçamento de 2004, começaram a ser orçados valores para os programas Comunidades Tradicionais, Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário e para a Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial, estes também voltados ao atendimento da população negra e quilombola (tabela 4).

Tabela 4: Despesas orçadas para o atendimento das populações negras e quilombolas no período de 2002 a 2011.

Exercício	PROGRAMA					TOTAL PREVISTO
	Gestão da Política de Desenvolvimento o Agrário	Cultura Afro- Brasileira	Comunidades Tradicionais	Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial	Brasil Quilombola	
	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	
2002	-	-	-	-	-	-
2003	-	82.241,00	-	-	-	82.241,00
2004	1.000.000,00	11.305.193,00	800.000,00	10.231.486,00	-	23.336.679,00
2005	1.000.000,00	15.739.757,00	767.686,00	12.222.664,00	30.462.763,00	60.192.870,00
2006	967.149,00	10.348.555,00	1.305.668,00	19.048.860,00	52.034.263,00	83.704.495,00
2007	2.000.000,00	18.590.679,00	851.042,00	19.862.277,00	51.171.234,00	92.475.232,00
2008	-	30.607.156,00	750.000,00	-	71.560.952,00	102.918.108,00
2009	-	13.287.280,00	334.500,00	-	55.871.846,00	69.493.626,00
2010	-	17.538.096,00	420.000,00	-	83.860.371,00	101.818.467,00
2011	-	21.690.866,00	80.000,00	-	55.723.757,00	77.494.623,00

Fonte: www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil. Acesso em: 20/09/2018.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Embora o PBQ tenha sido criado em 2004, somente no orçamento do ano seguinte a sua criação foi que houve aporte de recursos para o mesmo. Registra-se que as previsões orçamentárias visando o atendimento das ações específicas do PBQ se estenderam desde então até o orçamento de 2011 (TEIXEIRA; SAMPAIO, 2018).

Verifica-se, também, na tabela 4 que desde o primeiro ano que o PBQ foi incluído no orçamento do Governo Federal, o mesmo passou a representar mais da metade do valor orçado para o atendimento deste público específico, sendo que logo em 2005 o valor previsto para o PBQ correspondeu a 50,6% do total.

A tabela 5 apresenta os valores pagos correspondentes às despesas executadas. Embora as maiores previsões orçamentárias tenham sido destinadas ao PBQ desde o primeiro ano que foi inserido na LOA, os pagamentos de despesas executadas pelos Programas Cultura Afro-Brasileira e de Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial superaram os pagamentos feitos por aquele programa. O Programa Cultura Afro-Brasileira superou o PBQ em despesas pagas nos anos de 2005 e 2008. Já o PBQ foi superado pelo Programa Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial em despesas pagas nos anos de 2005 e 2007.

Tabela 5: Despesas executadas e pagas visando o atendimento das populações negras e quilombolas no período de 2002 a 2011.

Exercício	PROGRAMA					TOTAL
	Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	Cultura Afro-Brasileira	Comunidades Tradicionais	Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial	Brasil Quilombola	
	Despesas executadas e pagas (R\$)	Despesas executadas e pagas (R\$)	Despesas executadas e pagas (R\$)	Despesas executadas e pagas (R\$)	Despesas executadas e pagas (R\$)	
2002	-	91.197,00	-	-	-	91.197,00
2003	-	80.759,00	-	-	-	80.759,00
2004	541.022,00	3.384.618,00	74.370,00	7.860.209,00	-	11.860.220,00
2005	797.308,00	8.478.075,00	660.151,00	9.765.487,00	7.134.149,00	26.835.170,00
2006	841.646,00	7.496.330,00	268.111,00	12.075.508,00	14.105.671,00	34.787.266,00
2007	510.033,00	6.985.167,00	1.330.346,00	12.032.559,00	8.819.537,00	29.677.642,00
2008	-	6.392.170,00	450.000,00	-	5.096.322,00	11.938.492,00
2009	-	8.700.598,00	34.500,00	-	9.622.138,00	18.357.236,00
2010	-	9.266.906,00	-	-	23.395.638,00	32.662.544,00
2011	-	11.760.251,00	73.000,00	-	28.705.099,00	40.538.349,00

Fonte: www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil. Acesso em: 20/09/2018.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Verifica-se, ainda, na tabela 5 que o maior valor pago por despesas executadas pelo PBQ ocorreu em 2011, coincidindo com o último ano que o programa constou na LOA. O valor pago naquele ano correspondeu a R\$ 28.705.099,00, representando 71% do total das despesas executadas pagas.

Os Programas Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário e o de Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial foram contemplados nas previsões orçamentárias somente do PPA do período de 2004-2007. Os pagamentos das despesas executadas por tais programas se concentraram também

no mesmo período. Porém, estes programas não constaram no orçamento do PPA do período 2008-2011.

A tabela 6 traz os valores orçados e os valores correspondentes às despesas executadas e pagas pelo PBQ no período de 2005 a 2011.

Tabela 6: Valores orçados e despesas executadas e pagas pelo Programa Brasil Quilombola no período de 2005 a 2011.

Brasil Quilombola			
Exercício	Valor orçado (R\$)	Despesa executada e paga (R\$)	% das despesas executadas e pagas em relação ao valor orçado
2005	30.462.763,00	7.134.149,00	23,4%
2006	52.034.263,00	14.105.671,00	27,1%
2007	51.171.234,00	8.819.537,00	17,2%
2008	71.560.952,00	5.096.322,00	7,1%
2009	55.871.846,00	9.622.138,00	17,2%
2010	83.860.371,00	23.395.638,00	27,9%
2011	55.723.757,00	28.705.099,00	51,5%

Fonte: www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil. Acesso em: 20/09/2018.

Verifica-se na tabela 6 que o valor utilizado pelo PBQ ficou muito abaixo dos valores previstos nos orçamentos anuais. Com exceção do ano de 2011, que o valor utilizado correspondeu a 51,5% do valor orçado, todos os outros anos as despesas executadas e pagas não representaram nem a metade dos valores orçados. Neste sentido, constatou-se que o ano de 2008 foi o que registrou o menor valor utilizado, R\$ 5.096.322,00, correspondendo a 7,1% do valor previsto no orçamento. Ressalta-se que aquele ano apresentou o segundo maior valor orçado do período (R\$ 71.560.952,00), sendo superado somente pelo valor previsto em 2010 (R\$ 83.860.371,00).

Nos demais anos, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2010, os valores utilizados com o pagamento de despesas executadas corresponderam, respectivamente, a 23,4%, 27,1%, 17,2%, 17,2% e 27,9% dos valores orçados.

Os baixos índices de utilização dos recursos disponibilizados através dos orçamentos anuais para o PBQ pode ser atribuído à falta de eficiência da gestão de tal política pública. Esta ineficiência pode ter surgido pela própria burocracia e pela complexidade gerada pela grande quantidade de órgãos responsáveis por tal gestão.

A falta de eficiência na utilização dos recursos previstos no orçamento pelo PBQ impediu que muitos problemas presentes nas comunidades quilombolas fossem resolvidos ou minimamente amenizados durante o período de vigência de tal programa. Destacando-se àqueles relacionados ao eixo de acesso à terra, onde muitas comunidades quilombolas lutam e aguardam a solução de seus problemas fundiários.

É importante ressaltar que o PBQ deixou de constar nas peças orçamentárias do Governo Federal a partir do PPA do período 2012-2015. Desde então, o atendimento das questões que envolvem as populações negras passou a ser delineado através do Programa Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial. Este dois programas passaram a abranger um amplo leque de ações governamentais que envolviam diversos ministérios e secretarias, mas sem o propósito de coordenar ações destinadas exclusivamente às comunidades quilombolas, como o programa anterior. Deste modo, as ações direcionadas às comunidades quilombolas, passaram a ter as suas programações orçamentárias no bojo geral da programação de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial (TEIXEIRA; SAMPAIO, 2018).

Portanto, pode-se inferir que o fim da alocação orçamentária para o PBQ trouxe prejuízo para as comunidades quilombolas, pois as ações planejadas por aquele programa não foram consolidadas. Este acontecimento revela a falta de continuidade das políticas públicas desenvolvidas no país, evidenciando a necessidade que estas sejam pensadas, elaboradas e executadas como políticas de Estado e não como política de governo que se altera conforme a mudança do governante.

2.3.3 Iniciativas de políticas públicas no âmbito do Estado do Maranhão que contemplaram as populações quilombolas

No contexto das políticas públicas destinadas ao atendimento dos segmentos mais empobrecidos do Estado do Maranhão, a exemplo das comunidades quilombolas, destacam-se as iniciativas originadas a partir do Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR e do Programa Integrado do Maranhão / Projeto de Redução da Pobreza Rural (PRODIM), assim como as financiadas através do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP).

O Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR implantado pelo governo do Maranhão no final dos anos de 1990 foi constituído a partir da situação de pobreza de grande parte da população do Estado, sobretudo a residente no meio rural (SEAGRO/NEPE, 2003). O IDH do Maranhão em 1991 correspondia a 0,357, o que lhe colocava na 26ª posição no ranking entre as 27 unidades federativas brasileiras (PNUD; IPEA; FJP; 2018).

O PCPR correspondeu a uma ampla política desenvolvida pelo Banco Mundial em parcerias com os governos dos estados do nordeste visando combater a pobreza rural. Todos os projetos desenvolvidos pelos governos nordestinos seguiram os mesmos objetivos, estratégias, diretrizes e públicos alvos estabelecidos pelo Banco Mundial. Porém, o PCPR adotou em cada Estado um nome fantasia específico. Deste modo, na Bahia foi denominado de PRODUZIR; no Ceará, Projeto São José; no Maranhão, PCPR-MA; na Paraíba, Projeto COOPERAR; em Pernambuco, Projeto RENASCER; no Piauí, PROGERE; no Rio Grande do Norte, Desenvolvimento Solidário e em Sergipe, PRONESE – Santa Maria (VIEIRA, 2008).

Nas palavras do superintendente do Núcleo de Programas Especiais (NEPE) da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAGRO) do Governo do Estado do Maranhão, do final da década de 1990, a redução da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil, especialmente nas áreas rurais da Região Nordeste, que ostentavam os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), era o desafio permanente e tema prioritário nos programas do governo federal e dos governos estaduais (SEAGRO/NEPE, 2003).

O PCPR ficou conhecido no Maranhão como Projeto Comunidade Viva. A vigência deste projeto se deu entre anos de 1998 e 2003. O apoio financeiro para a execução do projeto resultou de empréstimo contraído pelo governo do Maranhão junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a partir do Acordo de Empréstimo nº 4252/BR. Os valores investidos no projeto corresponderam a US\$ 106,7 milhões, dos quais o Banco Mundial participou com 75% (US\$ 80,0 milhões), o Governo do Maranhão com 15% (US\$ 16,0 milhões) e os beneficiados com 10% (US\$ 10,7 milhões). Portanto, o PCPR fazia parte de um programa amplo do Banco Mundial, de combater à pobreza rural no Nordeste, o Northeast Rural Poverty Alleviation Program (Programa de Alívio da Pobreza Rural no Nordeste), o qual estava plenamente articulado às estratégias dessa instituição, delineadas a partir do objetivo de combater a pobreza através do estímulo à

participação das populações locais na definição dos investimentos do Estado (VIEIRA, 2008).

Conforme o SEAGRO/NEPE (2003), o PCPR-MA foi concebido com a característica de promover o desenvolvimento socioeconômico a partir da organização comunitária e de livres escolhas e decisões das próprias comunidades. Deste modo, foi enfatizada a organização social e a participação comunitária na escolha dos investimentos, conferindo papel destacado a associações comunitárias e conselhos municipais, como cogestores na execução do Projeto.

De acordo com os critérios estabelecidos pelo PCPR-MA, o público-alvo definido foi preferencialmente as comunidades rurais mais pobres do Estado, que apresentassem até 7.500 habitantes, incluindo as sedes municipais, com exceção da capital do Estado. As comunidades indígenas e quilombolas também constavam como preferenciais.

O PCPR-MA foi estruturado a partir de três componentes básicos, isto é, em subprojetos comunitários, desenvolvimento institucional e administração do projeto. Contudo, os subprojetos comunitários tiveram mais destaques e se desenvolveram através das linhas de ação do Programa de Apoio Comunitário (PAC), do Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC) e do Fundo Municipal de Apoio Comunitário Piloto (FUMAC-P). Os subprojetos comunitários foram, ainda, enquadrados nas categorias infraestrutura socioeconômicos, produtivos e sociais.

As metas de atendimento foram definidas previamente. Deste modo, planejou-se o atendimento de 3.392 projetos, distribuídos entre as categorias. A tabela 7 apresenta as metas estabelecidas pelo PCPR-MA, assim como o número de propostas apresentadas, o número de subprojetos aprovados e o percentual de aprovação em relação às metas.

Tabela 7: Metas, propostas apresentadas, subprojetos aprovado e percentual de aprovação em relação às metas definidas pelo PCPR-MA.

Categorias dos subprojetos	Meta	Nº de propostas apresentadas	Nº de subprojetos aprovados	% da meta
Infraestrutura	1.696	6.267	3.166	187
Produtivos	1.188	1.942	663	56
Sociais	508	1.668	330	65
Subtotal	3.392	9.877	4.159	123

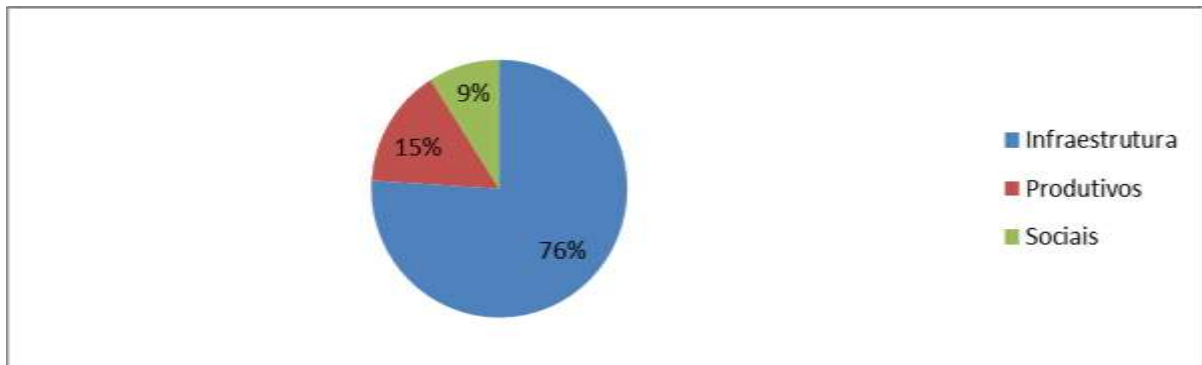
Fonte: SEAGRO/NEPE, 2003.

De acordo com a tabela 7, o número total de subprojetos aprovados, 4.159, superou a meta inicial que era de 3.392 subprojetos. Contudo, das três categorias dos subprojetos comunitários, somente a categoria infraestrutura com 3.166 subprojetos aprovados conseguiu atender e superar em 187% a meta inicial que era de 1.696 subprojetos. As outras duas categorias, produtivos e sociais, não cumpriram as suas metas, sendo que elas tiveram somente 663 e 330 subprojetos aprovados, correspondendo 56% e 65% de suas metas, respectivamente.

O PCPR-MA tinha como meta o atendimento de 198 mil famílias e 990 mil pessoas. Conforme dados da SEAGRO/NEPE (2003), foram atendidos diretamente 276.145 famílias e 1.413.217 pessoas, representando um acréscimo de 139% e 143%, respectivamente, em relação ao que foi previsto.

Quanto à distribuição dos recursos financeiros dispensados aos subprojetos comunitários, os dados disponibilizados pela SEAGRO/NEPE (2003) mostram que os relacionados à infraestrutura absorveram 76,3% dos recursos, enquanto os subprojetos produtivos consumiram 15,3% e os sociais 8,4% do total disponibilizado (gráfico 2).

Gráfico 2: Distribuição dos recursos financeiros de acordo com as categorias dos subprojetos comunitários executados pelo PCPR-MA.



Fonte: SEAGRO/NEPE, 2003.

Os subprojetos comunitários de infraestrutura se materializaram através de obras como melhoramento de caminho de acesso, eletrificação rural, sistema simplificado de abastecimento de água, ponte, açude, rede de distribuição de água, barragem, fossas sanitárias, trapiche, rampas, entre outros. Os produtivos se deram através de agroindústrias, tratores, obras para irrigação, barcos e apetrechos de pesca, vacaria e kit de apoio à produção. Já os sociais envolveram, principalmente, melhoria habitacional, posto telefônico e creches comunitárias.

Do total de 4.159 subprojetos comunitários financiados através do PCPR-MA, 88 beneficiaram comunidades quilombolas. Estes subprojetos contemplaram 4.102 famílias. A maioria dos subprojetos envolveram melhorias habitacionais, energia elétrica e melhorias de caminhos de acesso (tabela 8).

Tabela 8: Subprojetos financiados pelo PCPR-MA para as Comunidades Quilombolas.

Categoria e tipo de subprojeto		Nº de subprojetos	Nº total de famílias beneficiadas	Valor total dos subprojetos (R\$)
Infraestrutura	Açude	2	87	69.980,00
	Eletrificação rural	20	815	1.224.860,00
	Melhoria de caminho de acesso	15	468	647.141,00
	Ponte	3	151	118.082,00
	Rede de distribuição de água	1	36	55.477,00
	Sistema simplificado de abastecimento de água	9	614	198.228,00
	Subtotal	50	2.171	2.313.768,00
Produtivos	Agroindústria (casa de farinha)	1	25	10.348,00
	Armazém	1	186	9.969,00
	Barco e apetrechos de pesca	1	20	49.267,00
	Caprinocultura	1	54	23.632,00
	Kit de apoio à produção	2	69	42.963,00
	Projeto comunitário irrigado	3	74	101.698,00
	Piscicultura	1	52	40.965,00
	Trator (com arado, roçadeira e carroça)	1	40	50.704,00
	Vacaria	1	57	53.302,00
	Viveiro e jardim clonal	1	12	18.251,00
	Subtotal	13	589	401.099,00
Sociais	Melhoria habitacional	24	622	1.441.556,00
	Posto telefônico	1	720	19.346,00
	Subtotal	25	1.342	1.460.902,00
TOTAL		88	4.102	4.175.769,00

Fonte: SEAGRO/NEPE, 2003.

A partir da tabela 8, verifica-se que os subprojetos do PCPR-MA que atenderam as comunidades quilombolas se concentraram, predominantemente, na categoria infraestrutura (50 subprojetos), destacando-se os subprojetos destinados à eletrificação rural (20 subprojetos) e a melhoria de caminhos de acesso (15 subprojetos). Quanto aos produtivos (13 subprojetos) não houve um tipo específico

de subprojeto que tenha apresentado um grande número financiado, com exceção do projeto comunitário de irrigado (3 subprojetos) e do kit de apoio à produção (2 subprojetos), todos os outros tiveram somente um subprojeto financiado. Já na categoria social somente dois tipos foram financiados, destacando-se aqueles voltados para a melhoria habitacional que teve 24 subprojetos financiados.

O número total de subprojetos financiados para as comunidades quilombolas (88 subprojetos) corresponde somente a 2,12% do total de subprojetos financiados (4.159 subprojetos) pelo PCPR-MA. Já o número de famílias quilombolas atendidas, 4.102, representa 1,5% do total de famílias maranhenses atendidas, haja vista que o PCPR-MA atendeu um total de 276.145 famílias. Considerando que algumas comunidades quilombolas tiveram mais de um subprojeto financiado, pode-se inferir que o número de comunidades quilombolas contempladas é inferior ao número total de subprojetos financiados.

O baixo percentual de subprojetos financiados para as Comunidades Quilombolas, assim como o inexpressivo percentual de famílias quilombolas atendidas, não condiz com a própria finalidade do PCPR-MA, que apresentava como um de seus públicos-alvos preferenciais àquelas comunidades. Os percentuais se tornam menos expressivos, sobretudo quando se leva em consideração que o Maranhão apresenta o segundo maior número de comunidades quilombolas certificadas entre os estados brasileiros, sendo superado somente pela Bahia (FCP, 2018).

A segunda iniciativa é representada pelo Programa Integrado do Maranhão (PRODIM), que corresponde ao II Projeto de Combate a Pobreza Rural do Maranhão (PCPR II). O Comitê Gestor do PRODIM foi constituído através do Decreto nº 21.894, de 24 de fevereiro de 2006. Este comitê corresponde à instância deliberativa, sendo composto por representantes das Secretarias de Estado envolvidas com a execução do programa. A presidência do comitê ficou a cargo da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN) e secretariado pelo Núcleo de Programas Especiais (NEPE).

O PRODIM foi criado durante o mandato do governador José Reinaldo Tavares (2003-2006). Este programa foi planejado para ter início em 2004. Contudo, dificuldades políticas retardaram a autorização do empréstimo junto ao Banco Mundial e, conseqüentemente, a sua implementação, o que viria acontecer somente em 2006.

Portanto, o PRODIM foi viabilizado a partir da assinatura, em 15 de fevereiro de 2006, do Acordo de Empréstimo nº 4735-BR celebrado entre o Estado do Maranhão e o Banco Mundial. Este programa visou o financiamento de investimentos não reembolsáveis, com o propósito de criar as condições de alavancar oportunidades de geração de empreendimentos produtivos, renda e melhorias nas condições de saúde, educação e cultura da população pobre do Estado do Maranhão. Deste modo, foram apoiadas as organizações rurais para que fossem os principais agentes propulsores das transformações no campo, a partir do planejamento e do gerenciamento dos investimentos. Na proposta inicial, o programa buscou abranger todos os municípios maranhenses, exceto a capital do Estado, São Luís. Assim, o público favorecido seria a população pobre residente nas comunidades rurais e nas sedes dos municípios com até 7.500 habitantes (SEAGRO/NEPE, 2004).

No governo de Jackson Lago (2007-2009), o PRODIM passou a ser articulado com as demais políticas públicas do Estado do Maranhão com o objetivo de potencializar os resultados. Com a mudança, o programa passou a priorizar os municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado. Além disso, passou-se a ter como foco principal as comunidades quilombolas, os indígenas, as quebradeiras de coco e os pescadores artesanais. Esta mudança de estratégia foi uma consequência das demandas surgidas, tanto no processo de capacitação das comunidades a serem beneficiadas quanto das reivindicações feitas pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) (OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA, 2019).

De acordo com Rodriguez (2005), o PCPR II/PRODIM foi criado com a finalidade de dar continuidade às ações geradas pelo primeiro PCPR. Deste modo, foi adotada também a abordagem territorial como referência, evidenciando o impacto sobre o direcionamento da demanda do PCPR que, apesar de relativamente pequena, demonstra a opção alternativa dos resultados de eficiência e de fortalecimento das populações rurais nos projetos de desenvolvimento territorial.

Souza Filho *et al.* (2006) destaca que o PRODIM teve como objetivo apoiar os projetos de pequeno porte das comunidades que se capacitaram no processo de gestão dos recursos e na execução das ações previstas no referido programa. Além disso, foi valorizada a organização da sociedade local, uma vez que para receber o financiamento os beneficiários deviam ter constituído associações

para representarem as comunidades. É importante destacar que a execução dos projetos ficava sob a responsabilidade das associações.

De modo geral, pode-se dizer que as estratégias adotadas pelo PRODIM contribuíram para a construção de capacidades locais a partir da habilitação de agentes e da formação de lideranças nas comunidades que permanecem no território e que contribuem para a gestão do desenvolvimento. Destaca-se que o desenvolvimento de capacidades humanas nas próprias comunidades ajuda a ampliar a autonomia das mesmas frente aos políticos e aos governos municipais, contribuindo assim para o fortalecimento da organização das comunidades (BUARQUE, 2006).

O PRODIM foi estruturado a partir dos subprojetos comunitários, do desenvolvimento institucional, da integração horizontal e da administração dos projetos. Dentre os quatro componentes, os subprojetos comunitários foram os principais e mais abrangentes do programa, absorvendo inclusive maior parte dos recursos. Já o desenvolvimento institucional estaria associado à mobilização e organização comunitária, a partir da capacitação, da assistência técnica, da consultoria e da realização de seminários e oficinas de trabalho. Por sua vez, a integração horizontal de políticas públicas se relacionaria com as iniciativas que visavam a integralização das políticas com vistas à redução da pobreza e à elevação do IDH. Por fim, a administração, supervisão, monitoramento e avaliação se destinariam às atividades administrativas e de coordenação técnica do programa (SEAGRO/NEPE, 2004).

De acordo com os dados disponibilizados pela SEAGRO/NEPE (2004), os recursos financeiros do PRODIM totalizaram US\$ 40 milhões de dólares, sendo US\$ 30 milhões financiados pelo Banco Mundial e a contrapartida do Estado do Maranhão e das associações comunitárias corresponderia a US\$ 4,7 milhões e a US\$ 5,3 milhões, respectivamente. Do total de recursos previstos, foram reservados para os subprojetos comunitários US\$ 36 milhões (90%). Para o desenvolvimento institucional foram designados US\$ 2 milhões (5%). Já para a integração horizontal de políticas públicas, assim como para a administração, supervisão, monitoramento e avaliação dos projetos os valores destinados corresponderam a US\$ 1 milhão (2,5%).

Embora concentrado no combate à pobreza, e priorizando os mais pobres, o PRODIM não financiou apenas projetos sociais (saneamento, reformas em

escolas, postos de saúde e outros), uma vez que a redução da pobreza passa pela distribuição de ativos sociais e pela geração de renda. Deste modo, foram financiados também projetos de infraestrutura (eletricidade, provisão de água, pequenas pontes, melhoria de estradas comunitárias, pequenos açudes, etc.) e projetos produtivos (unidades de processamento agrícola de pequeno porte, irrigação, tratores para uso comunitário, fábrica de tijolos, de roupas, etc.) (SOUZA FILHO *et al.*, 2006).

O quadro 2 apresenta os componentes e os tipos de projetos previstos no Manual de Operacional do PRODIM.

Quadro 2: Componentes e tipos de projetos do PRODIM.

Componentes	Tipos de projetos
Subprojetos comunitários	Geração de renda
	Saúde e ao saneamento
	Educacionais
	Culturais
	Ambientais
Desenvolvimento institucional	Mobilização e organização comunitária
	Capacitação dos CMDRS
	Capacitação da Unidade Técnica e das unidades de apoio
	Integração comunitária e municipal
	Integração e intercâmbio institucional
Integração Horizontal	Integração de programas no âmbito local e central
	Monitoramento da execução de programas
	Avaliação de resultados
Administração do Projeto	Manutenção e o aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento e informação (MIS) do Projeto, e sua integração aos Sistemas de Avaliação
	Funcionamento do NEPE e das Casas da Agricultura Familiar – CAFs
	Preparação e realização de campanha de divulgação do Projeto no âmbito do Estado do Maranhão
	Realização de estudos de avaliação e impacto do Projeto, incluindo análise e revisão anual de performance e revisão de meio-termo

Fonte: SEAGRO/NEPE, 2004.

Destaca-se que os tipos de projetos que compõem os subprojetos comunitários corresponderiam a expressão da vontade da comunidade em obter

apoio financeiro para um investimento que lhe proporcionasse melhores condições de renda, saúde, educação e bem estar (SEAGRO/NEPE, 2004).

A partir da implementação do PRODIM, esperava-se a implantação de 1.200 subprojetos comunitários, o aumento de renda e melhoria da qualidade de vida de 80 mil famílias rurais (cerca de 400 mil pessoas), a geração e a diversificação de fontes de renda, melhores condições de educação, saúde e bem-estar, expansão do capital social, aumento da eficiência dos gastos públicos, maior integração do governo estadual com as administrações municipais, além de maior preservação do meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais.

A tabela 9 apresenta o orçamento do PRODIM referente ao período de 2006 a 2009. Os dados correspondem às informações disponibilizadas pelo Governo do Estado do Maranhão através dos relatórios de avaliação do PPA 2004-2007 (exercícios 2006 e 2007) e do PPA 2008-2011 (exercícios 2008 e 2009).

Tabela 9: Orçamento do PRODIM no período de 2006 a 2009.

Ano	Orçamento		
	Valor orçado (R\$)	Valor executado (R\$)	% entre os valores orçados e executados
2006	20.875.000,00	11.678.902,00	55,9
2007	29.306.616,00	12.243.883,85	41,8
2008	23.769.600,00	14.745.248,00	62,0
2009	26.389.600,00	9.860.879,00	37,4
TOTAL	100.340.816,00	48.528.912,85	48,5

Fonte: <http://www.seplan.ma.gov.br/>.

Diante do orçamento apresentado na tabela 9, constata-se que a execução do PRODIM ficou muito aquém daquilo que havia sido planejado, haja vista que do valor total orçado, R\$ 100.340.816,00, somente 48,5% foram executados. Destaca-se que em todos os anos do período analisado os valores executados foram inferiores aos valores que haviam sido orçados. Verifica-se que somente nos anos de 2006 e 2008 as execuções orçamentárias superaram a metade dos valores orçados, ou seja, 55,9% e 62,0%, respectivamente. Considerando os valores executados, constata-se que o ano de 2009 foi o que apresentou a menor utilização dos recursos, pois o valor executado correspondeu somente a 37,4% do valor orçado.

Outro aspecto relevante que demonstra que as metas do PRODIM não foram alcançadas se refere ao número de famílias beneficiadas. Ressalta-se que a

meta do programa era beneficiar 80 mil famílias durante a sua execução. A tabela 10 apresenta o número de famílias beneficiadas pelo programa em cada ano do referido período.

Tabela 10: Famílias beneficiadas pelo PRODIM no período de 2006 a 2009.

Programa	Número de famílias				
	2006	2007	2008	2009	TOTAL
PRODIM	14.502	16.387	11.974	16.193	59.056

Fonte: <http://www.seplan.ma.gov.br/>

De acordo com a tabela 10, o número total de famílias beneficiadas, 59.056, ficou bem abaixo do planejado, correspondendo somente a 73,8% da meta. Constata-se, ainda, que os anos de 2007 e 2008 foram os que registraram, respectivamente, o maior (16.387) e menor (11.974) número de famílias beneficiadas pelo PRODIM.

Embora o ano de 2009 tenha registrado o menor percentual de valor executado (37,4%), ressalta-se que foi o que teve o segundo maior número de famílias atendidas (16.193) pelo programa.

Ainda que o PRODIM tenha possibilitado benefícios para as comunidades rurais maranhenses, sobretudo para os quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco e pescadores artesanais, a política apresentou falhas na sua execução, haja vista que as metas definidas previamente não foram alcançadas, assim como os recursos financeiros disponíveis não foram totalmente utilizados. Para Buarque (2006, p. 95), a explicação para a falta de eficiência de programas como o PRODIM estaria relacionada com a excessiva abrangência e atuação do programa, o que inevitavelmente provocou “uma grande dispersão de recursos, reduzindo os impactos dos subprojetos”.

Além disso, a demora na autorização do empréstimo junto ao Banco Mundial e, principalmente, as mudanças de governos ocorridas durante o período de execução do programa podem ser apontadas como fatores que concorreram para que as metas não fossem alcançadas. Durante o período de execução do PRODIM o Estado do Maranhão foi governado por três diferentes governadores, José Reinaldo Tavares (2003-2006), Jackson Lago (2007-2009) e Roseana Sarney (2009-2010).

A última iniciativa destacada corresponde ao Fundo Maranhense de Combate a Pobreza (FUMACOP). Este fundo foi instituído pela Lei 8.205, de 22 de dezembro de 2004, como unidade destinada a captar, canalizar e gerenciar recursos, com o objetivo de diminuir os níveis de pobreza do Estado do Maranhão. Os recursos deste Fundo são aplicados em programas e ações de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros que ajudem efetivamente a diminuir os níveis de pobreza do Estado (MARANHÃO, 2009).

A cartilha de procedimento do FUMACOP (MARANHÃO, 2009) define como prioridade o atendimento de grupos e comunidades que atendam critérios técnicos de modo a contemplar pessoas, famílias e comunidades em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Deste modo, o público alvo é formado por famílias, consideradas na linha de pobreza, cuja renda per capita mensal seja igual a $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo, bem como pobres dos municípios maranhenses com mais baixa renda per capita e mais baixo IDH-M e os bolsões de pobreza identificados nas periferias urbanas.

De modo geral, entende-se que as referidas iniciativas, sobretudo o PCPR-MA e PRODIM, poderiam ter exercido um papel mais significativo na redução da pobreza rural no Estado do Maranhão, desde que tivessem alcançado as metas estabelecidas nos seus planejamentos.

2.4 Uma discussão epistemológica a partir do desenvolvimento e do etnodesenvolvimento

A seção apresenta uma caracterização do processo de desenvolvimento, destacando-se a diferenciação existente entre o referido processo e o crescimento econômico. Além disso, apresenta-se o etnodesenvolvimento como uma estratégia alternativa de desenvolvimento.

2.4.1 Mas o que é o desenvolvimento?

O desenvolvimento econômico é um processo sistemático de acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada

sociedade. Portanto, é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou Estados-Nação que realizaram sua Revolução Capitalista. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente autosustentado na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos (BRESSER-PEREIRA, 2006; 2007).

Oliveira (2002) discorre que o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Portanto, o desenvolvimento permite a satisfação das diversas necessidades dos seres humanos, sobretudo as relacionadas à saúde, educação, habitação, transporte, alimentação e lazer.

No contexto histórico em que surgiu, a ideia de desenvolvimento implicava a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando conexões capazes de preencherem o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres. Assim, o desenvolvimento traz consigo a promessa de oferecer tudo (SACHS, 2008).

Para Furtado (1961), o desenvolvimento não seria uma simples etapa histórica pela qual todos os países deveriam passar um dia, mas o resultado das relações de trocas que tiveram início com a revolução industrial, que resultou numa periferia subdesenvolvida e dependente. Além disso, a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos ricos é irrealizável. Sabe-se também irrefutavelmente que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Deste modo, afirma-se que:

[...] a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento (FURTADO, 1974, p.75).

O atual modelo de desenvolvimento é questionado e qualificado por Sen (2010) como política cruel de desenvolvimento. Este provoca o esgotamento da base de recursos naturais, assim como promove a ampliação das distorções sociais. Deste modo, defende-se que a base de desenvolvimento não deve estar pautada

apenas na busca pela dimensão econômica, devendo contemplar também a dimensão sociocultural, em cujo contexto os valores e as instituições são fundamentais. Por conseguinte, a concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza, do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e de outras variáveis relacionadas à renda. Embora se leve em consideração a importância do crescimento econômico, torna-se necessário que se enxergue muito além dele.

De acordo com Sachs (2008), em vez de maximizar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o objetivo maior do desenvolvimento deve ser a promoção da igualdade e maximização das vantagens daqueles que vivem nas piores condições, de forma a contribuir com a redução da pobreza existente no mundo. Deste modo, os aspectos qualitativos subjacentes ao processo são fundamentais para determinar se uma nação está passando por um período de desenvolvimento econômico, ou se por mera fase de progresso material sem que haja a observância de melhorias nos padrões sociais. Assim, torna-se necessário que a igualdade, a equidade e a solidariedade estejam introduzidas no conceito de desenvolvimento.

Neste sentido, Bresser-Pereira (2014) enfatiza que o desenvolvimento econômico só tem sentido se tiver como objetivo aumentar os padrões de vida dos pobres. Contudo, a perversidade do capitalismo impede o aumento substancial dos padrões de vida dos pobres sem que ocorra o aumento da renda e do consumo dos ricos. Geralmente, o desenvolvimento econômico implica o aumento da desigualdade em cada país, e entre os países, porque aqueles que se tornam mais poderosos usam seu poder para explorar os demais. Porém, isso não significa que os explorados não tenham alguns ganhos.

Se isso não acontecesse os capitalismo nacionais e o sistema capitalista mundial não existiriam mais. Os mais fracos também podem ganhar porque se organizam politicamente, ganham poder relativo, e os mais fortes não têm alternativa senão fazerem compromissos, os quais, por outro lado, não impedem que os ricos continuem a enriquecer e o desenvolvimento econômico continue a ocorrer (BRESSER-PEIRERA, 2014, p. 50).

É importante destacar que o desenvolvimento econômico resulta de um sistema capitalista injusto e desequilibrado, mas que ao mesmo tempo é dinâmico e eficiente. Este é produto de uma estrutura econômica e social em permanente transformação, que começou como um capitalismo da burguesia e do capital físico,

mas que hoje é um capitalismo dos profissionais e do capital humano ou do conhecimento (BRESSER-PEREIRA, 2006).

A eliminação das privações de liberdades existentes é apontada por Sen (2010) como importante fator capaz de impulsionar o desenvolvimento. Assim, torna-se necessária a remoção das principais fontes de privação de liberdade, a exemplo da pobreza e tirania, da carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, da negligência dos serviços públicos e da interferência excessiva de Estados repressivos.

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (SEN, 2010, p. 17).

Portanto, não há que se falar em desenvolvimento sem que as liberdades sejam amplamente consolidadas, haja vista que elas constituem a centralidade do referido processo.

Embora os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico façam parte de processos diretamente relacionados, os mesmos representam fenômenos distintos. Deste modo, tens que:

o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade [...] O conceito de crescimento deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico. Esse crescimento não implica, necessariamente, modificações nas funções de produção, isto é, na forma em que se combinam os fatores no setor produtivo em questão (FURTADO, 1983, p. 90).

O crescimento econômico é caracterizado pelo crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo. Enquanto o desenvolvimento representa os avanços qualitativos alcançados, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a

melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (SAMUELSON; NORDHAUS, 1988).

De acordo com Sachs (2008), os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. Por ser considerado um conceito multidimensional, os seus objetivos são sempre sociais e éticos (solidariedade sincrônica). Este inclui também uma condicionalidade ambiental explícita (solidariedade diacrônica com as gerações futuras). O crescimento econômico, embora necessário, tem apenas um valor instrumental. De modo que o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento. Contudo, o crescimento pode da mesma forma, estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescentes.

A ocorrência do crescimento econômico não garante necessariamente o desenvolvimento de um lugar, pois pode haver o crescimento da geração de riqueza sem que ocorra a distribuição da mesma, inviabilizando a melhoria da qualidade de vida da população como todo, de modo que permanecem as desigualdades entre as diferentes classes sociais (MATOS; ROVELLA, 2010).

Portanto, compartilha-se com o conceito de desenvolvimento que abrange os avanços e melhorias obtidas conjuntamente nos setores econômicos, sociais e culturais da sociedade e que os bons resultados não fiquem restritos somente ao crescimento econômico.

2.4.2 O etnodesenvolvimento como estratégia de desenvolvimento

A partir do reconhecimento de que imitar os países desenvolvidos não é possível e nem desejável, alguns governos dos chamados países dos subdesenvolvidos, movimentos sociais de distintos, pequenos grupos de pesquisadores e planejadores, bem como pessoas de diversas organizações internacionais passaram a buscar estratégias alternativas de desenvolvimento. Com a necessidade de reduzir a síndrome da dependência, estas buscas rejeitaram os modelos desenvolvimentistas impostos do exterior (STAVENHAGEN, 1985).

Dentre as propostas alternativas ao modelo hegemônico, o etnodesenvolvimento é a que aborda de maneira mais integral a relação entre o desenvolvimento e a cultura. Esta proposta resultou da “Reunión de Expertos sobre

Etnodesarrollo y Etnocídio en América Latina”, encontro internacional patrocinado pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO/Costa Rica) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizada em São José da Costa Rica, em 1981, que deu origem a Declaración de San José (CHAMORRO, 2009; LIMA, 2014).

A sistematização da Declaración de San José ficou sob a responsabilidade do antropólogo mexicano Bonfil Batalla. Para este, o etnodesenvolvimento é entendido como:

[...] o exercício da capacidade social de um povo para construir seu futuro, aproveitando as lições de sua experiência histórica e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com um projeto que é definido de acordo com seus próprios valores e aspirações (BONFIL BATALLA, 1982, p. 133, tradução nossa).

O etnodesenvolvimento defende a valorização das experiências dos povos historicamente construídas e que podem constituir a base para projetos a serem implantados.

Inicialmente, o conceito de etnodesenvolvimento estava limitado a um restrito número de lideranças indígenas, organizações não governamentais (ONGs) e intelectuais interessados no tema. Com o tempo, passou a integrar o vocabulário de um público mais diverso passando até mesmo a se destacar no discurso e na agenda das agências governamentais (MEDEIROS, 2011). A popularidade do conceito foi tão significativa que todo e qualquer projeto local autogerenciado por indígenas passou a receber o rótulo de “etnodesenvolvimento” (LIMA, 2014).

De acordo com Stavenhagen (1985), a atuação dos movimentos sociais e das organizações de base étnica foi responsável pela notoriedade adquirida pelo etnodesenvolvimento. Além disso, é dada grande importância ao trabalho desenvolvido pelos estudiosos do desenvolvimento que começaram a rejeitar as abordagens tecnocráticas e passaram a reavaliar o papel dos valores culturais e dos sistemas sociais no desenvolvimento.

Nesta perspectiva, Little (2002) destaca o processo liderado pelos povos indígenas e pelas populações afrodescendentes nas últimas décadas na América Latina que culminou no reconhecimento oficial por parte dos Estados nacionais da diversidade cultural que existe dentro de suas fronteiras. De modo que, a partir da década de 1980, passou-se a falar publicamente em Estados pluriétnicos e multiculturais. Além disso, o direito à diferença cultural foi estabelecido nas novas

Constituições promulgadas em diversos países do continente, destacando-se a Constituição do Brasil (1988), Colômbia (1991), Equador (1998) e Venezuela (1999).

A partir da combinação entre a problemática do desenvolvimento e o reconhecimento da diversidade cultural, o etnodesenvolvimento introduziu um conjunto de novos temas no seio do espaço público dos Estados nacionais. No plano político, dá um recorte étnico aos debates sobre a questão da autodeterminação dos povos e no processo as noções excludentes de soberania nacional. No plano econômico, tendem a ocupar o lugar de "alternativas" econômicas, particularmente onde a ideologia neoliberal é predominante. No plano simbólico, requer controle sobre os conhecimentos científicos e sobre os processos educativos (LITTLE, 2002).

O etnodesenvolvimento é tido como um desenvolvimento que tem como base os aspectos socioculturais de uma sociedade, isto é, a sua etnicidade. Para Stavenhagen (1985, p. 57), o etnodesenvolvimento é caracterizado como uma estratégia onde “uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses”.

O planejamento e a implementação de um programa de etnodesenvolvimento deve ser assunto interno de cada povo. Neste sentido, Bonfil Batalla (1982, p. 144, tradução nossa) defende que “o papel do Estado, através de suas várias agências, especialistas ou pessoas simplesmente interessadas em apoiar o caminho do etnodesenvolvimento, não é defini-lo ou realizá-lo, mas contribuir para criar as condições que o tornam possível”.

A abordagem do etnodesenvolvimento apresenta alguns elementos ou princípios, os quais nem sempre aparecem em conjunto. Dentre os quais, destacam-se:

Primeiramente, ela implica numa estratégia voltada para as necessidades básicas, ou seja, uma estratégia destinada a satisfazer as necessidades fundamentais de um grande número de pessoas, mais do que o crescimento econômico por si mesmo. Isto significa, que um país deve concentrar seus recursos e esforços no sentido de produzir os bens essenciais, necessários à elevação dos padrões de vida dos mais pobres, antes de imitar os padrões de consumo e produção das nações industrializadas [...].

Em segundo lugar, a abordagem do desenvolvimento alternativo procura uma visão interna, ou endógena, e não uma visão externa e orientada para as exportações e importações. O desenvolvimento deve primeiro responder às necessidades do país, coletiva e socialmente definido, mais do que ao sistema internacional.

Em terceiro lugar, a abordagem procura usar e aproveitar as tradições culturais existentes, e não rejeitá-las *a priori* como obstáculos ao desenvolvimento, como era o caso das primeiras décadas da reflexão sobre o desenvolvimento.

Em seguida, ela se propõe a respeitar, e não destruir, o meio ambiente, ou seja, é válida do ponto de vista ecológico (STAVENHAGEN, 1985, p. 18).

A rigor, o principal nível no qual se trabalha o etnodesenvolvimento é o local, pois é nele onde existem as maiores oportunidades para que os grupos étnicos exerçam algum tipo de influência sobre as decisões que lhes afetam e, conseqüentemente, promovam mudanças nas práticas econômicas e sociais. Destaca-se que é no nível local que tem início o processo de construção da autogestão étnica. Além disso, atribui-se papel de destaque às questões ambientais na implementação do etnodesenvolvimento, uma vez que as diversas atividades estarão inseridas nos ecossistemas ou no bioma da região (LITTLE, 2002).

De acordo com Silva e Carvalho (2010), a noção de etnodesenvolvimento é quase sempre confundida com o conceito de desenvolvimento sustentável. Contudo, tal noção é pouco abrangente e, apesar do etnodesenvolvimento englobar a dimensão da sustentabilidade, seu papel envolve questões mais amplas, uma mais vez que se caracteriza como fator revigorante do patrimônio cultural e fortalecedor do pertencimento étnico.

Destarte, o etnodesenvolvimento tem o desafio de romper uma dinâmica construída ao longo da história, que é pautada em mecanismos de exclusão social, de negação de direitos coletivos e de degradação dos recursos naturais.

O desafio dessa estratégia é importante. Trata-se de quebrar uma dinâmica historicamente construída sobre mecanismos de exclusão social e negação de direitos coletivos. Transformar atitudes de submissão, consentimento e desvalorização das próprias habilidades, em posições de auto-estima e reconhecimento da validade da própria etnia como recurso eficiente e não apenas como referência sentimental de atribuição. É uma tarefa cujos resultados não podem ser imediatos (CHAMORRO, 2009, p. 138, tradução nossa).

Nas palavras de Stavenhagen (1985), o etnodesenvolvimento busca ser mais participante do que tecnocrático. Orienta-se para o povo. Este deve participar de todos os níveis de desenvolvimento: da formulação de necessidades às etapas de planejamento, execução e avaliação. O desenvolvimento deve ser deslocado dos escritórios dos burocratas para o seu verdadeiro lugar: as bases.

Portanto, muitas experiências de desenvolvimento existentes no Brasil e no mundo, a exemplo do Piqui da Rampa, podem ser explicadas a partir das lentes

do etnodesenvolvimento, pois os mesmos transcorrem, intencionalmente ou não, a partir dos princípios desta estratégia de desenvolvimento.

2.5 A Economia Solidária e os Fundos Rotativos Solidários no Brasil

Apresenta-se uma discussão conceitual e histórica sobre a Economia Solidária, destacando-se as experiências desenvolvidas na América Latina e, sobretudo, o seu processo de constituição e institucionalização no Brasil. Nesta seção, também é dado ênfase aos Fundos Rotativos Solidários, que correspondem a uma importante estratégia da Economia Solidária e que é praticada por muitas comunidades brasileiras.

2.5.1 Uma discussão conceitual e histórica sobre a Economia Solidária

A Economia Solidária teria surgido, historicamente, logo depois do capitalismo industrial como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. A partir do pensamento e influência de utópicos como Robert Owen, os trabalhadores no século XIX passaram a se organizar através de cooperativas como uma forma de resistência contra o avanço avassalador do capitalismo industrial. A partir da constituição de uma cooperativa de consumo em 1844, os pioneiros de Rochdale estabeleceram as bases dos princípios cooperativistas, isto é a livre adesão, o controle democrático, a neutralidade política e religiosa, a venda à vista e em dinheiro, a devolução dos excedentes, o interesse limitado sobre o capital e a educação contínua (SINGER, 2002).

Segundo Pedrini e Oliveira (2007), a Economia Solidária emergiu no movimento da sociedade civil a partir de vários sujeitos e grupos, que ao longo da trajetória histórica, vêm tecendo não apenas uma alternativa de geração de trabalho e renda para a classe trabalhadora, mas, principalmente relações econômicas, políticas e sociais pautadas na sustentabilidade social, econômica, política e cultural.

Para Singer (2002), a Economia Solidária constitui um modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores, tornando-os possuidores do capital

de forma igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. Portanto, a Economia Solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser, isto é uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço ou qualidade. Ela foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras e consumidoras uma vida melhor.

O sistema de gestão da Economia Solidária é uma das características marcantes que a diferencia da Economia Capitalista. Assim, enquanto a gestão capitalista está voltada para o acúmulo do capital e para o lucro, a solidária está direcionada para a melhoria da qualidade de vida dos associados e para o bem viver da população (GADOTTI, 2009).

Destaca-se que a Economia Solidária e suas organizações tendem a exercer direitos na distribuição dos resultados, no fortalecimento dos seus membros e na promoção da equidade à medida que se valem da cooperação produtiva e da reciprocidade (ASSEBURG; GAIGER, 2007).

Consoante Guérin (2005), a Economia Solidária foi progressivamente definida de um modo empírico, a partir das práticas dos atores. Em um sentido mais amplo, ela agrupa o conjunto das iniciativas econômicas privadas que apostam mais no interesse coletivo e na solidariedade do que na busca do lucro.

Esta modalidade de economia possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras o enfrentamento da lógica de produção capitalista, da exploração e da exclusão mediante uma forma de organização na qual não há separação entre apropriação dos meios de produção e trabalho. Portanto, se os produtores conhecerem todo o processo, além de produzirem e gerenciarem o seu trabalho, também poderão usufruir dos resultados alcançados. Nesta perspectiva, a autogestão passa a ser um importante componente, pois possibilita o desenvolvimento humano e social dos envolvidos, uma vez que a participação nas discussões e decisões coletivas contribui para a formação e conscientização, tornando-os mais realizados, autoconfiantes e seguros (PEDRINI; OLIVEIRA, 2007).

A solidariedade e a autogestão são valores estimulados em todos os lugares que desenvolvem a Economia Solidária. Neste sentido, Singer (2003), destaca duas especificidades da solidariedade para este modo de produção. Primeiro, por estimular a solidariedade entre os membros mediante a prática de autogestão. Segundo, exercita a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

Contudo, para os críticos, a solidariedade apresentada como uma das qualidades que diferencia os empreendimentos solidários das empresas capitalistas serve mais como valor agregado à publicidade do que representa uma prática concreta. Sendo que a utilização dessa qualidade como valor de troca corresponde a uma estratégia para alcançar maior vantagem do que para efetivar as qualidades subjetivas. Assim, a solidariedade passa a ser uma mercadoria tal como qualquer outra, usada para agregar valor econômico à empresa (WELLEN, 2008).

Embora as práticas econômicas solidárias sejam alvo de críticas, as mesmas são praticadas por diversos povos e em diferentes países. Na América Latina, são destacadas algumas iniciativas solidárias que contribuíram para consolidar a Economia Solidária e que se dão no âmbito do cooperativismo autogestionário. Sobressaindo-se as seguintes:

[...] a ação da Confederación Latinoamericana de Cooperativas de Trabajadores (COLACOT), porquanto foi protagonista da formulação da lei geral da Economia Solidária na Colômbia e, também a primeira Lei Cooperativista da Economia Solidária na América Latina [...].

Na Bolívia, por exemplo, identificamos a *Red Nacional de Comercialización Comunitaria* (RENACC) que articula e desenvolve organizações rurais e urbanas no âmbito da Economia Solidária e do Comércio justo [...].

No Equador, se destaca a experiência de *Maqita Cushinchic* (MCCH), tendo por lema "*Comercializando como Hermanos*". Trata-se de um espaço de coordenação das organizações de produtores e populações urbanas e rurais que trabalham a comercialização comunitária em sete províncias do Equador [...].

Há cerca de cinco anos vem-se articulando na Argentina o *Espacio Nacional de Economía Social y Solidaria* (NESS) que reúne organizações que partilham o compromisso de desenvolver e consolidar a Economia Solidária mediante a formação de grupos nas províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba, Corrientes, La Rioja, Mendoza e Misiones [...].

Considerada uma ação bastante criativa e modelar, a *Central de Cooperativas de Comercio y Servicio Solidario* (CECOCESOLA), desenvolvida na Venezuela, abrange 85 organizações comunitárias com mais de mil trabalhadores filiados [...].

A existência de redes latino-americanas de fomento à Economia Solidária e ao Comércio Justo ocorre também em países como o Uruguai, através da *Coordinadora Nacional de Economía Solidaria* que abrange as seguintes instituições: *Asociación Uruguaya de Empreendimientos de Economía Solidaria* (AUDEES), *Comercio justo de Uruguay* e *Consejo de Canelones em Economía Solidaria*. No México, desde 1999, o comércio justo vem sendo praticado por pequenos produtores que buscam criar um modelo de

desenvolvimento diferente, baseado na justiça, na solidariedade e na sustentabilidade (SANTIAGO, 2014, p. 361).

No Brasil, as práticas sociais e econômicas pautadas na solidariedade e na reciprocidade são bem remotas e sempre marcaram as relações entre os povos tradicionais. Porém, a partir das últimas décadas do século XX, a Economia Solidária ganha notoriedade e surge como uma resposta às formas de exclusão e exploração dos trabalhadores no mundo do trabalho e, também, sobretudo, como um modelo de organização das atividades produtivas nos assentamentos de reforma agrária, na agricultura familiar, no artesanato, nas atividades extrativistas tradicionais de pesca, apicultura, entre outros. Destarte, a Economia Solidária passa a ser cada vez mais compreendida pelos diversos segmentos da sociedade brasileira, sobretudo pelas comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas como estratégia de promoção do etnodesenvolvimento, o qual respeita as características étnicas e culturais dessas populações (FBES, 2010).

O conceito de Economia Solidária aparece pela primeira vez no Brasil em 1993, através do texto “Economia de solidariedade e organização popular” de autoria do economista chileno Luís Razeto. Neste texto, a Economia Solidária é definida como:

Uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas (...), que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas (RAZETO, 1999, p. 40).

Contudo, somente um pouco mais tarde é que o conceito vai realmente ser estruturado no país. Para Lechat (2002), dois encontros contribuíram para a constituição de um pensamento em prol da economia solidária no Brasil, a despeito de não serem os únicos. O primeiro ocorreu em setembro de 1995, durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia a partir de uma mesa redonda com o tema “formas de combate e de resistência à pobreza”. Na apresentação da coletânea dos trabalhos apresentados no referido congresso, Luís Inácio Gaiger identifica os empreendimentos solidários como alternativa viável para a economia popular, uma vez que apresenta características e princípios do solidarismo e da cooperação econômica amparados na vivência comunitária. O segundo foi o III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAF), ocorrido em São

Paulo no mês de maio de 1996. Embora não se tenha falado especificamente em economia solidária neste encontro, o livro produzido com as falas dos participantes trouxe no prefácio um texto de Paul Singer, onde é feita uma defesa da economia solidária como solução surpreendentemente efetiva para a crise do trabalho.

Desde a realização da primeira edição do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS), no ano de 2001, a Economia Solidária ocupa importante espaço nas discussões, sobretudo com a articulação de entidades como a Cáritas, MST, CUT, lideranças sindicais urbanas e rurais, movimentos sociais e intelectuais, o que resultou na criação do Grupo de Trabalho Brasileiro em Economia Solidária (GONÇALVES, 2010). Em 2002, durante a segunda edição do Fórum Social Mundial, surgiu a ideia de se constituir um Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o qual seria criado em junho de 2003.

O FBES é um instrumento do movimento de Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da Economia Solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico do país, a partir da realidade local, de modo economicamente solidário e ambientalmente sustentável. São hoje mais de 120 Fóruns Microrregionais e 27 Fóruns Estaduais em todo o país, em que participam mais de 3.000 empreendimentos solidários, 500 entidades de assessoria e 100 representantes de governos municipais e estaduais. O FBES também está comprometido com a construção da Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária e do Espaço MERCOSUL de Economia Solidária (FBES, 2010, p. 19).

As reivindicações por políticas públicas direcionadas para a Economia Solidária se intensificaram com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em dezembro de 2002, o Grupo de Trabalho Brasileiro em Economia Solidária iniciou a elaboração de uma Plataforma Nacional de Economia Solidária, durante a primeira Plenária Nacional de Economia Solidária (FBES, 2010, p. 18). Em janeiro de 2003, durante o III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS, realizou-se a segunda Plenária Nacional de Economia Solidária, na qual foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Na ocasião, foi proposto o nome do professor Paul Singer para ocupar a pasta. Com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e com base no Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, foi instituído a SENAES (GONÇALVES, 2010).

A criação da SENAES representou um grande avanço para a Economia Solidária. Uma de suas primeiras iniciativas foi elaborar em parceria com o FBES o Atlas da Economia Solidária no Brasil, que deu origem em seguida ao Sistema

Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES). Outro importante passo se deu a partir do Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006, que dispôs sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Esse conselho foi constituído com a finalidade de realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da Economia Solidária.

Em 2011, com criação do Plano Brasil sem Miséria, a política pública de Economia Solidária foi incorporada a este plano no âmbito das estratégias de inclusão produtiva. Além do emprego assalariado e das iniciativas de trabalho por conta própria, incluindo micro empreendimentos individuais ou familiares, o trabalho associado foi a opção oferecida pela Economia Solidária para promover as capacidades e criar oportunidades para que as pessoas em situação de pobreza pudessem obter renda por meio do trabalho decente (SINGER; SILVA; SCHIOCHET, 2014).

A partir da Portaria nº 1.780, de 19 de novembro de 2014, no governo Dilma Rousseff, foi criado o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), constituindo-se como importante ação para o fortalecimento da Economia Solidária.

É importante ressaltar que o processo de inserção da Economia Solidária na agenda do governo federal surgiu como uma experiência inovadora em termos de práticas tradicionais de políticas de estímulo à geração de trabalho e renda. Destaca-se que desde o início, as propostas de desenho operacional de programas estiveram associadas a reivindicações de organizações sociais que defendiam o cooperativismo como princípio relevante a ser incentivado via políticas públicas (SILVA, 2018).

Com a constituição da SENAES, a Política Nacional de Economia Solidária passou a fazer parte do processo de execução orçamentária. Assim, a inclusão da Economia Solidária nos Planos Plurianuais (PPAs) serviu para demonstrar que o Estado brasileiro passaria a tratá-la como uma política institucional de geração de trabalho e renda. A temática foi inserida no PPA 2004-2007 através do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PESD). A Economia Solidária foi mantida em todos os PPAs seguintes.

A tabela 11 apresenta o orçamento para as políticas de Economia Solidária nos PPAs 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015.

Tabela 11: Orçamento da Política de Economia Solidária nos Planos Plurianuais 2004-2007; 2008-2011 e 2012-2015.

Plano Plurianual (PPA)	Valor Orçado (R\$)	Valor Executado (R\$)	% dos valores executados em relação aos valores orçados
2004-2007	169.905.966,00	137.793.738,43	81,1
2008-2011	208.085.405,00	85.731.186,86	41,2
2012-2015	577.471.115,00	131.663.414,22	22,8

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/legislacao/ldo>. Acesso em: 23/03/2018.

De acordo com a tabela 11, os valores orçados nos PPAs de 2008-2011 e 2012-2015 apresentaram variações positivas em relação aos planos dos períodos anteriores. Esta variação correspondeu, respectivamente, a 22,5% e a 177,5%.

Quanto aos valores executados, houve uma redução percentualmente dos valores utilizados quando comparados com os períodos anteriores. Deste modo, verifica-se que o percentual executado no PPA do quadriênio 2008-2011 (41,2%) foi praticamente a metade do executado no período 2004-2007 (81,1%). Esta diminuição nos percentuais também foi verificada no quadriênio seguinte, 2012-2015, onde o percentual utilizado (22,8%) foi menor que o executado no anterior (41,2%). Portanto, embora os valores orçados tenham apresentado um crescimento, a execução foi a cada intervalo reduzindo os percentuais utilizados.

Para Silva (2018), além das questões que envolvem os orçamentos, outros fatores interferiram na execução da política de Economia Solidária e que, se não forem considerados corretamente, podem levar a análises equivocadas. Ressalta-se que as dificuldades da SENAES em executar os orçamentos ocorrem desde quando a Economia Solidária foi inserida no PPA. Porém, fatores de natureza econômica e política também interferiram bastante. Economicamente, cita-se a forte recessão à qual o país foi submetido a partir de 2015, como fator desestabilizador não apenas para a política de Economia Solidária, mas para todo o conjunto de políticas sociais no Brasil. Já politicamente, o processo de *impeachment* da então presidente eleita Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, teve impactos consideráveis para a política de Economia Solidária. Como consequência, houve uma grande reformulação na equipe gestora e técnica, a começar pela saída do próprio secretário Paul Singer, que esteve à frente durante todo o período de existência da secretaria até então. Também merece destaque a transformação da SENAES em

subsecretaria, ligada ao gabinete do ministro do Trabalho, perdendo o *status* de secretaria que tinha desde 2003.

Estes acontecimentos demonstram uma mudança de rumo na Política Nacional de Economia Solidária que há pouco mais de uma década foi elevada para a condição de política institucional do Estado brasileiro e que dava sinais de estar se estruturando administrativamente a partir da constituição de órgãos como o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária, o Conselho Nacional de Economia Solidária e o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários. Tal mudança pode ter como resultado o esvaziamento e o consequente enfraquecimento institucional da Economia Solidária.

Diante deste cenário de incertezas, torna-se necessário que os empreendedores solidários brasileiros busquem alternativas que possibilitem o fortalecimento dos instrumentos de finanças solidárias e, conseqüentemente, permitam a continuidade de suas atividades e garantam a manutenção das ações desenvolvidas pela Economia Solidária.

2.5.2 A importância social dos Fundos Rotativos Solidários

Os Fundos Rotativos (Comunitários) Solidários, os Bancos Comunitários, os Clubes de Trocas, as Entidades de Microcrédito e as Cooperativas de Crédito são exemplos de iniciativas que constituem as Finanças da Economia Solidária. Estas procuram captar e canalizar as poupanças dos próprios interessados para a satisfação de suas necessidades de capital, visando prioritariamente à solução de problemas sociais e ambientais (SINGER, 2007).

Nesta perspectiva, Santiago (2014) destaca a exitosa iniciativa nos moldes da Economia Solidária ocorrido no Estado da Paraíba e que ganhou bastante projeção, quando pequenos agricultores apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se associaram para disponibilizar e gerir recursos financeiros visando o atendimento de necessidades imediatas da comunidade. Este esforço deu origem em 1993 ao primeiro Fundo Rotativo Solidário gerido pela Articulação do Semiárido (ASA), no município de Soledade, na Paraíba. Os fundos da ASA mobilizam recursos da própria comunidade. Inicialmente estavam orientados para a construção de cisternas de placas e outras estruturas comunitárias, na perspectiva de uma educação para o manejo sustentável dos recursos hídricos e,

também, para implantação de bancos de sementes. Tinham como fundamento o compromisso de cada família em contribuir para um fundo comunitário, em pequenas parcelas, um valor equivalente aos recursos recebidos e, assim, possibilitar que outras famílias pudessem ter acesso a este benefício.

Para Gonçalves (2010), o ressarcimento dos recursos pelas famílias da ASA se dava através da troca de produtos entre si, configurando a partir destas relações de troca, o circuito da dádiva defendido por Marcel Mauss, o qual demonstrava a existência de uma economia pautada na troca e reciprocidade nas sociedades consideradas arcaicas. A estratégia de trocas entre os moradores promove a circulação dos recursos na própria comunidade e a reposição obedece a uma lógica solidária baseada nas regras tradicionais de reciprocidade, levando qualquer agricultor a compartilhar, inclusive, água para consumo doméstico ou ainda criar seus animais em áreas de pastagens comuns. Deste modo, a formação dos Fundos Rotativos Solidários se configura como prática ancestral de ajuda mútua para resolver problemas básicos e imediatos de sobrevivência de comunidades rurais empobrecidas (GONÇALVES; MELO, 2016).

Assim como o caso da ASA paraibana, muitas outras iniciativas já existiam ou surgiram a partir do apoio de entidades que contribuíram para a consolidação das práticas solidárias. Deste modo, as pastorais sociais e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) propuseram alternativas de desenvolvimento comunitário baseadas nas necessidades, práticas e culturas locais. Neste contexto, a Cáritas Brasileira começou a apoiar os Projetos Alternativos Comunitários (PAC's). Os PACs surgiram em 1981 como uma atitude de solidariedade da Igreja, buscando alternativas não assistencialistas para os problemas de fome e miséria causados pela seca que assolava o Nordeste e pelo descaso do governo autoritário da época. As ações dos PACs estavam classificadas em quatro grandes tipos, a saber: as ações comunitárias, movimentos populares, ações sindicais e ação assistência-promocional. Os fundos estavam inseridos nas ações comunitárias dos projetos de caráter produtivo dado seu viés associativista (CÁRITAS BRASILEIRA, 1995).

Tais experiências em pouco tempo se espalharam também pelas outras regiões do Brasil. Registrando-se no intervalo entre os anos de 1984 e 1992, o financiamento de mais de mil PAC's. Dentre outras entidades, a Coordenação Ecumênica de Serviço (Cese), o Centro de Estatística Religiosa e Investigações

Sociais (Ceris) e o Serviço de Análise e Assessoria de Projetos (Fase/Saap) também trabalharam na mesma linha (FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL, 2007).

De acordo com o NESOL-USP (2015), os fundos são classificados em dois tipos: os de Fomento e os Rotativos Solidários. Nos Fundos de Fomento, os recursos são repassados para fomentar os projetos e iniciativas de finanças solidárias e não são reembolsáveis. Já nos Fundos Rotativos Solidários, o recurso é captado entre os próprios participantes do fundo em uma espécie de poupança coletiva. A partir de então, passa a ser investido junto aos próprios participantes, sendo devolvido ao fundo depois de algum tempo para que possa ser novamente emprestado.

Outra classificação destacada por Barreto (2016) diferencia os fundos quanto aos recursos mobilizados. Assim eles podem ser financeiros e não financeiros. Tem-se um fundo financeiro quando este disponibiliza valores monetários para as famílias que após um período devolvem em dinheiro os mesmos valores. Já o fundo não financeiro disponibiliza outro tipo de ajuda, que pode ser através do fornecimento de sementes ou animais.

Embora sejam adotadas as referidas classificações dos fundos, entende-se que estas não são inflexíveis. Deste modo, muitas experiências, ainda que não apresentem todas as características para serem incluídas completamente nas classificações estabelecidas, podem ser consideradas como praticantes dessa estratégia solidária de financiamento, haja vista que apresentam elementos comuns, que são reconhecidos e valorizados pelos próprios envolvidos.

Nesta tese, adota-se a definição dos Fundos Rotativos Solidários presente em Santos Filho *et al.* (2012), que defende que estes correspondem a uma metodologia de apoio às atividades produtivas de caráter associativo que funcionam mediante compromisso devolutivo voluntário, com formas flexíveis de retorno monetário ou de equivalência por produtos ou serviços, dirigidos para o atendimento a empreendimentos nos territórios de ação integrada de Economia Solidária, que adotem princípios de gestão compartilhada e convivência solidária.

Compreende-se que o papel atribuído aos fundos não é apenas de prover o crédito segundo uma lógica financeira tradicional ou segundo uma lógica clientelista presente em comunidades rurais, mas, sim, de exercitar um diálogo político-pedagógico em que a comunidade se aproprie dos circuitos financeiros,

apontando para a emancipação das comunidades beneficiárias a partir da lógica da solidariedade (GUSSI *et al.*, 2012).

Portanto, a estratégia desenvolvida pelos Fundos Rotativos Solidários se caracteriza por incentivar a prática da solidariedade. Este requer a participação e o envolvimento de todos, de modo que possam assumir a responsabilidade pela própria manutenção das ações praticadas, haja vista que seu funcionamento depende da contribuição financeira dos envolvidos e da autogestão.

Conforme a Carta elaborada durante o II Seminário dos Fundos Solidários da Região Nordeste, ocorrido em Fortaleza (CE) no período de 7 a 9 de 2013, os Fundos Rotativos Solidários têm se estabelecido como importante Escola de Libertação e Espaço de Resistências, onde está sendo gestado outro modelo de desenvolvimento, provocando a ampliação da democracia para o nível da participação efetiva, enquanto processos de gestão coletiva de recursos, voltados para a sustentabilidade local e territorial e para a mobilização social e que se constituem como espaços geradores de riquezas e saberes.

A fonte principal dos recursos que mantém os Fundos Rotativos Solidários é oriunda das contribuições realizadas pelos próprios participantes. Porém, muitos fundos rotativos também recebem contribuições e financiamentos de instituições ligadas às igrejas, sindicatos, bancos, estatais e governos federal, estaduais e municipais. Neste contexto, destaca-se o convênio celebrado em 2005 entre a SENAES e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para o desenvolvimento do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), mediante o fomento dos fundos solidários. Este tipo de financiamento exerce um papel estratégico para a integração e maior eficiência das políticas públicas, dado que grande parte dos participantes dos fundos é beneficiária também de outras importantes políticas públicas de geração de renda e combate à miséria e à fome. Dentre elas, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Bolsa Família (NESOL-USP, 2015).

Deste modo, os fundos solidários são formas de financiamento da economia popular solidária na perspectiva de promover a cidadania econômica daqueles que se situam fora da dinâmica tradicional do mercado. Assim, não se devem basear nos parâmetros tradicionais do sistema financeiro, os quais são pautados numa lógica meramente financeira que cobra juros de uma população que

vive em lugares de incipiente dinâmica socioeconômica, além de não se pautar por princípios de racionalidade do processo de acumulação capitalista e do individualismo urbanos. Deste modo, os fundos solidários se apresentam como uma estratégia eficaz para promover a inclusão produtiva dos segmentos mais pobres e excluídos da população (FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL, 2007).

Portanto, o papel exercido pelos Fundos Solidários é extremamente importante à medida que auxilia, sobretudo, famílias desprovidas de condições financeiras. Assim, o aprimoramento dos fundos e a formalização de apoios e convênios junto às diferentes instituições públicas ou privadas possam abrir as portas para que ações desenvolvidas nos mais diferentes lugares do país sejam ampliadas e o número de pessoas que pratica essa forma de Economia Solidária seja multiplicado.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta os procedimentos adotados ao longo da pesquisa que teve como objetivo analisar o processo de desenvolvimento a partir da inserção de políticas públicas na comunidade quilombola Piqui da Rampa, a qual faz parte do município maranhense de Vargem Grande. Deste modo, inicia-se com a delimitação da área de estudo, destacando-se a localização do quilombo Piqui da Rampa, assim como são apresentadas características geográficas da mesma. Na sequência, distinguem-se as fontes de informações de pesquisa e são apresentadas as técnicas de coleta e de análise das informações.

3.1 Delimitação da área de estudo

O município de Vargem Grande está localizado na Microrregião de Itapecuru Mirim. Esta microrregião integra a Mesorregião Norte Maranhense. Vargem Grande tem como limite ao Norte os municípios de Nina Rodrigues e Presidente Vargas; a Oeste os municípios de Itapecuru-Mirim, Cantanhede, Pirapemas e Coroatá; ao Sul, Timbiras e Coroatá e a Leste os municípios de Chapadinha e Nina Rodrigues.

A área de Vargem Grande é formada por 1.957,751 km², correspondendo a 0,59% do território estadual, sendo assim, o 44^o maior município em extensão do estado do Maranhão. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa a quarta posição com 3,72% da área, enquanto que na Microrregião geográfica do Itapecuru-Mirim é o primeiro, equivalendo a 27,74% (IMESC, 2014).

O embasamento geológico de Vargem Grande é composto pelas formações Itapecuru e Codó. A primeira tem origem no cretáceo inferior (entre 145,5 e 99,6 milhões de anos atrás), sendo formada principalmente por arenitos finos e a segunda por folhelhos betuminosos associados ao calcário, os quais são datados do cretáceo (IMESC, 2014).

O relevo da região é marcado por planícies suavemente onduladas contendo extensas áreas rebaixadas de formação sedimentar recente, com morros testemunhos (FEITOSA; TROVÃO, 2006).

Considerando a categorização estabelecida através do Sistema Brasileiro de Classificação de Solos – SiBCS (EMBRAPA, 2018), são encontrados três tipos

de solos no município de Vargem Grande, ou seja, os Plintossolos, os Argissolos vermelho-amarelo e os Nitossolos.

O clima do município é o tropical úmido, o qual possui dois períodos distintos, o chuvoso de janeiro a junho e a estiagem de julho a dezembro. A temperatura média anual varia entre 26° a superior de 27°C e umidade relativa variando de 73% a 79%, com pluviometria anual entre 1.600 mm e 2.400 mm (UEMA, 2002).

O território de Vargem Grande integra a bacia do Rio Munim, o qual banha o nordeste do município. Recebe águas de alguns afluentes como os riachos do Jucazeiro, da Cruz (com o tributário Barracão e São José), Santa Bárbara, Paulica (com o afluente Riacho Angical e Igarapé Pacas) e o rio Iguará e seus afluentes, tais como os riachos Soladado, Paruara, Poço da Pedra, do Murici, das Balsas (que tem como afluente o Mozinho), da Pedra Grande, do Saco, Fundo e da Cruz, o qual possui como tributários os riachos Gangorra, Cajazeiros, da Cruz Velha, do Salviano, do Corredor e dos Poços (IMESC, 2014).

Considerando que o Maranhão compõe uma área de transição entre os climas equatorial e o semiárido, a vegetação do Estado apresenta pequena diversidade de tipos fitofisionômicos, onde se destacam as áreas de floresta ombrófila densa e aberta, cerrado, manguezal, campos inundáveis, dunas e restingas (FEITOSA; TROVÃO, 2006). Devido a sua localização, Vargem Grande, não reproduz todos os tipos fitofisionômicos que marcam a cobertura vegetal do Maranhão, apresentando somente características de cerrado, bem como manchas de floresta e de caatinga. Além destas características, há a presença da mata dos cocais, onde o babaçu (*Orbignya speciosa*) é a espécie que mais se destaca, além de manchas de açai (*Euterpe oleracea*) e buriti (*Mauritia flexuosa*) nas áreas brejeiras e de outras palmáceas.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, Vargem Grande apresenta uma população de 49.412 habitantes. A densidade demográfica do município é de 25,24 hab./km². O meio urbano concentra 26.687 pessoas e o rural apresenta 22.725 habitantes (IBGE, 2018).

Do total de quinhentos e onze comunidades quilombolas do Maranhão certificadas pela Fundação Cultura Palmares (2018), o município de Vargem Grande apresenta treze (Povoado Belmonte, Santa Maria, São Francisco Malaquias, Caetano, Piqui da Rampa, Rampa, São Joaquim da Rampa, Penteado, Santa

Bárbara, Lagoa de Maria Rosa, Ferrugem, Boa Vista dos Conrados e Canto da Capoeira). Dentre estas, destaca-se o caso da Comunidade Piqui da Rampa que apresenta uma estrutura organizativa e produtiva que lhe permite sobressair em relação às demais comunidades do município e da região.

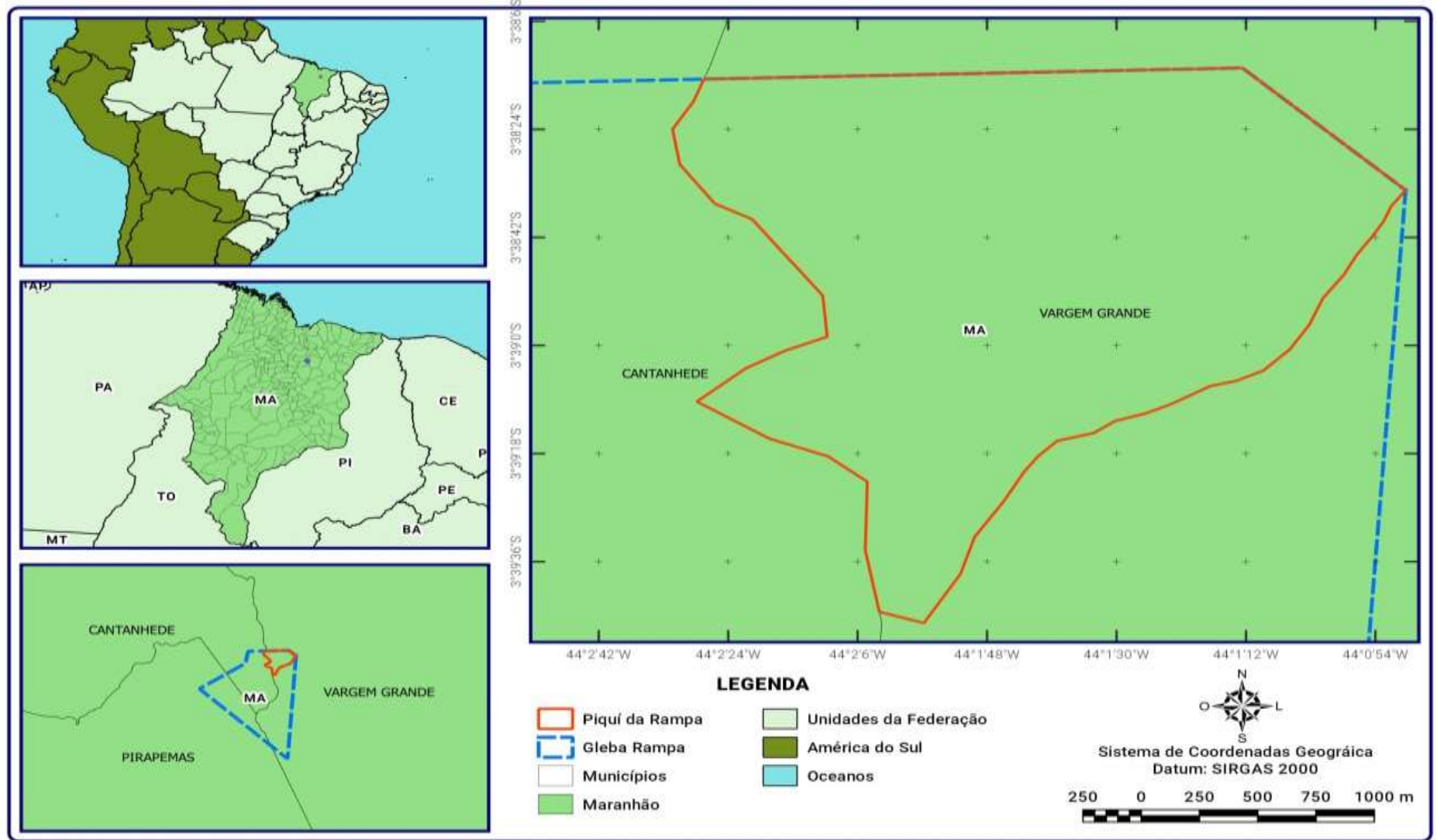
A população da Comunidade Piqui da Rampa é composta por 120 habitantes, distribuídos em 32 famílias, conforme informações fornecidas pelo secretário geral e ex-presidente da Associação Comunitária e Agrícola dos Trabalhadores e Trabalhadoras Remanescentes de Quilombo Piqui da Rampa, Sr. F² (2017).

A comunidade quilombola Piqui da Rampa é um dos povoados que compunha a antiga Gleba da Rampa, território cuja extensão compreende uma área de 6.418,02 hectares. A área da referida gleba está distribuída entre os municípios de Cantanhede, Pirapemas e Vargem Grande.

Além do Piqui da Rampa, compõem a Gleba da Rampa os povoados Bom Bilhete, Caetano, Canzal, Clementina, Deserto, Flor da Rampa, Gameleira, Mambira, Morada Nova, Olho d'Água, Prata, Primavera, Rampa, Salobro, Santa Severa, São Benedito e São Joaquim. Ressalta-se que não existe uma delimitação legal entre as comunidades que compõem o território quilombola da Rampa, havendo somente uma divisão historicamente estabelecida e reconhecida por seus moradores a partir do espaço de uso que as pessoas fazem das terras. Deste modo, destaca-se que o espaço de uso do Piqui da Rampa corresponde, aproximadamente, a uma área de 502 hectares, estando localizado totalmente no município de Vargem Grande, conforme pode ser verificado no mapa 1.

² Optou-se pelo nome fictício para preservar os informantes da pesquisa.

Mapa 1: Localização da Comunidade Quilombola Piqui da Rampa, Vargem Grande – MA.



Fonte: IBGE, 2018; DATUM: SIRGAS 2000; NASCIMENTO, José Edilson do. 2018.

Vale ressaltar que os moradores do Piqui da Rampa, assim como das demais comunidades que integram o território quilombola da Rampa possuem a posse, mas não o título de propriedade da terra. Assim, com a finalidade de adquirirem a titulação das terras que historicamente pertenceram as suas famílias, as associações das comunidades Piqui da Rampa, Rampa, São Joaquim e Caetano passaram a requerer o título de propriedade junto ao INCRA através do processo nº 54230.001872/2005-23, datado de 22 de abril de 2005. É importante esclarecer que as quatro comunidades responsáveis pelo referido processo eram as únicas do território, no período, que possuíam organizações representativas formalmente legalizadas.

A partir do referido processo, o Piqui da Rampa e as outras três comunidades foram certificadas enquanto Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) pela Fundação Cultural Palmares em 24 de março de 2010. Contudo, a continuidade do processo que requer a titulação das terras, conforme discutido no quarto capítulo, subitem 4.2, encontra-se parado e sem ter recebido nenhum tipo de providência no Setor de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Maranhão.

3.2 Fontes de Informações

Nesta pesquisa foram utilizadas fontes de informações tanto secundárias quanto primárias. As secundárias foram acessadas nas sedes e sites de órgãos públicos. Já as informações primárias foram obtidas a partir da aplicação de técnicas e instrumentos de pesquisa de campo, a exemplo da história oral, das entrevistas e dos formulários.

3.2.1 Fontes Secundárias

As informações secundárias foram acessadas de acordo com a finalidade. Deste modo, as informações sobre o processo de titulação das terras do Piqui da Rampa foram pesquisadas na Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em São Luís e na página da internet da instituição. Informações sobre o registro da terra (Carta de Liberdade) e demais

documentos registrados referentes a Gleba da Rampa foram acessados a partir dos arquivos disponibilizados pela Associação comunitária do Piqui da Rampa e de pesquisas realizadas no Cartório do 1º Ofício de Vargem Grande.

Os dados censitários (população e economia) foram buscados na página da internet do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Maranhense de Pesquisas Socioeconômicas (IMESC).

As informações ambientais, quanto às queimadas e aos desmatamentos, foram pesquisadas junto ao site do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e na superintendência do órgão em São Luís - MA.

Já as informações gerais sobre as políticas públicas direcionadas para as comunidades remanescentes de quilombos foram pesquisadas nos sites da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Fundação Cultural Palmares (FCP). Enquanto que informações sobre políticas públicas específicas que contemplaram a Comunidade Piqui da Rampa foram pesquisadas nos sites e nas sedes dos órgãos responsáveis por suas formulações, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é gerenciado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), executado por intermediação da Cooperativa Agroextrativista dos Pequenos Produtores Rurais de Vargem Grande (COOPERVAG), assim como os subprojetos financiados a partir do Projeto de Combate a Pobreza Rural (PCPR), do Programa Integrado do Maranhão (PRODIM) e do Fundo Maranhense de Combate a Pobreza (FUMACOP) que foram desenvolvidos a partir da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento (SEAGRO) do governo do Maranhão.

Ressalta-se que devido à extinção da SEAGRO, muitos arquivos da antiga secretaria foram remanejados para órgãos distintos do Governo do Maranhão. De modo que as informações sobre as políticas citadas foram obtidas na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Maranhão (SEDES-MA) e na Secretaria da Agricultura Familiar (SAF).

As questões que envolvem as lutas da população negra no Maranhão foram buscadas junto ao Centro de Cultura Negra (CCN) e à Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos (SMDH).

Já as informações gerais sobre o município de Vargem Grande foram buscadas na sede e no site da Prefeitura Municipal.

Quanto ao processo de construção das representações cartográficas visando à diferenciação da cobertura e do uso da terra nos anos de 1997, 2007 e 2017 da Comunidade Piqui da Rampa, ocorreu a partir das duas etapas seguintes:

✓ Aquisição de dados cartográficos

A diferenciação da cobertura e do uso da terra da Comunidade Piqui da Rampa foi realizada a partir de imagens de satélites dos anos de 1997, 2007 e 2017 disponibilizadas no Geocatálogo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE (<http://www.dgi.inpe.br/CDSR>). As imagens obtidas fazem parte da série de satélite LANDSAT (Land Remote Sensing Satellite).

As imagens referentes aos dois primeiros períodos, setembro de 1997 e setembro de 2007, foram obtidas através do satélite LANDSAT 5, sensor TM (Thematic Mapper). Já a imagem do último período, setembro de 2017, foi obtida a partir do satélite LANDSAT 8, sensor OLI (Operational Land Imager). As imagens utilizadas apresentam resolução espacial de 30 m, de órbita/ponto 220/63, com percentual de cobertura de nuvens de 10% nos quatro quadrantes. Foram utilizadas a bandas 4, 5 e 6. A escolha destas bandas é justificada por possibilitarem a aproximação da cor verdadeira quando são sobrepostas.

✓ Processamento de dados cartográficos

Após a aquisição dos dados, deu-se início a realização do inventário e análise da evolução histórica da cobertura e do uso da terra, assim como o mapeamento das políticas públicas e áreas comuns da comunidade. Para tanto, foi utilizado o software AutoCad Map 2018 (versão acadêmica) que permitiu a vetorização das informações e geração dos mapas temáticos com coordenadas georreferenciadas a partir do Sistema Geodésico Brasileiro e representados no Sistema UTM, tendo como referência o Meridiano Central 45 WGr, fuso 23S e como DATUM o SIRGAS-2000. Além disso, todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM. Também foram colocadas as convenções cartográficas (título, escala, legenda, coordenadas) para a finalização dos mapas.

3.2.2 Fontes Primárias

O levantamento das fontes primárias foi antecedido pela realização de encontros de sensibilização com os dirigentes da Associação Comunitária e demais

moradores do Piqui da Rampa, onde foram apresentados os objetivos e a importância da pesquisa, bem como foram feitos os esclarecimentos sobre as técnicas empregadas ao longo do estudo.

Estes encontros aconteceram durante a realização de visitas específicas à comunidade. A primeira visita ocorreu no dia 11 de julho de 2015. Naquela oportunidade, foram passadas informações gerais da pesquisa para os dirigentes da Associação Comunitária. No dia 01 de outubro de 2016, ocorreu, através de uma roda de conversa, a segunda reunião de trabalho com os dirigentes comunitários e membros da comunidade. Nesta, foram explicados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

A terceira visita ocorreu no dia 14 de janeiro de 2017 e foi acompanhada por um grupo formado pela orientadora da pesquisa e mais dois doutorandos do Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Nesta visita foi possível conhecer as áreas de produção coletiva da comunidade, assim como as técnicas de produção adotadas pelos produtores. Além disso, a partir de uma roda de conversa com a participação dos dirigentes comunitários, conheceu-se um pouco da história da comunidade, da Associação Comunitária e das lutas e conquistas dos moradores do Piqui da Rampa. Na visita realizada no dia 12 de maio de 2017 foram apresentados aos dirigentes comunitários e membros da comunidade os instrumentos de pesquisa que seriam aplicados junto aos moradores ao longo da pesquisa. Na oportunidade, foi solicitado da direção da Associação Comunitária Rural dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Quilombo Piqui da Rampa a autorização para a realização da pesquisa através da assinatura do termo de anuência, o qual foi apresentado junto a Comitê de Ética da UFPI.

A realização desta pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí a partir do número CAAE 67240617.6.0000.5214. Ressalta-se que no momento da aplicação dos instrumentos de pesquisa foi solicitada a assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a todos os voluntários participantes da pesquisa.

Portanto, após a referida autorização, deu-se início a aplicação dos instrumentos de pesquisa, que ocorreu entre os meses de julho e outubro de 2017.

3.2.2.1 Técnicas de coleta de pesquisa

A técnica da história oral foi utilizada com o propósito de resgatar o processo histórico-geográfico de ocupação da área. Para tanto, com o auxílio dos representantes da Associação Comunitária do Piqui da Rampa, foram previamente identificados quatro (4) moradores para fornecerem as informações, sendo que três (3) deles estavam entre os mais idosos da comunidade (Sr^a. A, Sr. B e Sr. C). O quarto morador indicado foi o Sr. D que, embora não seja um dos mais idosos, é considerado como um dos maiores conhecedores da história do lugar.

Adotou-se um roteiro com questões previamente elaboradas e que versavam sobre a história de ocupação da área, modo de vida, os primeiros moradores, a posse da terra, as mudanças ocorridas na organização da comunidade, as forma de cultivo da terra, as ações do Estado (políticas públicas) e a relação da comunidade com o meio ambiente ao longo dos anos (apêndice A). O registro das informações obtidas através da técnica de história oral foi feito a partir da utilização de aparelho gravador com a partir da autorização do informante.

As entrevistas corresponderam ao segundo tipo de técnica utilizada, sendo que estas foram aplicadas junto aos membros fundadores e dirigentes da Associação Comunitária e Agrícola de Trabalhadores e Trabalhadoras Remanescentes de Quilombo Piqui da Rampa, Sr. E (membro do Conselho Fiscal e ex-presidente) e Sr. F (secretário e ex-presidente). As indicações foram justificadas pelos conhecimentos que os mesmos detêm em relação à organização social e política da comunidade, desde a criação da associação até o momento da realização da pesquisa.

As entrevistas ocorreram mediante a aplicação de perguntas pré-elaboradas que buscaram levantar informações sobre a motivação para a criação da associação comunitária, a participação dos moradores nas reuniões e decisões tomadas, as principais conquistas da associação, as políticas públicas, de cunho produtivo, que contemplaram a comunidade e que contribuíram efetivamente para o aumento da produção e para geração de renda, as políticas públicas que por algum motivo não tenham tido êxito na comunidade, a contribuição das políticas públicas para a organização socioeconômica da comunidade, o planejamento e execução das atividades desenvolvidas, as estratégias adotadas para realizar divisão dos resultados da produção coletiva, as ações solidárias desenvolvidas a partir do Fundo Rotativo, as mudanças ocorridas na comunidade desde a criação da associação e

as questões relacionadas ao meio ambiente, sobretudo em relação às estratégias adotadas para conservar os recursos naturais (apêndice B). O registro das entrevistas foi feito, também, a partir da utilização autorizada do aparelho gravador.

Os formulários foram aplicados junto ao chefe de cada uma das trinta e duas (32) famílias da comunidade que estava na residência no momento da visita, correspondendo à totalidade do número de famílias. Registra-se que ao longo da aplicação foram encontrados chefes de famílias, tanto do gênero masculino quanto do gênero feminino. Nos domicílios ocupados por mais de uma família, aplicou-se a quantidade de formulários correspondente ao número de famílias ali residente.

Os formulários foram elaborados com perguntas fechadas e padronizadas (apêndice C). A aplicação destes visou levantar informações relacionadas às questões socioeconômicas dos moradores, a situação dos domicílios, a organização associativa, as políticas públicas, a produção e renda das famílias e a relação da comunidade com os recursos naturais.

Foram levantadas, ainda, informações por meio da observação direta a partir da vivência em alguns momentos do dia a dia da comunidade e dos moradores, assim como através da participação em reuniões realizadas em São Luís juntamente com os dirigentes comunitários. Neste sentido, destacam-se a reunião com o Secretário Estadual de Educação do Estado do Maranhão, solicitando providências para o funcionamento da escola de ensino médio localizada na comunidade; reunião com o chefe do Setor de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência Regional do INCRA, onde foram exigidas explicações e providências para o processo de titulação das terras do território quilombola da Rampa; e reunião na Defensoria Pública da União (DPU), que resultou na abertura de processo visando o auxílio da instituição no processo de titulação da área.

Destaca-se, ainda, a participação nos últimos três anos (2015, 2016 e 2017) dos trabalhos realizados durante a Festa Tradicional realizada em homenagem à Santa Luzia. Esta participação foi importante por ter possibilitado o conhecimento e o entendimento da atividade, uma vez que ela se constitui na mais significativa fonte de recursos que alimenta o Fundo Rotativo Solidário da comunidade.

3.3 Análises das Informações

De posse do material coletado a partir da aplicação dos instrumentos de pesquisa foi dado o tratamento formal às informações. Deste modo, procedeu-se com a transcrição das gravações da história oral e das entrevistas. A partir destas transcrições foram realizadas as análises dos conteúdos contidos nas falas dos participantes (BARDIN, 2011).

Quanto aos dados coletados por meio dos formulários, estes foram lançados e organizados através do Programa da Microsoft Office Excel 2010. A partir desta ferramenta, foram geradas tabelas e gráficos conforme as temáticas, tais como o perfil socioeconômico dos moradores, a organização associativa, as políticas públicas, a produção, a renda e as questões relacionadas ao meio ambiente.

Após estas etapas, realizou-se a análise e interpretação das tabelas e gráficos, assim como foi realizada a catalogação de referências que auxiliaram na compreensão dos dados e falas dos sujeitos envolvidos.

4 HERANÇA QUILOMBOLA E A QUESTÃO DA TITULAÇÃO DAS TERRAS

Esta seção tem o objetivo de descrever o processo histórico-geográfico de ocupação do Território Quilombola da Rampa. A seção apresenta também a situação do processo que requer o título de propriedade da área.

4.1 Processo histórico de ocupação do território

A Gleba da Rampa e toda a região do Vale do Itapecuru que foi ocupada entre o final do século XVIII e início do século XIX teve o processo de povoamento influenciado pelo Rio Itapecuru, uma vez que o deslocamento de pessoas e o transporte de mercadorias ocorriam através daquele rio.

Assim, os primeiros habitantes que ocuparam o território da Rampa aportaram na localidade denominada Rampinha (Povoado São Bartolomeu), localizado na zona rural do município maranhense de Pirapemas. Na área foram constituídas propriedades voltadas para atividades relacionadas aos engenhos, à criação de gado e à plantação de algodão. Destaca-se que um dos grandes proprietários da região no período era o padre de origem portuguesa, Antonio Fernandes Pereira.

No período, a mão de obra utilizada nas propriedades que foram surgindo era formada, predominantemente, por homens e mulheres trazidos do continente africano e que foram escravizados no Brasil.

O Sr. D morador do Piqui da Rampa, ao ser indagado sobre o processo de ocupação da área, fez o seguinte relato:

Quadro 3: Como foi o processo de ocupação da área?

<p>Resposta de Sr. D</p>	<p>A história de ocupação da terra da Rampa [...] foi um padre que ocupou essa área, que trouxe nossos negros que foram nossos antepassados. O padre Antônio Fernandes que trouxe esses negros de fora, da África, da Angola [...] Que os nossos antepassados vieram com esse padre pelo rio Itapecuru e lá em Pirapemas, lá na Rampinha, lá ele desceu com esses negros refugiados e ai de lá ele saiu no mato, de lá pra cá, escolhendo um local, olho d'água, pra poder assentar os negros.</p>
---------------------------------	--

O Padre Antonio Fernandes Pereira se tornou detentor de grandes áreas, sendo que ao longo de suas posses se formaram várias povoações. Uma das ocupações mais antigas é o povoado Bom Bilhete, o qual também era conhecido pelo nome de 'Gaviota'. Esta denominação era utilizada no período para identificar toda a área do território quilombola da Rampa (BRAGA, 2007).

Dentre as povoações que surgiram na área de domínio do Padre Antônio Fernandes Pereira, destaca-se o povoado Rampa que logo após a sua ocupação passou a ser considerado a sede da gleba, assim como a concentração do maior número de habitantes. Para elucidar o papel exercido pela Rampa em relação aos demais povoados e a influência exercida para atrair moradores de outras áreas para àquele povoado, são utilizadas algumas narrativas. Neste sentido, o conto a seguir é reproduzido para explicar o deslocamento de moradores do Bom Bilhete para a Rampa:

Os negros ao caçarem na mata encontraram um igarapé muito bonito e contaram a notícia ao Pe. Antônio, este ordenou que andassem acompanhando seu curso até encontrarem o final. Ao retornarem, comunicaram que acharam no fim do igarapé um olho d'água muito precioso. Em seguida, o Padre determinou a abertura da mata para roçarem no local, próximo ao olho d'água. Os negros ao iniciarem a derrubada das árvores no olho d'água escutaram uma voz que dizia o seguinte: "ê mariano, não deixa cortar esse pau mariano. Ê mariano, tu não deixa cortar o pau mariano". Eles voltaram muito assustados e contaram ao padre, que não acreditou e resolveu acompanhá-los. O dito pelos negros se repetiu: "ê mariano, não deixa cortar esse pau mariano. Ê mariano, tu não deixa cortar o pau mariano". O Pe. Antônio convencido, finalmente, benzeu o olho d'água, então, os negros puderam continuar o trabalho de roça no novo local. Posteriormente, eles se transferiram do Bom Bilhete para a Rampa, onde ainda existe o olho d'água (GOMES, 2007, p. 54).

Com a instalação do povoado Rampa, logo foi erguida uma Igreja em homenagem a São Bartolomeu (fotografia 1). Esta ganhou uma imagem do santo homenageado que teria sido trazida pelo Pe. Antônio Fernandes Pereira. Desde então, São Bartolomeu passou a ser considerado o padroeiro e protetor de todo o território quilombola da Rampa. Deste modo, todas as promessas e pedidos passaram a ser direcionados ao Santo. Destaca-se que as promessas variavam desde pedidos para que os partos transcorressem bem e as crianças nascessem com saúde, até para que as chuvas fossem abundantes e as lavouras tivessem bons resultados. Registra-se que no dia 24 de agosto de 2018 foi celebrado o segundo centenário do festejo de São Bartolomeu na Comunidade Rampa.

Fotografia 1: Igreja São Bartolomeu (2018), Povoado Rampa, Vargem Grande – MA.



Fonte: NASCIMENTO, José Edilson do, 2018.

A devoção a São Bartolomeu é uma das explicações para que os moradores associem as terras da gleba ao santo e aos seus herdeiros descendentes da Rampa. Deste modo, coexistem representações do território tanto como “terra de santo” como “terra de preto” na medida em que são encontrados os dois sentidos na memória dos descendentes (GOMES, 2007).

Torna-se necessário ressaltar que a religiosidade dos moradores do território quilombola da Rampa foi constituída a partir da influência exercida pelo Pe. Antônio Fernandes Pereira, uma vez que este ocupava o papel tanto de líder religioso quanto de proprietário do território.

O Pe. Antonio Fernandes Pereira por não possuir herdeiros diretos no Brasil resolveu deixar as suas terras para os seus escravos. Assim, através da Carta de Liberdade, datada de 1º de maio de 1817, concedeu a alforria e a doação das terras aos negros do Território Quilombola da Rampa. Esta Carta de Liberdade foi ratificada através da Certidão de 1971 registrada no Cartório da Comarca de Itapecuru. Em um dos trechos o padre discorre:

Eu, padre Antônio Fernandes Pereira, morador nesta Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru-Mirim, na Paragem de São Bartholomeu de Pirapemas por me achar já de humma idade muito avançada e não ter herdeiro algum necessário ou [uma palavra inelegível] descendentes e nem ao mesmos próximos possuidor de bens da Fortuna muito suficientes minha honesta subsistência e destes não devendo nada e nem estou responsável

por algum crédito alheio, temendo por últimos que minha desposição ao depois de minha morte sejam frustados por mais ordilozo inimigos da justiça a sombra da miséria [uma palavra inelegível], absolvo de o [uma palavra inelegível] e ponho no perfeito de liberdade os abaixo nomeados meus escravos [...]

Ressalta-se que o ato de doação aos negros não se deu de forma tão despreziosa, haja vista que na referida Carta de Liberdade constou uma condição fundamental para que houvesse a consolidação da referida doação, ou seja, que os escravos deveriam fornecer durante todo o período de vida do padre uma parte da produção, conforme manuscrito “[...] com a condição porem de me derem durante a minha vida a terça parte do que nella colherem [...]”.

Para Gomes (2007), as referências existentes no território quilombola da Rampa ao Pe. Antônio Fernandes Pereira são significativas na medida em que evidenciam as relações existentes e que são expressas através do sobrenome Fernandes, o qual é partilhado e compartilhado por muitos da região como forma de assegurar a descendência e o vínculo com a terra, tomando para si o nome de seu antigo senhor, constituindo-se numa relação de parentesco, ainda que os laços de sangue não existam.

Quanto às informações sobre os outros moradores que ocuparam inicialmente o território quilombola da Rampa, além do Pe. Antônio Fernandes Pereira, as pessoas mais idosas e detentoras de informações sobre as histórias do território sempre citam alguns nomes que ficaram nas lembranças como os primeiros ocupantes das terras de gleba. Neste sentido, o Sr. C faz o seguinte relato no quadro 4:

Quadro 4: Outros moradores que ocuparam inicialmente o território.

<p>Resposta do Sr. C</p>	<p>[...] quem era o dono era uma Catirina Loanda, Catio Bijagó, José Bangola, Tito e Cisto e Vitor. Era esse que era os preeminentes no começo das terras da Rampa [...] dizem que era esse povo.</p>
---------------------------------	---

Dois dos nomes citados pelo Sr. C também foram lembrados pela Sr^a. A quando questionada sobre os primeiros moradores do território ao responder que: “Eu só me lembro do nome de dois, que o nome era Cisto e Vitor. Eu só me lembro desses dois”.

Alguns dos nomes citados acima constam na Carta de Liberdade, datada de 1º de maio de 1817, deixada pelo Pe. Antônio Fernandes Pereira em nome de seus herdeiros do território quilombola da Rampa:

[...] Manoel Pedro e sua mulher Josepha [uma palavra inelegível] e sua mulher Domingas, Mandinga e sua mulher, Joana e seus três filhos [uma palavra inelegível] Maria Elena e Sarah, José Mandinga e seu filho José Domingos, José Papel e sua mulher Joana Rebolo, Raimundo e sua mulher Lucinda, Marcos e sua mulher Roza, Maria Roza e sua filha Anna, Fabião e sua mulher Joana Banguella e seus quatro filhos Margarida, Antão, Silvestre e Caetana, Joaquina Maria e Catharina Juanda e seus seis filhos Marcelino Mulato, Xisto, Raymunda, Tito, Josefa e Damiana, Francisco e sua filha Izabel Joana, Joaquina, Joana Bejagó, Roza Bejagó [...].

Para Gomes (2007), não há informações mais específicas e detalhadas sobre os primeiros moradores e descendentes do território quilombola da Rampa. Contudo, sabe-se que estes foram utilizados como mão-de-obra escrava pelo Pe. Antônio Fernandes e ao se distribuírem pelo território formaram os povoados que existem até hoje.

Neste contexto, destaca-se o Piqui da Rampa que integra o território de herança do território quilombola da Rampa e que compartilha com os demais povoados (Bom Bilhete, Caetano, Canzal, Clementina, Deserto, Flor da Rampa, Gameleira, Mambira, Morada Nova, Olho d'Água, Prata, Primavera, Rampa, Salobro, Santa Severa, São Benedito e São Joaquim) o processo de formação e as características culturais desenvolvidas pela população que historicamente ocupa a área.

Segundo relatos dos moradores, os irmãos Raimundo Epifânio da Fonseca e Gregório estão entre as primeiras pessoas que chegaram no lugar e que iniciaram o processo de ocupação desta parte do território quilombola da Rampa, sendo que o primeiro permaneceu no povoado e o segundo foi para outra área chamada de São Carlos.

O Sr. B relata o encontro de dois jovens durante o Festejo de São Bartolomeu que contribuiu para ocupação da área e que originou uma das famílias mais numerosas do Piqui da Rampa:

Quadro 5: Moradores que contribuíram para a ocupação da área.

Resposta do Sr. B	Essa terra daqui do Piqui da Rampa ela foi ocupada por um pessoal que vieram... uma senhora de Henriqueta Selvina Leite, que veio daqui de cima, aí ficou... era uma festa ali na Rampa, ali ela topou com João de Deus
--------------------------	---

	Fernandes, aqui na festa da Rampa, tudo novo. Aí se juntaram, casaram, aí construíram a família. Aí foi morando e tendo filho e aumentando e hoje nós tamos por aqui, por causa desse pessoal que chegaram de primeira-mão.
--	---

João de Deus Fernandes se casou com Henriqueta Selvina Leite. Esta trouxe consigo para morar no Piqui da Rampa a mãe, Ana Mulata e as irmãs, Idelfonsa e Zulmira. A senhora Ana Mulata era originária do povoado Baixa de Galinha, localidade situada entre os municípios de Vargem Grande e Chapadinha. Mulher muito religiosa, trouxe consigo três santos de devoção: Santa Luzia, Santo Antônio e Santa Maria. Antes de morrer deixou para cada filha um santo. Assim, Idelfonsa ficou com Santa Luzia, Zulmira com Santo Antônio e Henriqueta com Santa Maria, sendo que somente Henriqueta permaneceu no Piqui da Rampa (MENEZES, 2007).

Portanto, a tradição de realizar rezas e promessas para Santa Maria no mês de maio no povoado Piqui da Rampa teve início com a chegada da senhora Ana Mulata. Esta tradição foi mantida por Dona Henriqueta e desde então tem sido repassada e praticada por seus descendentes e demais membros da comunidade.

Embora os mais antigos se reportem ao impedimento para que pessoas de outros lugares (chamados de foreiros) se instalassem no território quilombola da Rampa, alguns dos moradores têm como origem outras localidades, sobretudo de municípios como Nina Rodrigues, Pirapemas e Chapadinha. Alguns deles foram incorporados ao território a partir de uniões matrimoniais com pessoas da gleba. O caso de Dona Henriqueta do Piqui da Rampa serve para exemplificar a união ocorrida entre moradores do território com pessoas de outras localidades, o que de certo modo contraria a tradição existente e defendida pelos antigos moradores (GOMES, 2007).

O nome de Henriqueta Selvina Leite sempre é lembrado por ter sido uma das primeiras moradoras da comunidade. Também é lembrada pela liderança exercida na comunidade durante o festejo em homenagem a Santa Maria. Além disso, a função de parteira desempenhada ao longo da vida contribuiu para que ficasse nas lembranças da comunidade. Ressalta-se, ainda, que grande parte dos habitantes do Piqui é formada por seus descendentes.

O relato do Sr. D evidencia a importância de Dona Henriqueta para os moradores do povoado:

Quadro 6: Qual a importância de Dona Henriqueta para os moradores do povoado?

<p>Respostas do Sr. D</p>	<p>Henriqueta Selvina Leite [...] que era a parteira, que era a médica desses negros aqui. Era ela quem pegava os meninos das mulheres, quem consultava, quem fazia uns remédios, quem fazia um preventivo. Fazia uma esfregação na barriga se sentia uma dor de barriga. Ela era quase uma médica.</p>
----------------------------------	---

Devido à importância que Dona Henriqueta tinha para a comunidade, durante muito tempo o próprio povoado era conhecido na região como Piqui da Velha Henriqueta. Com a construção da primeira escola no Piqui da Rampa e em reconhecimento àquela mulher, a escola recebeu o nome de Unidade Escolar Henriqueta Selvina Leite (fotografia 2).

Fotografia 2: Unidade Escolar Henriqueta Selvina Leite, Povoado Piqui da Rampa.



Fonte: Nascimento, José Edilson do, 2018.

Ainda existem outros nomes que se mantêm na memória dos moradores do Piqui da Rampa, dentre os quais se destacam os nomes de Sergio Fernandes

Cunha e Bacelício Ursulino Salgado, que foram os primeiros representantes do território quilombola da Rampa.

As informações sobre Sérgio Fernandes Cunha são imprecisas, sobretudo em relação ao período em que viveu no território, assim como suas relações familiares. Sabe-se somente que o mesmo era morador do Piqui da Rampa. Para Gomes (2007), este fato permite deduzir que o Piqui da Rampa é um dos povoados mais antigos do território quilombola da Rampa.

Bacelício Ursulino Salgado era morador do Povoado Rampa e teve a missão de representar o território quilombola da Rampa durante longo período. Merecem destaques dois atos tomados durante o período que esteve à frente do território. O primeiro ocorreu em 1971, quando solicitou a retificação da certidão para recuperar questões que envolviam a divisão e a demarcação da área explicitando os marcos limítrofes, bem como a revisão da folha de pagamento na qual constava somente o nome exclusivo de Sérgio Fernandes da Cunha e seus descendentes. A partir da retificação, a folha de que trata do pagamento passou a apresentar a seguinte redação: “Pagamento a Sérgio Fernandes da Cunha, Bacelício Ursulino Salgado e dos outros descendentes dos escravos libertos em 1817 pelo Pe. Antônio Fernandes Pereira”. Esta nova certidão foi datada em 30 de julho de 1971, tomando como referência a transcrição da Carta de Liberdade com registro no Cartório de Itapecuru-Mirim (GOMES, 2007).

O segundo ato ocorreu em 1978, quando aos 77 anos, Bacelício, passou através de procuração a representação do território quilombola da Rampa para João Alfredo Vieira, João Ribeiro dos Anjos, Sebastião Beleodório Salgado e Raimundo da Conceição Fernandes.

A prática de representação foi adotada no território quilombola da Rampa como estratégia para evitar transtornos, uma vez que o número de herdeiros era elevado, sendo constituídos por famílias, maridos, mulheres e filhos (BRAGA, 2007). Ressalta-se que o representante não era tido como dono, mas sim encarregado da terra, pois todos os descendentes são considerados igualmente donos das terras. Deste modo, o usufruto é coletivo, não havendo possibilidade que as terras sejam negociadas.

Dos nomes que receberam a incumbência de representar o território quilombola da Rampa através da procuração emitida em 1978, Raimundo da Conceição Fernandes, morador da Rampa, foi o último que exerceu a função de

representante. Dentre as atribuições dos representantes, destacava-se o papel de conciliar conflitos, autorizar pedidos e solicitações, assinar documentos e impedir que os herdeiros do Pe. Antônio Fernandes Pereira tivessem os seus direitos usurpados. Além disso, ficavam a frente das questões externas que envolviam todo o território.

A partir da criação das associações comunitárias, os dirigentes das entidades representativas passaram a exercer a função de representar interna e externamente o território da Rampa.

4.2 A busca pelo título de propriedade do território quilombola da Rampa

A titulação do território quilombola da Rampa se constitui como a principal bandeira de luta das dezoito (18) comunidades que compõem o território, pois a inexistência do título de propriedade impõe dificuldades para que os moradores tenham acesso a diversas políticas públicas, sobretudo as que exigem a titularidade das terras para que sejam formalizadas e efetivadas.

O processo requerendo a titulação do território quilombola da Rampa foi aberto no ano de 2005. Esta titulação foi requerida em conjunto através das associações das comunidades quilombolas Piqui da Rampa, Rampa, Caetano e São Joaquim. Ressalta-se que dentre as comunidades que compõe o referido território somente as quatro possuíam representações formalizadas no período da abertura do processo.

Naquele período, estava em vigor a Instrução Normativa do INCRA nº 16/2004, não havendo a exigência de apresentação da certificação no momento da abertura do processo de titulação. De modo que os processos que não continham a certificação de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares eram remetidos pelo INCRA àquela fundação para as providências de registro, sem prejuízo do prosseguimento administrativo respectivo.

Registra-se que a certificação reconhecendo o Piqui da Rampa, a Rampa, o Caetano e o São Joaquim da Rampa como comunidades remanescentes de quilombos foi emitida pela Fundação Cultural Palmares somente em 2010.

Considerando as etapas do processo de regularização fundiária das terras das comunidades remanescentes de quilombos, apresentadas através do

fluxograma 1 (página 48), o processo do Território Quilombola da Rampa se encontra, ainda, na primeira de seis etapas, sendo que, entre a primeira (dezembro de 2014) e a última (maio de 2018) pesquisa realizada junto ao Setor de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência Regional do INCRA no Maranhão, foi verificado que o processo continuava no mesmo lugar e que não havia recebido nenhum encaminhamento administrativamente.

De acordo com informações obtidas no referido setor, há várias explicações e justificativas para que o processo que envolve o território quilombola da Rampa, assim como de outras comunidades, continuassem parados e sem providências. Destacando-se: 1) a grande demanda, haja vista que o Maranhão possui um grande número de processos abertos requerendo a titulação das terras; 2) alguns processos de titulação são priorizados por envolverem áreas conflituosas; 3) pressões exercidas pelas ações civis públicas promovidas pela Defensoria Pública da União (DPU) e pelo Ministério Público Federal (MPF); 4) questões orçamentárias, precária estrutura e o limitado quantitativo de pessoal.

Diante da informação fornecida pelo Setor de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência Regional do INCRA no Maranhão e devido ao longo período que o processo se encontra parado no setor sem receber providências, os representantes das comunidades que requerem a titulação do território quilombola da Rampa solicitaram, em junho de 2018, auxílio da DPU, através de um Procedimento de Assistência Jurídica (PAJ), objetivando ajuda na resolução da questão da regularização fundiária.

Em audiência entre os dirigentes das associações do Território Quilombola da Rampa e a DPU, em fevereiro de 2019, decidiu-se pela abertura da Ação Civil Pública. Esta foi ajuizada com pedido de tutela de urgência em 15 de abril de 2019.

Destarte, a regularização do território quilombola da Rampa é necessária, pois nas últimas décadas a área tem sido alvo da ação de pessoas estranhas aos seus verdadeiros herdeiros e que não apresentam a mesma relação de pertencimento e de respeito aos recursos naturais e a história do povo que deu origem ao lugar. Deste modo, a titulação das terras pode evitar o surgimento de novas invasões, assim como a degradação dos recursos naturais e a ocorrência de possíveis conflitos entre os herdeiros e os invasores das terras.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS PRODUTIVAS E O ETNODESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA PIQUI DA RAMPA

A seção tem a finalidade de analisar as políticas públicas e o etnodesenvolvimento da Comunidade Quilombola Piqui da Rampa. Para tanto, inicia-se com a caracterização da cobertura e uso da terra, destacando-se a relação da comunidade com os recursos naturais. Prossegue-se com a análise da organização associativa, das políticas públicas implantadas a partir de ações do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão (PCPR-MA), o Programa de Desenvolvimento Integrado do Maranhão (PRODIM) e do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP). Realiza-se também a análise da estrutura econômica da comunidade através do perfil socioeconômico, do trabalho e renda, a produção e comercialização dos excedentes agrícolas e a experiência associativa do “Fundo Rotativo”, constituído no Piqui da Rampa.

5.1 Cobertura e uso da terra

A metodologia utilizada na elaboração da representação cartográfica da cobertura e do uso da terra da Comunidade Piqui da Rampa permitiu a identificação das seguintes classes: Floresta estacional decidual, Vegetação com influência fluvial, Corpos hídricos, Solo exposto, Área de cultivo e Área residencial.

De acordo com o Manual Técnico da Vegetação Brasileira do IBGE (2012), a floresta estacional decidual existente na Comunidade Piqui da Rampa é caracterizada por apresentar estrato superior formado de macro e mesofanerófitos predominantemente caducifólios, com mais de 50% dos indivíduos despídos de folhagem no período desfavorável, ou seja, no período seco.

A classe de vegetação com influência fluvial é assinalada como um típico caso de formação pioneira. É uma vegetação que reflete os efeitos das cheias dos igarapés nas épocas chuvosas, ou, então, das depressões alagáveis todos os anos. As plantas predominantes são da família *Arecaceae*, havendo o predomínio dos gêneros *Euterpe* e *Mauritia*, os quais se agregam, constituindo o açazal e o buritizal (IBGE, 2012).

Os corpos hídricos existentes no Piqui da Rampa são formados por corpos d’água naturais e artificiais, destacando-se os igarapés, a barragem (represa)

e os açudes (IBGE, 2013). Os reservatórios artificiais foram construídos na comunidade com a finalidade de atender a demanda da irrigação e da piscicultura.

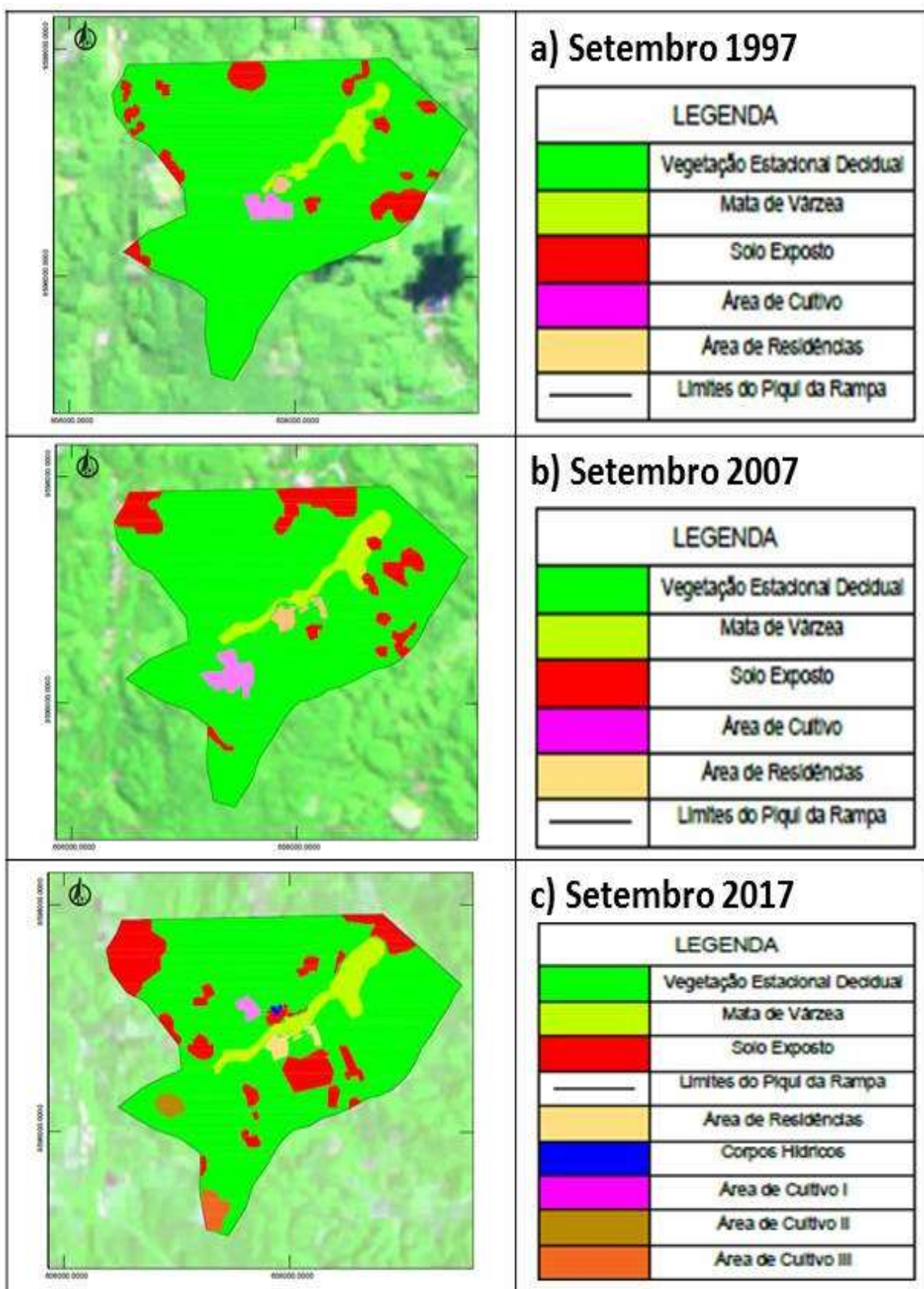
Os solos expostos encontrados na comunidade correspondem à classe marcada pela ausência de cobertura vegetal ou áreas de vegetação rasteira que apresentam indivíduos arbustivos distribuídos de modo esparsos. Normalmente, as áreas de solo exposto estão associadas a terrenos degradados por processos erosivos, desmatamentos e queimadas (GOMES *et al.*, 2013).

A classe da área de cultivo identificada no Piqui da Rampa apresenta características coincidentes com a categoria de Cultivo temporário diversificado definido no Manual Técnico de Uso da Terra do IBGE (2013). A referida categoria está associada aos mosaicos de usos que envolvem a utilização de mais de três produtos. Deste modo, a produção é diversificada e conjuga culturas temporárias como mandioca, milho e feijão. Ressalta-se que esta categoria é característica da agricultura familiar e de subsistência.

Finalmente, a área de residências ou núcleo habitacional da Comunidade Piqui da Rampa está associado à categoria das Áreas Antrópicas não Agrícolas, pois reúnem as áreas abertas construídas (IBGE, 2013).

A figura 1 apresenta a distribuição das classes nos mapas a, b e c referentes à cobertura e ao uso da terra da Comunidade Piqui da Rampa nos meses de setembro dos anos de 1997, 2007 e 2017, respectivamente.

Figura 1: Distribuição espacial das classes de cobertura e do uso da terra da Comunidade Piqui da Rampa nos anos de 1997, 2007 e 2017.



Fonte: IBGE, 2018. LANDSAT 5. LANDSAT 8. NASCIMENTO, José Edilson do., 2019.

A tabela 12 apresenta as áreas ocupadas e os percentuais correspondentes das classes nos mapas de cobertura e do uso da terra da Comunidade Piqui da Rampa conforme a figura 1.

Tabela 12: Áreas e percentuais das classes de cobertura e do uso da terra da Comunidade Piqui da Rampa nos anos de 1997, 2007 e 2017.

Classes	1997		2007		2017	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Floresta Estacional Decidual	458,3	91,3	442,0	88,0	388,0	77,4
Vegetação com influência fluvial	17,0	3,4	23,0	4,6	27,0	5,4
Corpos Hídricos	-	-	-	-	1,0	0,1
Solo Exposto	17,3	3,5	22,0	4,4	68,0	13,5
Área de Residências	2,0	0,3	4,5	0,9	5,0	1,00
Área de Cultivo	7,4	1,5	10,5	2,1	13,0	2,6
Total	502,0	100,0	502,0	100,0	502,0	100,0

Fonte: IBGE, 2018. LANDSAT 5. LANDSAT 8. NASCIMENTO, José Edilson do., 2019.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

A partir da análise da figura 1 e dos dados da tabela 12, constata-se que nos três períodos analisados a maior parte da área da Comunidade Piqui da Rampa estava coberta pela classe formada pela floresta estacional decidual. Porém, a área abrangida por esta classe sofreu redução nos três períodos (meses de setembro de 1997, 2007 e 2017), sendo que em 1997 a área de abrangência correspondia a 91,3% da área total da comunidade (502 ha) e nos períodos seguintes, setembro de 2007 e setembro 2017, representava 88,0% e 77,4%, respectivamente. Comparando-se somente o primeiro e o último período, constata-se que a redução da referida classe correspondeu a 15,3%.

O solo exposto é a segunda classe com maior abrangência, 68 ha, correspondendo a 13,55% da área da comunidade. Chama a atenção o aumento da área abrangida por esta classe entre o segundo (setembro de 2007) e o último (setembro de 2017) período analisado, que passou de 22 para 68 ha ocupados. Este aumento representou uma ampliação desta classe em 209,1%.

A vegetação com influência fluvial apresentou ao longo do período analisado ampliação de sua área de abrangência. Em setembro de 2017 esta classe passou a ocupar 5,4% da área da comunidade, ou seja, 27 ha. Em comparação com o período anterior, setembro de 2007, a ampliação da área abrangida representou um acréscimo de 17,4%. O aumento desta classe é considerado um dado muito

importante, pois significa que além de estar sendo conservada a vegetação tem se expandido para a área de várzea existente na comunidade.

A área de cultivo da Comunidade Piqui da Rampa teve a sua abrangência quase que dobrada no intervalo analisado, sendo que em setembro de 2007 ocupava uma área de 7,4 ha e em setembro de 2017 passou a ocupar 13 ha. Percebe-se na figura 1 que as áreas destinadas ao cultivo ocupam espaços distintos nos três mapas apresentados.

Embora as áreas de cultivos apresentadas nos três mapas estejam ocupando espaços distintos da comunidade, ressalta-se que desde 2009 os moradores do Piqui da Rampa passaram a cultivar os produtos nos chamados campos agrícolas, abandonando assim as roças praticadas de forma itinerante. Deste modo, o mapa referente ao mês de setembro 2017 apresenta os três campos agrícolas existentes na comunidade, os quais estão identificados como áreas de cultivos I, II e III.

A área de residências apresentou variação mais significativa entre o primeiro e o segundo período analisado. Esta variação representou um crescimento de 125%, ou seja, o núcleo habitacional que ocupava em setembro de 1997 um espaço equivalente a 2,0 ha, passou a ocupar 4,5 ha em setembro de 2007. Ressalta-se que no intervalo entre os referidos períodos houve a execução do Projeto de melhorias habitacionais, conforme salientado no item 5.3. Este acontecimento explica o aumento da área ocupada por esta classe.

Já a classe dos corpos hídricos foi identificada somente no mapa de 2017. Nesta representação, a referida classe ocupou uma área de 1,0 ha, correspondendo a 0,1% da área total da comunidade. A identificação de corpos hídricos neste mapa se deve a construção da barragem ocorrida na corrente década e que resultou de investimentos do FUMACOP.

Estes dados revelam que o quadro ambiental da comunidade Piqui da Rampa requer cuidados, sobretudo em relação à diminuição da área de abrangência da floresta estacional decidual e o aumento das áreas de solo exposto. Já positivamente, destaca-se a ampliação da área abrangida pela vegetação com influência fluvial, assim como a utilização dos campos agrícolas em detrimento das roças de toco. A opção pela produção de alimentos nos campos agrícolas demonstra uma preocupação da comunidade com a conservação dos recursos naturais.

Destaca-se que os participantes desta pesquisa manifestaram preocupação com os recursos naturais, sobretudo em relação à manutenção da vegetação nativa e dos corpos d'água.

A colheita da juçara realizada coletivamente pelos moradores do Piqui da Rampa é citada pelo Sr. B como exemplo para demonstrar a preocupação da comunidade com o meio ambiente.

Quadro 7: Preocupação com os recursos naturais do Piqui da Rampa

<p>Resposta do Sr. B</p>	<p>Nós somos muito preocupados, porque a juçara que tá vindo aí, tá com uns 6 anos que nós paramos a juçara pra não tirar juçara verde, só tá me entendendo? Aí nós só tira ela junto, aí nós divide, todo mundo usa o dele, alegre e contente, num tirar verde, porque tem um que tira mais do que outro, porque tem uns que trabalha mais, outros menos, sendo que ia ser mais beneficiado do que os outros. Então a gente tira tudo de uma vez, parte e cada um usa o dele e não deixa mais queixa pra ninguém e aí nós estamos com isso na mente, se não nós vamos se sentir mal de novo, que nem a gente se sentia. Caboco passava aí na estrada, via um cacho de juçara e tirava, hoje nós botamos uma placa pra não mexer, que é proibido. Então nós trabalhamos muito em cima disso.</p>
---------------------------------	--

Embora seja manifestada a preocupação dos moradores com o meio ambiente, constata-se que algumas técnicas e práticas agrícolas utilizadas pelos agricultores durante a produção não concorrem para a conservação do meio ambiente, a exemplo das queimadas (fotografia 3) e do desmatamento que ainda são praticadas por 37,5% e 34% dos moradores, respectivamente. Ressalta-se que estas técnicas práticas são desenvolvidas, sobretudo, por aqueles membros que não integram a entidade representativa da comunidade.

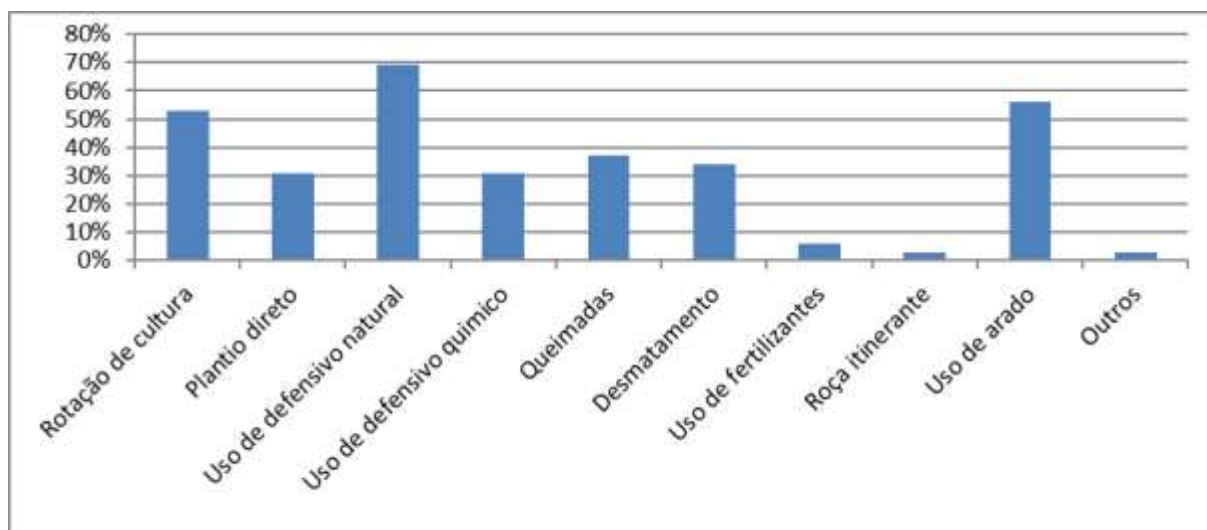
Fotografia 3: Área queimada no Piqui da Rampa.



Fonte: Associação do Piqui da Rampa, 2008.

A rotação de cultura (53%) e o plantio direto (31%) foram as técnicas mais citadas que visam a conservação dos recursos naturais. Os defensivos são utilizados por 81% dos agricultores, sendo que o uso do defensivo natural corresponde a 69% e o químico a 31% entre as pessoas que praticam tal técnica. O gráfico 3 apresenta todas as técnicas e práticas utilizadas no Piqui da Rampa durante a produção agrícola.

Gráfico 3: Técnicas e práticas utilizadas pelos agricultores do Piqui da Rampa.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Quando questionado sobre a questão ambiental o Sr. F diz considerar o tema como uma das grandes preocupações da comunidade e que embora ainda persistam algumas ações que prejudicam o meio ambiente tem sido feito um trabalho de conscientização com o objetivo de amenizar os danos ao meio ambiente. Neste sentido, cita a mudança de comportamento dos moradores a partir do trabalho de sensibilização desenvolvido pela associação e que contribuiu para a diminuição do uso de queimadas. Deste modo, argumenta que:

Quadro 8: Comportamento da Comunidade Piqui da Rampa em relação ao meio ambiente.

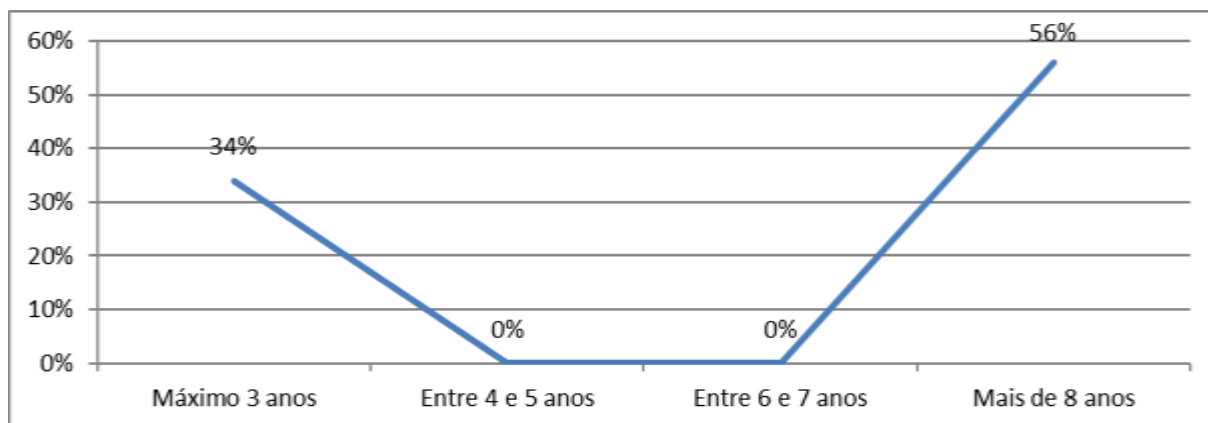
Resposta do Sr. F	<p>Antes, quando eu me entendi, nós tínhamos um grande número de queimadas aqui mais de 100% na nossa comunidade e região. Hoje depois dos nossos campos agrícolas, que nós começamos com eles mais fortes depois de 2009, 2010, nós reduzimos o número de queimadas pra mais de 90%. Essa foi uma das questões que chegou que foi bem marcante, porque nós fazíamos a “roça no toco” de 2 ou 3 linhas, a gente queimava de 20 a 30 linhas na frente. A gente vê o verde na comunidade, a gente vê o verde nas estradas. Ainda tem queimada? Tem, você sabe que o ser humano trabalha com conscientização e a gente tem essa preocupação muito grande de conscientização a respeito de nossas matas, à margem dos olhos d’água, que antigamente nossos antepassados não tinha consideração, iam roçar a margem do igarapé.</p>
--------------------------	--

A diminuição do uso de queimadas na comunidade ocorreu concomitantemente com o desenvolvimento da produção agrícola nos campos agrícolas. Conforme salientado anteriormente, esta prática permitiu que uma área passasse a ser utilizada por um intervalo maior de tempo, evitando o desmatamento ou a queimada de novas áreas. Corroborando com esta informação, 81% dos participantes da pesquisa declararam que as áreas de cultivo não são periodicamente transferidas de lugar. Somente 19% disseram que as áreas são transferidas de lugar.

Quanto ao tempo mínimo para que ocorra a mudança da área de cultivo, constatou-se que 56% dos participantes da pesquisa declararam que ocorre com mais de 8 anos de uso da área. Já para 9% dos entrevistados são necessários no

máximo 3 anos para que ocorra a mudança. Ressalta-se que 34% não declararam o tempo para que houvesse a mudança do cultivo (gráfico 4).

Gráfico 4: Periodicidade da mudança da área de cultivo.



Fonte: Nascimento, José Edilson do., 2017

A pesquisa constatou, ainda, que para todos os entrevistados as políticas públicas executadas na comunidade influenciaram na relação dos moradores com o meio ambiente, contribuindo positivamente para a conservação dos recursos naturais. Para tanto, citaram as políticas que contemplaram a comunidade e que contribuíram para que a produção se concentrasse nos campos agrícolas, permitindo que fossem evitados desperdícios de recursos naturais.

As mudanças ocorridas na relação da comunidade Piqui da Rampa com a natureza são recentes e resultam de vários processos, sendo que a organização dos moradores através da associação comunitária e a modificação na forma de produzir que deixou de ser individualizada, passando a ocorrer de forma coletiva nos campos agrícolas, bem como o acesso às várias políticas públicas foram fundamentais para que as pessoas passassem a valorizar mais os recursos naturais.

5.2 Organização associativa da comunidade Piqui da Rampa

A representatividade política do Piqui da Rampa é desempenhada pela Associação Comunitária e Agrícola de Trabalhadores e Trabalhadoras Remanescentes de Quilombo Piqui da Rampa. Esta associação foi constituída em 31 de julho de 2016, como resultado da junção da Associação Comunitária do

Povoado Piqui (criada em 1995) e da Associação de Mulheres Negras do Povoado Piqui (criada em 2001).

A origem da organização associativa da comunidade está relacionada à atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)³ da Igreja Católica. Assim, em 1984, por iniciativa e orientação do pároco da Paróquia de Vargem Grande, foram iniciadas as reuniões e atividades que levaram a constituição da CEB's do Piqui da Rampa.

Após mais de 10 anos de atuação e trabalhos desenvolvidos por meio da Comunidade Eclesial de Base do Piqui da Rampa, foram conseguidas algumas conquistas que marcaram a história do local enquanto comunidade e que motivou a constituição da associação comunitária.

Um empréstimo de 3.000 dólares adquirido em 1994 junto à Igreja Católica da Holanda foi o primeiro recurso financeiro conseguido pela comunidade. Esta quantia foi destinada à construção de uma casa de farinha. A quitação do referido empréstimo antes do prazo estipulado de três anos serviu de motivação para a comunidade buscar outros empréstimos.

Outro importante auxílio financeiro foi conseguido através da Cáritas Brasileira e se destinou ao financiamento da construção de uma mini-usina de beneficiamento de arroz. Este empréstimo foi quitado dentro do prazo estabelecido. Assim, à medida que a comunidade conseguia honrar os compromissos firmados, logo crescia o interesse por outros projetos para auxiliar a produção.

Neste contexto, os moradores resolveram fundar em 15 de agosto de 1995 a “Associação Comunitária do Povoado Piqui”. Dentre as finalidades previstas no estatuto da referida entidade representativa, destaca-se a promoção do desenvolvimento de atividades e produção agrícola dos sócios e comunitários da localidade, apoiando as ações do poder público na aplicação de recursos para a promoção do desenvolvimento local sustentável, assim como amparar a população de baixa renda em geral, dando assistência aos mais necessitados.

³ As CEB's são caracterizadas como pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia ou de uma capela por iniciativa de leigos, padres ou bispos. Estas são consideradas comunidades por reunirem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e residem na mesma localidade. Assim, motivados pela fé, essas pessoas vivem uma união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque se congregam nas Igrejas, como núcleos básicos de comunidade de fé. E são de base, porque formadas por pessoas que integram as camadas mais populares da sociedade como donas de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares (BETTO, 1985).

O ex-presidente e membro do conselho fiscal da Associação do Piqui da Rampa, Sr. E detalha a motivação para a criação da referida entidade representativa:

Quadro 9: Quais os motivos para criação da Associação do Piqui da Rampa?

<p>Resposta do Sr. E</p>	<p>O que motivou a criar a Associação do Piqui da Rampa foi aquela vida que a gente teve no passado, acompanhado de nossos pais, nossos avós, que a gente percebeu que era uma vida muito sofrida e a gente procurou... a gente que foi da segunda geração, vamos dizer assim, nós se propomos com essa qualidade de vida desse povo que aqui mora, nessa comunidade. Então, o que fizemos, nós fomos incentivados pela Igreja Católica, não podemos dizer que não, as Cáritas... E aí nós se juntamos e criemos, houve a necessidade de criar uma associação comunitária para tentar acessar políticas públicas.</p>
---------------------------------	---

A criação da associação ocorreu como estratégia de enfrentamento das grandes dificuldades que assolavam a comunidade, pois a pobreza e a fome eram algo marcante na vida dos moradores. Destaca-se que antes da organização associativa o trabalho era realizado de forma individualizada e os resultados não eram satisfatórios, uma vez que a produção não era suficiente para garantir o sustento das famílias ao longo do ano.

Com a criação da associação comunitária, as pessoas e famílias passaram a realizar os trabalhos coletivamente e os resultados obtidos foram mudando a realidade da comunidade. A partir dessa mudança, tornou-se comum ouvir na comunidade os moradores afirmarem orgulhosos que não são ricos, continuam pobres, mas nenhum morador passa fome como ocorria antes do trabalho ser realizado coletivamente.

O Sr. F descreve a situação da comunidade antes da criação da associação comunitária e das dificuldades que tiveram para constituírem a entidade.

Quadro 10: Situação da comunidade antes da Associação Comunitária.

<p>Resposta do Sr. F</p>	<p>A pobreza era tão grande que as pessoas achavam que se já tinha chegado a comida já tinha chegado tudo. Então, assim, não acreditavam. Então na criação da associação as pessoas pensavam: “Pra que? Vocês não vão conseguir nada, isso é só pra gastar dinheiro com papel. Pra gastar tempo”; mas a gente que tinha a cabeça mais aberta, porque a gente sabe que nossos antepassados tinham a</p>
---------------------------------	--

	mente atrofiada de coisas ruins que colocaram na cabeça deles, o pensamento sempre era negativo. Então, isso foi uma dificuldade grande, de inserir na cabeça das pessoas que as coisas iam dar certo, foi um desafio grande que a gente alcançou, mas com muita batalha, muita dor de cabeça, muita gente chorava, pensava em desistir, que não ia acontecer, que a família ia morrer de fome porque não tinha condição, se parasse um dia para trabalhar para associação ele achava que ia morrer de fome e a gente bateu muito nessa tecla, que a gente conseguia junto vencer esse obstáculo. Graças a Deus, juntos a gente conseguiu vencer esse obstáculo.
--	--

A constituição da Associação Comunitária do Piqui da Rampa e o envolvimento dos moradores são apontados pelos dirigentes comunitários como fundamentais para a consolidação da entidade representativa. Destaca-se que além do trabalho ser realizado de forma coletiva, o resultado obtido a partir da produção é dividido de forma igual entre todas as famílias envolvidas de acordo com os trabalhos realizados. Neste sentido, o dirigente Sr. F afirma que:

Quadro 11: Envolvimento dos moradores com a Associação.

Resposta do Sr. F	Hoje em dia, 95% dos trabalhos da comunidade são comunitários e os serviços e lucros são divididos entre todas as famílias, que atualmente trabalham com o manejo orgânico e sustentável de horta comunitária, campo de sequeiro, avicultura, piscicultura entre outros.
--------------------------	--

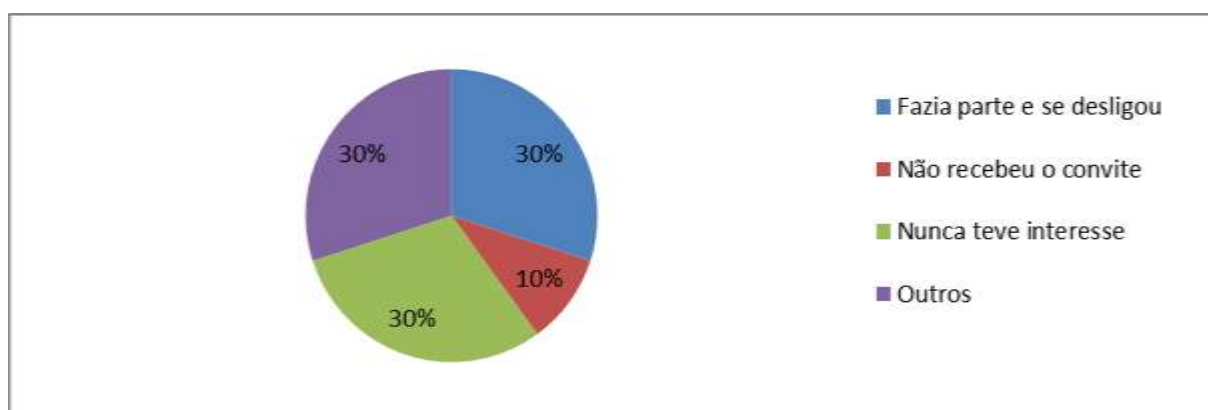
A Associação Comunitária e Agrícola de Trabalhadores e Trabalhadoras Remanescentes de Quilombo Piqui da Rampa é composta por 60 membros associados. Estes são caracterizados como agricultores e produtores familiares.

Cabe à Associação Comunitária do Piqui da Rampa a responsabilidade pela organização e pelo gerenciamento de tudo aquilo que é obtido coletivamente pelos membros da entidade. Também é função da referida associação articular junto a órgãos públicos e privados a implementação de políticas públicas que atendam à comunidade. Ressalta-se que desde a criação da associação, os moradores passaram a lutar mais por seus direitos.

A partir do levantamento realizado através dos formulários de pesquisa, foi verificado que 69% dos chefes de famílias fazem parte da Associação Comunitária do Piqui da Rampa. O número de chefes de famílias que não fazem

parte da entidade corresponde a 31%. Daqueles que não compõem a associação, verifica-se que 30% nunca manifestou interesse em participar. O mesmo percentual foi registrado tanto para aqueles que já fizeram parte e se desligaram quanto para os que alegam outros motivos pra não integrarem a referida associação. Por fim, somente 10% dos entrevistados justificaram que não fazem parte da entidade por não terem recebido o convite para tal (gráfico 5).

Gráfico 5: Motivo de não integrar a Associação Comunitária e Agrícola dos Trabalhadores e Trabalhadoras Remanescentes de Quilombo Piqui da Rampa.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Há coincidência entre o número de chefes de famílias que nunca tiveram interesse em participar da Associação Comunitária do Piqui da Rampa e os que eram contrários à própria criação da entidade, sobretudo por terem resistência ao trabalho coletivo e de se submeterem as decisões coletivas. Já os que fizeram parte e se desligaram não especificaram os motivos para terem tomado tal decisão. A aposentadoria é uma das razões declaradas por aqueles que alegaram outros motivos pra não integrarem a associação.

Quanto à ocupação de cargos de direção da Associação do Piqui da Rampa, constatou-se entre os sócios que 54,5% já haviam ocupado ou estavam ocupando alguma função diretiva da entidade. Embora o percentual de sócios que já exerceram ou exercem cargos de direção seja superior a 50%, verifica-se a necessidade de uma maior participação das mulheres nos cargos de direção da associação, sobretudo porque esta foi constituída a partir da junção de duas outras associações, incluindo a Associação de Mulheres Negras do Povoado Piqui.

Em relação aos encontros entre os sócios, destaca-se que os mesmos acontecem ordinariamente uma vez por semana. Havendo necessidade o número de encontros semanais sofre alteração. Ressalta-se que as questões que envolvem toda a comunidade são decididas coletivamente através de votação nas assembleias, levando-se em consideração nas tomadas de decisões o desejo manifestado pela maioria dos moradores.

Quanto ao nível de satisfação dos moradores com o trabalho desenvolvido pela associação comunitária, os entrevistados avaliam o mesmo como sendo bom (72%) ou excelente (28%). Destaca-se que não houve manifestação para as opções regular, ruim ou péssimo. Deste modo, pode-se inferir que mesmo aqueles 31% dos chefes de famílias que não fazem parte da Associação do Piqui da Rampa julgam o trabalho realizado pela mesma de forma satisfatória.

A satisfação dos moradores com a Associação Comunitária do Piqui da Rampa é uma consequência das ações e conquistas que beneficiaram a comunidade, uma vez que a associação foi a responsável pelas articulações que resultaram em benefícios aos moradores através de políticas públicas que contemplaram todas as famílias, a exemplo dos projetos de eletrificação rural, de melhorias habitacionais, de melhorias das vias de acesso, da casa de farinha, da construção de poço artesiano e da construção da barragem.

Destarte, pode-se inferir que a Associação Comunitária do Piqui da Rampa tem um papel fundamental para a comunidade. Neste sentido, além das políticas públicas obtidas, destaca-se a organização dos moradores e o trabalho coletivo como os principais ganhos resultantes das ações desenvolvidas pela referida entidade.

5.3 Políticas Públicas Implantadas na comunidade

São Caracterizadas as políticas públicas, de caráter produtivo, implantadas na comunidade Piqui da Rampa a partir do PCPR-MA, do PRODIM e do FUMACOP.

5.3.1 Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão (PCPR-MA)

O Piqui da Rampa foi uma das comunidades quilombolas maranhenses contempladas com subprojetos financiados pelo PCPR-MA. Esta comunidade teve sete (7) propostas aprovadas. Registra-se que a comunidade teve subprojetos financiados dos três tipos de categorias disponibilizadas, ou seja, de infraestrutura, produtivo e social (quadro 12).

Quadro 12: Subprojetos financiados pelo PCPR-MA na Comunidade Quilombola Piqui da Rampa no Período entre 1998 e 2003.

Categoria	Tipo de subprojeto
Infraestrutura	Eletrificação rural
	Melhoria de caminho de acesso
	Sistema simplificado de abastecimento de água
Produtivos	Agroindústria (casa de farinha)
	Projeto comunitário irrigado
	Trator (com arado, roçadeira e carroça)
Sociais	Melhoria habitacional

Fonte: SEAGRO/NEPE, 2003.

Os projetos de infraestrutura e sociais significaram transformações na vida dos moradores do Piqui da Rampa, pois viabilizaram um melhor acesso à comunidade, bem como permitiram a substituição das antigas moradias de taipa e palha por casas construídas de alvenaria e cobertas por telhas (fotografia 4). Além disso, todas as casas passaram a contar com energia elétrica e água encanada.

Fotografia 4: Casas construídas a partir do PCPR-MA no Piqui da Rampa.



Fonte: Nascimento, José Edilson do., 2018.

A construção de todas as casas do Piqui da Rampa representou uma grande conquista para a comunidade. Neste sentido, o Sr. F pontua que:

Quadro 13: Sobre a construção das casas do Piqui da Rampa.

<p>Resposta do Sr. F</p>	<p>Uma das principais conquistas da comunidade foram as moradias. Essa pra mim chamou muita atenção. Ficou muito marcado na história da comunidade, porque, assim, antigamente não tinha casa, era só tijupá tapado de palha, outros só tapado de barro e todo mês, toda semana, tinha que tá remendendo parede de casa, tinha que tá tirando palha pra ficar cobrindo casa. Era um dano muito grande na questão ambiental. Têm vários outros bens públicos alcançados, mas construção das casas para mim foi um dos principais objetivos alcançados.</p>
---------------------------------	---

Outro importante subprojeto implementado no Piqui da Rampa através do PCPR foi a construção da agroindústria da casa de farinha (fotografia 5). A estrutura disponibilizada por tal subprojeto permitiu uma melhoria na forma de produzir farinha de mandioca da comunidade. Por extensão, contribuiu para a geração de renda das famílias, uma vez que se passou produzir mais e um produto de melhor qualidade para ser comercializado.

Fotografia 5: Casa de farinha construída a partir do PCPR-MA no Piqui da Rampa.



Fonte: Nascimento, José Edilson do., 2018.

A aquisição do trator adquirido juntamente com o arado, a roçadeira e a carroça (fotografia 6) passaram a auxiliar os trabalhadores em todas as etapas produtivas, desde o momento da limpeza das áreas para o cultivo até a realização da colheita da produção. Deste modo, foram enormes os ganhos proporcionados por este subprojeto, pois significou economia de tempo e redução nos custos de produção. Além disso, alguns trabalhos que eram desenvolvidos somente a partir do uso da força manual dos trabalhadores e com o auxílio de ferramentas simples passaram a ser realizados a partir da utilização do trator.

Fotografia 6: Trator adquirido através do PCPR-MA pelo Piqui da Rampa.



Fonte: Nascimento, José Edilson do., 2018.

Para o Sr. E, as políticas públicas contribuíram decisivamente para a melhoria da qualidade de vida dos moradores do Piqui da Rampa. Deste modo, argumenta que:

Quadro 14: Como as Políticas Públicas contribuíram para a qualidade de vida dos moradores do Piqui da Rampa?

<p>Resposta Sr. E</p>	<p>A importância dessas políticas, eu acho que chegou na hora certa e deu um avanço bacana que mudou a qualidade de vida desse povo. Então, eu acho que chegaram na hora certa, as políticas que chegaram a comunidade abraçou e fez sucesso mesmo. Vamos dizer assim, a qualidade de vida desse povo mudou, do que vivia há 20 anos mudou muito.</p>
------------------------------	---

Já a área irrigada, resultante do projeto comunitário irrigado, permitiu que houvesse uma diversificação dos alimentos cultivados e o aumento da produção. Além disso, permitiu que a produção ocorresse durante todo o ano. Isto significou um grande ganho, pois antes do cultivo irrigado a produção ocorria somente durante o período chuvoso do ano.

Fazendo uma reflexão sobre as políticas públicas que contemplaram o Piqui da Rampa, o Sr. F destaca a importância das mesmas e a necessidade de maiores investimentos na agricultura familiar. Neste sentido, faz a seguinte fala:

Quadro 15: Quais as políticas públicas que contemplaram o Piqui da Rampa?

<p style="text-align: center;">Resposta Sr. F</p>	<p>As políticas públicas para mim são de grande importância. Eu costumo dizer que na agricultura, o agricultor não consegue fazer sozinho, o governo em si, de um modo geral, tem de apoiar mais a questão da agricultura familiar, porque eu costumo dizer que onde tem o maior número de emprego hoje direto e indiretamente é na agricultura familiar. Quando se tem uma produção dentro de uma comunidade como a que se tem no Piqui da Rampa ela abrange todas as famílias. Evita esses projetos a ausências das pessoas das famílias, de se deslocarem para São Paulo, Rio Verde, pra corte de cana. Então esse projeto é de grande importância, porque ele une as famílias e une os pensamentos das pessoas em um só objetivo. Eu costumo dizer que a maior dificuldade para uma comunidade andar bem é você chegar no nível de pensamento das pessoas em um objetivo comum, num objetivo que vá beneficiar a todos para que você possa dar continuidade a esse projeto e é o que acontece aqui no Piqui da Rampa. Eu acho que o governo tem de investir ainda muito mais nas políticas que vá fortalecer a agricultura familiar no Brasil e no Maranhão, principalmente nas comunidades quilombolas que contribuíram muito nas riquezas desse país e que hoje se sentem excluídas de várias políticas públicas do governo que quando chega, as vezes já chega só a barrela nas comunidades, não chega do jeito que tá na lei. Que bom que nossos governantes possam estudar mais as leis sobre a igualdade racial para que essas políticas públicas cheguem inteira nas comunidades, não vir dividindo um tanto de Brasília, dividir um tanto de São Luís, dividir um tanto do município e quando chega na comunidade chega só as barreiras. Que essas políticas possam vir com respeito a igualdade social das pessoas e das famílias da comunidade.</p>
--	---

De modo geral, pode-se afirmar que os projetos implementados através do PCPR no Piqui da Rampa foram fundamentais para a comunidade, uma vez que contribuíram para que os moradores passassem a ter a disposição alguns serviços

considerados básicos e que até então não lhes eram ofertados, a exemplo da energia elétrica e do abastecimento de água. Além disso, permitiram que os agricultores aumentassem a quantidade dos produtos cultivados mediante o auxílio recebido através dos equipamentos que lhes foram disponibilizados.

5.3.2 Programa Integrado do Maranhão (PRODIM)

A Comunidade Quilombola Piqui da Rampa foi beneficiada pelas ações do PRODIM através de dois subprojetos comunitários, o de criação de galinha caipira de corte e o do caminhão. O primeiro subprojeto atendeu uma demanda da comunidade apresentada através do processo nº 1.193/2006, requerido pela Associação das Mulheres Negras do Povoado Piqui. Já o segundo, satisfaz uma solicitação manifestada pela Associação Comunitária do Povoado Piqui a partir do processo nº 3.833/2006. Os referidos projetos estavam voltados para auxiliar a geração trabalho e renda das famílias da comunidade.

A tabela 13 apresenta informações dos projetos oriundos do PRODIM que beneficiaram o Piqui da Rampa.

Tabela 13: Projetos financiados pelo PRODIM que beneficiaram a Comunidade Quilombola Piqui da Rampa no período entre 2004 e 2008.

Projeto	Processo	Data	Entidade requerente	Quantidade	Valor aprovado (R\$)
Galinha Caipira de Corte	1193/06	11/05/2006	Associação das Mulheres Negras do Povoado Piqui (1)	1.000 cabeças	21.068,02
Caminhão	3833/06	29/11/2006	Associação Comunitária do Povoado Piqui (2)	01 Unidade	91.633,94
TOTAL					112.701,96

Fonte: NEPE, 2018.

(1) (2) A partir da junção da Associação Comunitária do Povoado Piqui e da Associação de Mulheres Negras do Povoado Piqui foi constituída, em 31 de junho de 2016, a Associação Comunitária e Agrícola de Trabalhadores e Trabalhadoras Remanescentes de Quilombo Piqui da Rampa.

A Associação das Mulheres Negras do Povoado Piqui foi a entidade responsável pela apresentação da solicitação do projeto de Galinha Caipira de Corte. Os recursos adquiridos através deste projeto, R\$ 21.068,02, foram destinados

para a aquisição de aves, rações, vitaminas e equipamentos, assim como para a preparação do espaço destinado a criação dos animais.

De acordo com os dirigentes da Associação do Piqui da Rampa, a atividade de criação de galinhas contribuiu bastante para a geração de renda das famílias, pois os recursos obtidos a partir da comercialização dos frangos passaram a ser destinados para a conta comunitária e posteriormente repassados para os sócios da entidade.

Já o projeto do caminhão foi motivado pela necessidade que a comunidade Piqui da Rampa tinha para escoar a produção. O recurso disponibilizado pelo PRODIM para o atendimento dessa demanda da Associação Comunitária do Povoado Piqui, correspondeu a R\$ 91.633,94.

A partir da aquisição do caminhão (fotografia 7), o escoamento da produção agrícola da comunidade até a sede do município de Vargem Grande e de cidades vizinhas foi facilitado, pois antes desta conquista o deslocamento era feito através da utilização de animais ou de bicicletas.

Fotografia 7: Caminhão da Comunidade Piqui da Rampa.



Fonte: Nascimento, José Edilson do., 2018.

Após alguns anos de utilização do caminhão obtido através dos recursos do PRODIM, a Associação do Piqui da Rampa fez a troca por outro modelo de

caminhão. Ressalta-se que o novo caminhão foi adquirido com recursos originados pelas atividades realizadas coletivamente pelas famílias do Piqui da Rampa.

Embora a Comunidade Quilombola Piqui da Rampa tenha sido contemplada somente por dois subprojetos comunitários financiados pelo PRODIM, pode-se afirmar que os mesmos tiveram uma importância significativa para a comunidade, pois contribuíram para a geração de trabalho e renda das famílias.

5.3.3 Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP)

Além das políticas públicas oriundas dos programas financiados pelo Banco Mundial, PCPR-MA e PRODIM/PCPR II, a Comunidade Quilombola Piqui da Rampa também foi contemplada por projetos financiados a partir de recursos do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP). Deste modo, destacam-se os projetos da Horta Comunitária, o de Irrigação e o da Barragem.

O Projeto da Horta Comunitária resultou do convênio celebrado em 2011 entre o Estado do Maranhão, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (SEDAGRO) e a Associação Comunitária do Piqui da Rampa com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, contribuindo assim com o desenvolvimento sustentável da comunidade Piqui da Rampa.

O custo total do Projeto da Horta Comunitária (cultivo protegido de hortaliças – telados) correspondeu ao valor de R\$ 141.373,00. Deste total, R\$ 126.374,00 foi custeado pelo Estado do Maranhão através do FUMACOP e R\$ 15.000,00 representou a contrapartida da Associação Comunitária do Piqui da Rampa. Este projeto permitiu o cultivo protegido de hortaliças contra pragas, doenças e excesso de luminosidade, de água e de vento (fotografia 8). A partir deste projeto o Piqui da Rampa passou a produzir produtos como o pimentão, couve berinjela, beterraba e alfaces americana, crespa e roxa.

Fotografia 8: Área de cultivo protegido da Comunidade Piqui da Rampa.



Fonte: Nascimento, José Edilson do., 2018.

O Projeto de Irrigação foi outro importante convênio financiado com recursos do FUMACOP e que beneficiou a Comunidade Piqui da Rampa. Este projeto foi originado a partir do processo nº 3908/2010 e teve um custo de R\$ 66.667,00. Visou-se com o referido projeto estruturar um sistema de irrigação para uma área de dois hectares, onde seria utilizado na produção de hortaliças.

Já o terceiro projeto, o da Barragem, foi motivado pela carência existente na comunidade de fontes de água para o abastecimento das áreas de cultivo. O projeto da Barragem do Piqui da Rampa foi selecionado através do Edital nº 01/2011, de 26 de outubro de 2011, que disciplinou o Processo de seleção pública de projetos produtivos da agricultura familiar e de empreendimentos econômicos solidários do Estado do Maranhão realizado pela SEDAGRO.

O referido edital previa um montante da ordem de R\$ 5.000.000,00 e com a possibilidade de ser ampliado em R\$ 5.000.000,00 sendo formalizado por aditivo. Deste total, 60% seriam destinados aos projetos com valores de até R\$ 150.000,00 e 40% dos recursos se destinariam aos projetos com valores de R\$ 150.000,01 até R\$ 300.000,00. O projeto da Barragem envolvia custos relacionados com os valores do segundo grupo.

Diferentemente dos demais projetos executados na comunidade, o projeto da Barragem foi realizado sem a participação e o acompanhamento da Associação

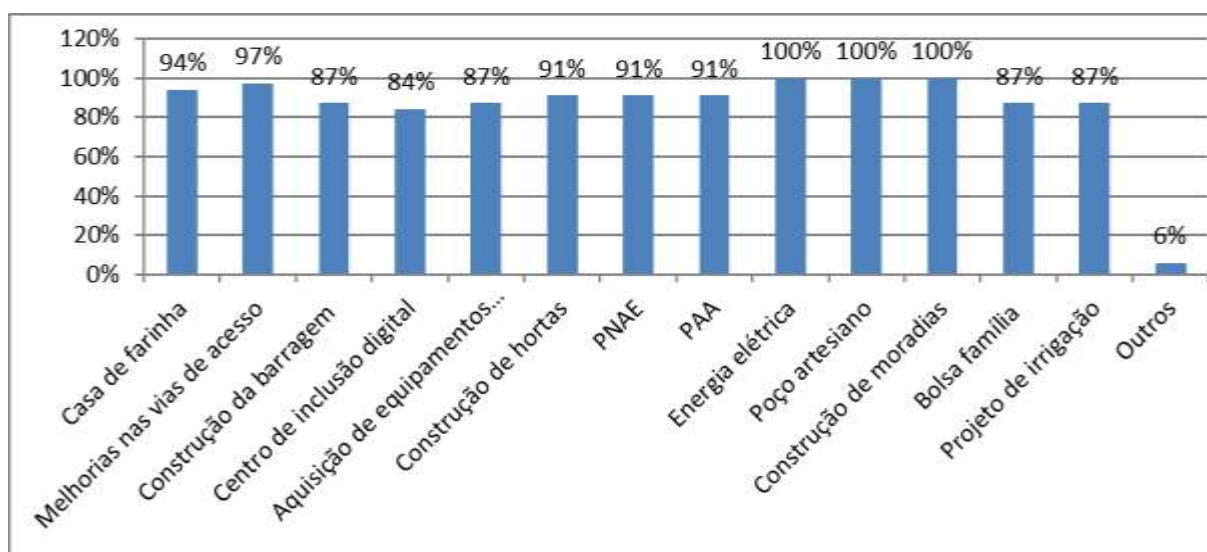
do Piqui da Rampa. Deste modo, a entidade não disponibiliza de detalhes do processo de execução da obra. Talvez por este motivo, o projeto da Barragem seja uma das políticas públicas contempladas pela comunidade que não foi inteiramente concluída.

Embora sejam apontadas falhas na execução de algumas políticas públicas na Comunidade Piqui da Rampa, a exemplo do ocorrido com a Barragem, as mesmas exercem um papel fundamental no processo de etnodesenvolvimento da referida comunidade. Elas são responsáveis por proporcionarem vários benefícios, os quais variam desde os programas de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família, até ações que auxiliam na produção e na geração de trabalho e renda para os moradores. Para Batalla (1982), o papel do Estado nos processos de etnodesenvolvimento, assim como o verificado na Comunidade Piqui da Rampa, não é de defini-lo ou realizá-lo, mas contribuir para que sejam criadas as condições que o tornam possíveis.

Levando-se em consideração a importância das políticas públicas para a Comunidade Piqui da Rampa, todos os participantes da pesquisa afirmaram que já haviam sido contemplados por algum tipo de benefício originário destas. Assim, algumas políticas públicas são reconhecidas por terem beneficiado diretamente as próprias famílias ou por possibilitarem algum tipo de benfeitoria para a comunidade.

O gráfico 6 apresenta o nível de conhecimento dos moradores do Piqui da Rampa em relação as políticas implantadas na comunidade.

Gráfico 6: Políticas Públicas contempladas pelo Piqui da Rampa.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Dentre as políticas listadas e que foram apontadas por todos os moradores, destacam-se a construção de moradias, a energia elétrica e o poço artesiano. Contudo, embora algumas políticas públicas tenham favorecido toda a comunidade, a exemplo da casa de farinha, as melhorias das vias de acesso, a construção da barragem e o centro de inclusão digital, as mesmas não foram apontadas pela totalidade dos participantes da pesquisa.

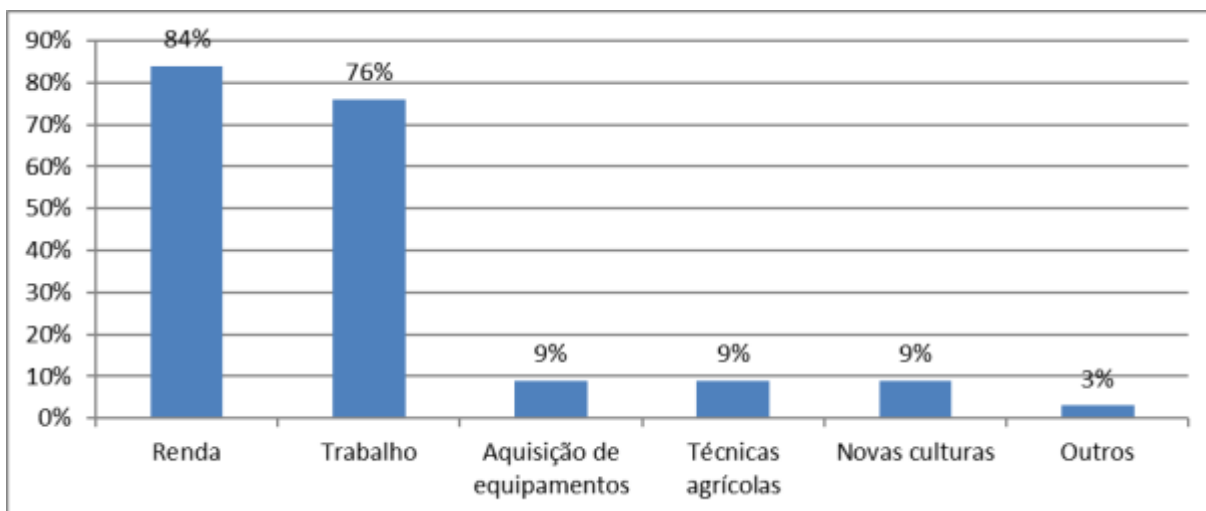
Observa-se que 87,5% dos participantes se declararam beneficiados do Programa Bolsa Família. Este dado corrobora com a informação anteriormente fornecida de que o referido programa corresponde a uma das principais fontes de renda para 28% das famílias da comunidade.

Nenhum participante manifestou ter sido contemplado pelo Programa Brasil Quilombola. Contudo, ressalta-se que muitas ações que contemplaram o Piqui da Rampa integram o rol de políticas do referido programa, a exemplo da certificação quilombola, a habitação rural, Programa Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Bolsa Família entre outras políticas. Portanto, tal constatação evidencia a falta de informação em relação às próprias políticas públicas que atendem às comunidade quilombolas.

Quando questionados sobre o que possibilitava a Comunidade Piqui da Rampa ser beneficiada por diversas políticas públicas, os entrevistados foram unânimes em responder que resultava da organização e do trabalho da realizado pela Associação do Piqui da Rampa. Além disso, 12,5% dos participantes apontaram o nível de carência dos moradores como fator determinante para que as supracitadas políticas chegassem à comunidade.

Dentre as políticas públicas que contemplaram a comunidade Piqui da Rampa, as consideradas de cunho produtivo possibilitaram vários benefícios para os moradores. Sendo que a renda (84%) e o trabalho (76%) foram apontados como os principais ganhos resultantes da implementação de tais políticas. A aquisição de equipamentos (9%), a aprendizagem de técnicas agrícolas (9%) e o plantio de novas culturas (9%) também foram citados como benefícios gerados (gráfico 7).

Gráfico 7: Benefícios gerados para o Piqui da Rampa a partir da introdução de políticas públicas produtivas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

De acordo com os moradores, a conclusão das obras oriundas das políticas públicas é apontada como o grande desafio a ser superado. Neste sentido, a maioria dos participantes (56%) aponta que as políticas públicas que contemplaram o Piqui da Rampa não foram totalmente executadas. Para ilustrar tal afirmação, os entrevistados citaram o caso da construção da barragem (fotografia 9) e do prédio da escola de Ensino Médio (fotografia 10) como políticas públicas que não haviam sido completamente concluídas na comunidade.

Fotografia 9: Barragem inacabada da Comunidade Piqui da Rampa.



Fonte: Nascimento, José Edilson do., 2017.

Fotografia 10: Prédio inacabado da Escola de Ensino Médio da Comunidade Piqui da Rampa.



Fonte: Nascimento, José Edilson do., 2017.

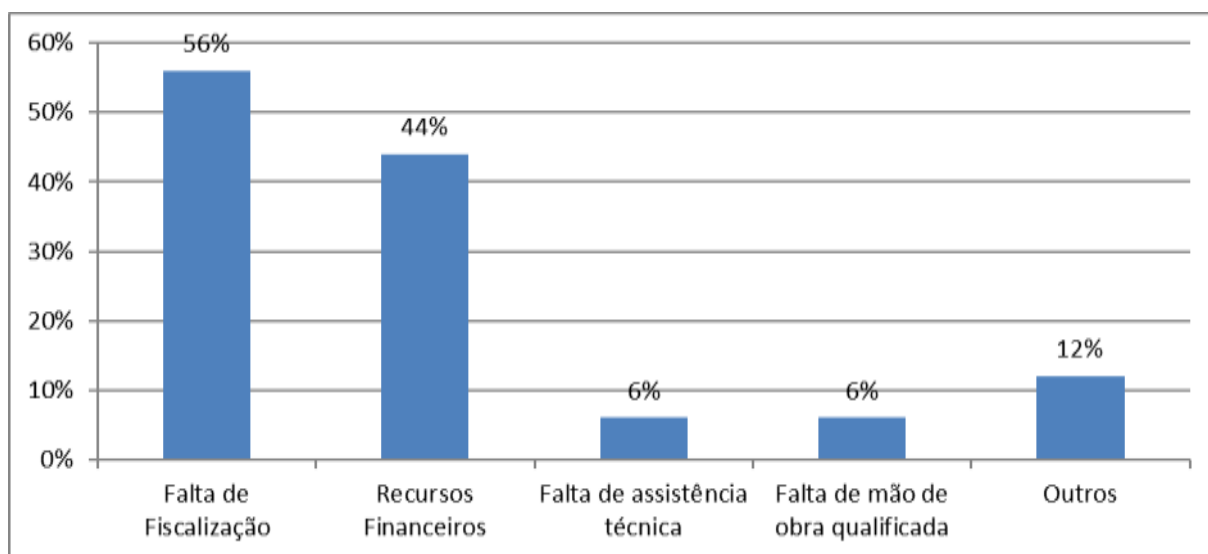
Nesta perspectiva, o ex-presidente e membro do Conselho Fiscal da Associação do Piqui da Rampa, Sr. E faz o seguinte comentário em relação às políticas públicas que não foram totalmente executadas na comunidade:

Quadro 16: Quais as Políticas Públicas não foram totalmente executadas?

<p style="text-align: center;">Resposta do Sr. E</p>	<p>Eu destaco como exemplo a barragem. Que essa barragem veio de cima pra baixo, você tá me entendendo? Nós fomos comunicados por um representante do qual não quero citar o nome, que vinha essa barragem pra cá e essa barragem não foi concluída. Inclusive essa barragem é um dos pontos que eu coloco, que eu acho que foi um dos pontos que a comunidade sonhava e que não foi concluído. E um prédio, um espaço que não foi concluído também, pro ensino médio que não foi da forma que a gente sonhava. Então esse prédio era pra ser no mínimo um prédio com 3 salas de aula, com refeitório e tudo mais, implantaram só 2 salas, mas isso aí não sei se vão tentar melhorar, mas não foi concluído também.</p>
---	--

Para os moradores alguns fatores concorrem para que as políticas públicas não tenham sido totalmente concluídas. Neste sentido, a falta de fiscalização (56%) e dos recursos financeiros (44%) são os fatores mais citados para explicar o porquê da não efetivação das mesmas. São citados, ainda, a falta de assistência técnica (6%), de mão de obra qualificada (6%) e outros (12%) que inviabilizaram a conclusão das obras (gráfico 8).

Gráfico 8: Fatores que contribuem para a não efetivação das políticas públicas na Comunidade Piqui da Rampa.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Ainda que a execução das políticas públicas apresente problemas, impedindo que as mesmas sejam plenamente executadas, a totalidade dos moradores do Piqui da Rampa salienta que as mesmas são muito importantes, pois elas são fundamentais para o processo de desenvolvimento da comunidade.

A manutenção das políticas públicas existentes, assim como a ampliação das iniciativas visando especificamente às comunidades quilombolas são fundamentais para que os moradores dessas áreas possam ter nas suas próprias comunidades oportunidades de trabalho e renda e, conseqüentemente, tenham condições de permanecerem nos seus territórios historicamente ocupados.

5.4 Perfil socioeconômico

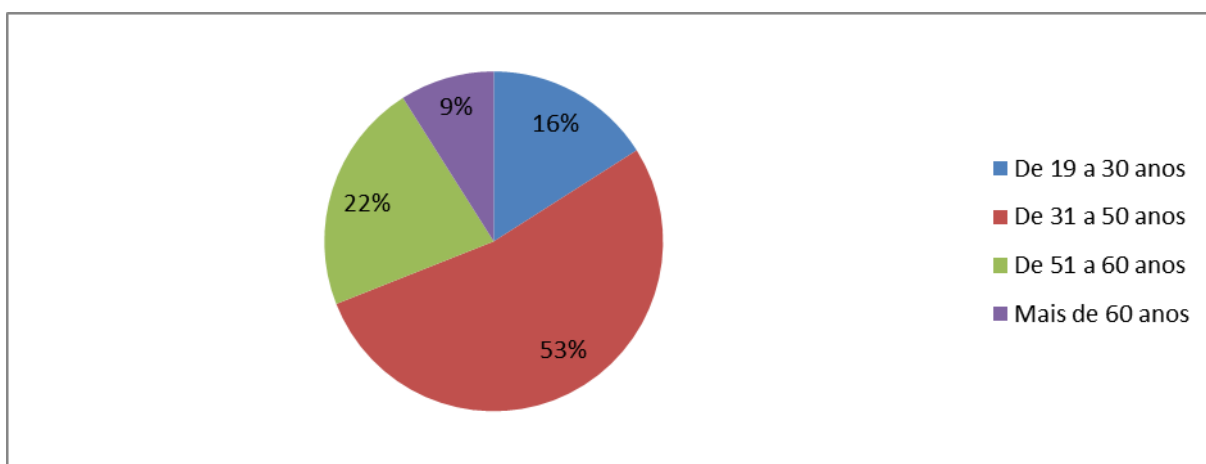
As informações utilizadas nesta subseção resultaram da aplicação de formulários junto aos chefes das trinta e duas (32) famílias que se encontravam nas

residências no momento da visita, correspondendo ao total de famílias da Comunidade Piqui da Rampa. Após a aplicação do referido instrumento de pesquisa, constatou-se que o número de formulários respondidos por homens e mulheres foi igual, ou seja, 16 unidades por gênero.

Quando questionados quanto à cor ou a raça⁴, os participantes se declararam como pretos (59%) e pardos (38%). Do total, somente uma pessoa (3%) não se declarou em relação ao item.

Em relação às faixas etárias, constatou-se que as famílias são chefiadas por pessoas com idades, predominantemente, entre 31 e 50 anos (53%). Também há famílias lideradas por pessoas mais jovens (com idade entre 19 e 30 anos) e por pessoas mais idosas (com mais de 60 anos) correspondendo, respectivamente, a 16% e a 9%. Já aqueles chefes com idade entre 51 e 60 anos, perfazem 22% da totalidade de famílias (gráfico 9).

Gráfico 9: Faixa etária dos chefes(as) de famílias pesquisados na Comunidade Piqui da Rampa.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Verificou-se que as famílias formadas por até três pessoas e as formadas por quatro e cinco pessoas são as mais numerosas da comunidade, correspondendo a 47% e 44%, respectivamente. As famílias formadas por seis a oito pessoas representam 9% do total. Não houve registro de famílias composta por mais de oito pessoas (tabela 14).

⁴ A classificação de “cor ou raça” utilizada reproduz a mesma empregada pelo IBGE em suas pesquisas.

Tabela 14: Número de pessoas por família na Comunidade Piqui da Rampa, 2017.

Nº de pessoas por família	Nº de famílias	% em relação ao total de famílias (32)
Até 3 pessoas	15	47%
De 4 a 5 pessoas	14	44%
De 6 a 8 pessoas	3	9%
Mais de 8 pessoas	-	-
TOTAL	32	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

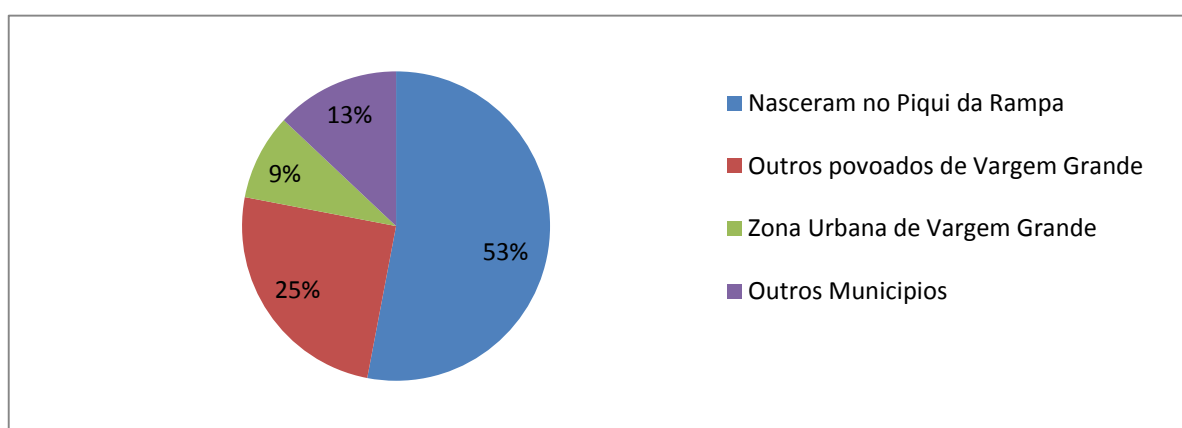
Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Em relação ao tempo de moradia no Piqui da Rampa, constatou-se que 81% dos chefes de famílias entrevistados já moram há mais de 15 anos na comunidade. Dentre aqueles que moram há menos tempo, foi verificado que a chegada dos mesmos resultou da união matrimonial com pessoas que já residiam na comunidade.

Considerando a origem dos moradores do Piqui da Rampa, constatou-se que 53% dos pesquisados nasceram na própria comunidade. O número de pessoas que tem como origem outras comunidades do município, assim como da zona urbana de Vargem Grande corresponde, respectivamente, a 25% e 9%. Já os que são originários de outros municípios representam 13% do total (gráfico 10).

Gráfico 10: Origem dos moradores do Piqui da Rampa.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Quanto à situação dos domicílios, 31 dos entrevistados (97%) afirmaram que residem em casas disponibilizadas pela Associação do Piqui da Rampa, enquanto que os demais residem em casa própria. Esta informação reforça o

entendimento majoritário entre os moradores de que a propriedade da terra e os bens existentes na comunidade são coletivos e não individuais.

A totalidade dos pesquisados declarou que as suas casas são assistidas tanto por água encanada quanto por energia elétrica. Os dois serviços aludidos são frutos de ações executadas na comunidade a partir do PCPR. Embora as moradias não sejam atendidas por rede de esgoto, todas elas possuem fossas sépticas.

A água consumida pelos moradores é fornecida pelo sistema simplificado de abastecimento que leva a água do poço artesiano existente na comunidade até as casas. Esta água recebe alguns tratamentos, os quais são realizados pelos próprios moradores. A filtragem de água e a aplicação de cloro são os tratamentos mais comuns, sendo realizados por 29 e 16 chefes de famílias, respectivamente. A prática de ferver a água foi mencionada como algo realizado por quatro chefes de famílias. Além desses tratamentos, foi citada por um entrevistado a prática de coar a água antes do consumo. Ressalta-se que alguns chefes de famílias declararam que realizam mais de um tipo de tratamento. Também houve um chefe de família que informou não realizar nenhum tipo de tratamento da água antes do consumo.

Em relação à destinação dada ao lixo domiciliar, constatou-se que a totalidade dos moradores (100%) queima os resíduos em seus próprios quintais. Embora todos os entrevistados façam uso de tal prática, também há o registro de duas outras destinações dadas ao lixo, que é descartá-lo em terrenos baldios ou “no mato” (3%) e enterrá-lo (3%).

Os moradores reconhecem que a prática de queimar o lixo não é a mais apropriada. Contudo, por não haver na comunidade a coleta dos resíduos sólidos por parte do poder público, os moradores são orientados a queimarem os seus próprios resíduos. Deste modo, tenta-se evitar com a estratégia adotada o acúmulo de lixo e o surgimento de lixões na comunidade.

Questionado sobre o tratamento dado ao lixo na comunidade, o dirigente da Associação do Piqui da Rampa, Sr. F discorreu que:

Quadro 17: Qual o tratamento dado ao lixo na Comunidade Piqui da Rampa?

Resposta do Sr. F	Então a gente tem muito essa preocupação dos plásticos, que não deixa de não ter, porque a gente tem muita gente, a gente tem essa preocupação do controle de material de plásticos que vem para dentro da comunidade. Até eu falava que era necessário, falava na reunião do plano diretor do município, que a prefeitura pudesse botar pontos de coleta
--------------------------	---

	seletiva, nas comunidades rurais, porque as pessoas botam quase que sem jeito. Despejam lixo nas estradas, em todo canto que você passa você vê um monte de lixo. O município tem de se preocupar com as comunidades, aonde ainda tá limpo, onde é mais fácil de controlar. Que se você incentiva uma comunidade pequena a fazer as coletas do seu lixo e dos seus produtos estragados, você tá incentivando uma vida pro planeta, porque as cidades grandes estão quase que sem jeito. Que as pessoas perderam essa consciência. Então nós temos que incentivar as comunidades pequenas, principalmente as comunidades quilombolas que vem de uma origem de preservação ambiental.
--	---

Portanto, não obstante a Lei Federal nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, estabeleça em seu Artigo nº 54, que o crime de poluição consiste no ato de causar poluição de qualquer natureza que provoque danos à saúde humana, ou a segurança dos animais ou destrua a flora, não se pode deixar de mencionar que os gestores públicos incorrem nos mesmos crimes quando não disponibilizam as condições para que tais delitos sejam evitados.

Também foi verificado que 41% dos moradores já dispõem de telefone. Ressalta-se que alguns destes fazem uso do sistema de telefonia rural e outros do sistema telefonia móvel.

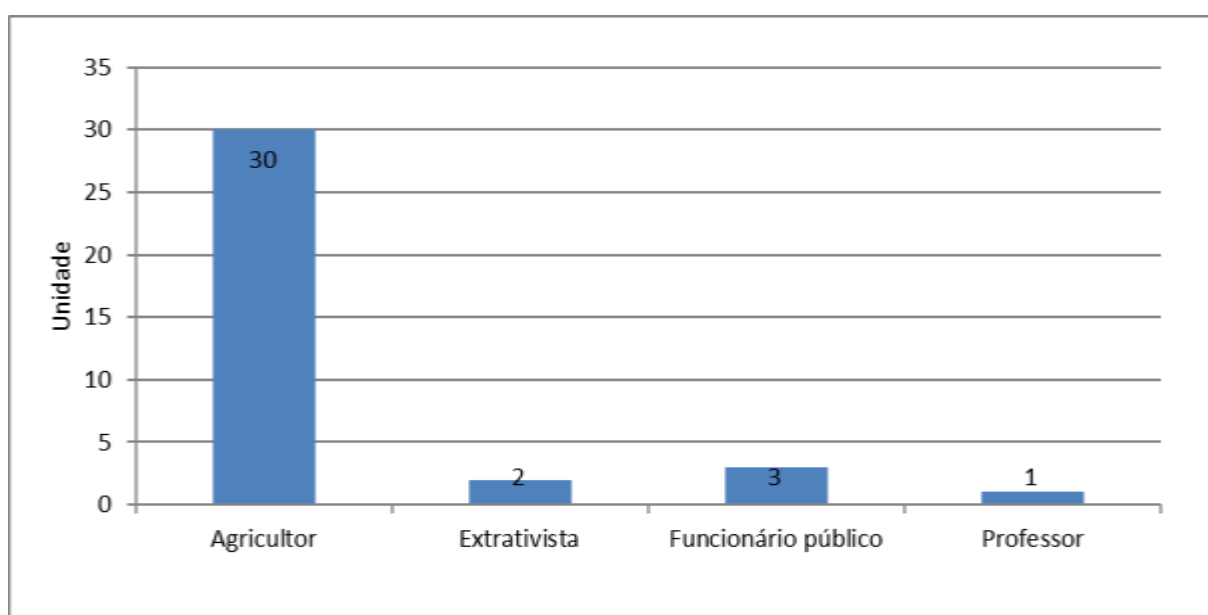
Embora o Piqui da Rampa seja atendido por alguns serviços básicos, a exemplo da energia elétrica e do abastecimento de água, verifica-se que a comunidade carece de muitos outros serviços para que os moradores tenham minimamente os seus direitos respeitados e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida. Dentre os serviços não ofertados à comunidade, além dos citados acima, destacam-se os relacionados à questão da saúde, sobretudo em relação ao atendimento médico-hospitalar dos moradores e também em relação ao trabalho de prevenção de doenças. Ressalta-se que não há posto de saúde na comunidade, sendo que o atendimento às famílias é realizado na zona urbana do município de Vargem Grande ou na capital do Estado, São Luís.

5.4.1 Trabalho e renda

A agricultura é a principal atividade econômica desenvolvida pelos moradores do Piqui da Rampa. A partir da pesquisa foi constatado que do total de

trinta e dois chefes de famílias, trinta deles declararam ser agricultores. Também foram identificados dois extrativistas, um professor, três funcionários públicos e quatro chefes familiares desenvolvem outros tipos de atividades. Ressalta-se que a categoria outros foi apontada exclusivamente por pessoas que já se encontravam aposentadas. Torna-se necessário esclarecer que, em alguns casos, os chefes de famílias que se declararam como extrativistas, funcionário público e professor também se identificaram como agricultores (gráfico 11).

Gráfico 11: Ocupação dos moradores do Piqui da Rampa.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

As atividades declaradas, anteriormente, são responsáveis por ocuparem entre cinco e seis dias da semana da grande maioria das pessoas pesquisadas (77%). Os que destinam entre três e quatro dias para atividades econômicas indicadas representam 17% do total dos participantes da pesquisa. Por último, tanto os que preenchem dois dias, quanto os que preenchem todos os dias da semana com atividades compreendem 3% dos chefes das famílias (tabela 15).

Tabela 15: Número de dias trabalhados por semana e dias trabalhados em prol da Associação do Piqui da Rampa.

Quantidade de dias trabalhados por semana	Nº de chefes familiares	Nº de chefes familiares que dispensam dias de trabalho em prol da Associação do Piqui da Rampa
Até 2 dias da semana	1	9
De 3 a 5 dias	5	3
De 5 a 6 dias	23	10
7 dias	1	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

A tabela 15 apresenta, ainda, o número de dias semanais trabalhados pelos chefes familiares em prol da Associação do Piqui da Rampa. Assim, verifica-se que 41% dos entrevistados destinam até dois dias de trabalho em favor da Associação do Piqui da Rampa. Àqueles que destinam entre três e cinco dias semanais representam 14% e os que trabalham entre cinco e seis dias da semana para a entidade correspondem a 45%.

Quanto ao número de horas diárias de trabalho dispensado as suas ocupações, foi verificado que 78% dos chefes familiares declararam que dispensam entre 6 e 8 horas por dia para as suas atividades. Já os outros 22% do total informaram que são dispensadas até 4 horas diárias.

A renda das famílias do Piqui da Rampa está diretamente relacionada com as atividades desenvolvidas como agricultores, extrativistas, funcionários públicos e professores. Estas atividades são responsáveis por gerarem a renda de 69% das famílias da comunidade. Além disso, também contribuem com a renda familiar o Programa Bolsa Família (28%), a Previdência Social através da aposentadoria rural e das pensões (19%), os trabalhos prestados para a Associação do Piqui da Rampa (16%) e outras fontes (9%). Ressalta-se que alguns entrevistados informaram mais de um componente da renda familiar (tabela 16).

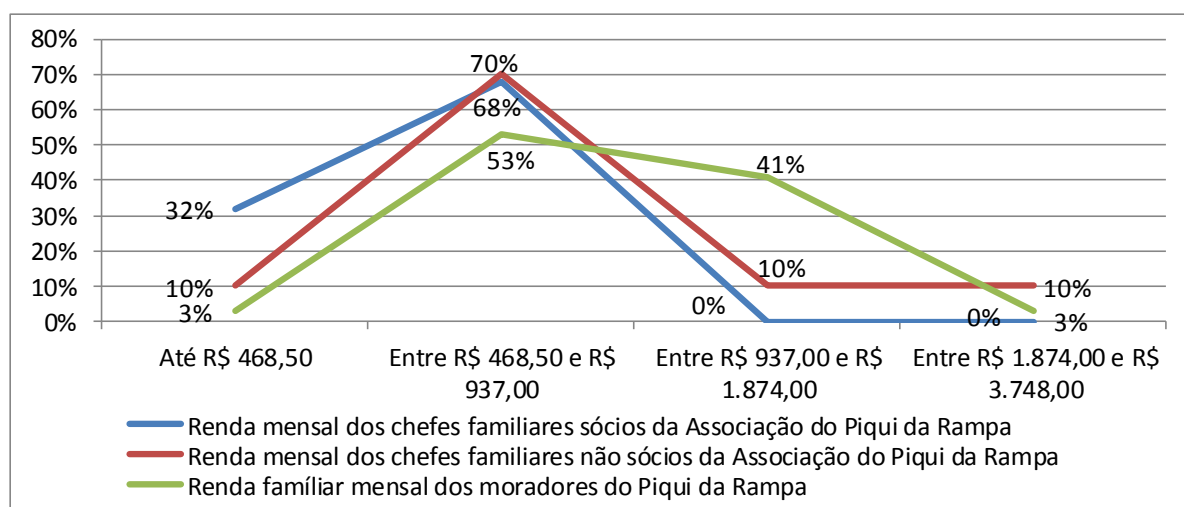
Tabela 16: Principais fontes de rendas das famílias do Piqui da Rampa, 2017.

Tipos de atividade	Nº de famílias	% em relação ao número total de famílias do Piqui da Rampa (32 famílias)
Agricultor, extrativista, professor, funcionário público, outros.	22	69%
Programa Bolsa Família	9	28%
Previdência Social (aposentadorias e pensões)	6	19%
Serviços prestados à Associação do Piqui da Rampa	5	16%
Outras fontes	3	9%

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

O gráfico 12 apresenta percentualmente as rendas mensais auferidas pelos chefes de famílias que são sócios da Associação do Piqui da Rampa, assim como dos chefes familiares que não integram a referida entidade e também a renda mensal das famílias da comunidade. Assim, quando se analisa a renda adquirida pelos chefes de famílias que compõem a associação comunitária a partir das horas e dias trabalhados em prol da entidade, constata-se que a grande maioria, 68%, percebe rendas mensais que variam entre R\$ 468,50 e R\$ 937,00⁵. Já os outros 32% dos chefes familiares membros da associação conseguem rendimentos pelos trabalhos realizados de até R\$ 468,50.

Gráfico 12: Renda mensal dos chefes familiares membros e dos não membros da Associação Piqui da Rampa e Renda familiar da comunidade.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

⁵ Valor correspondente ao valor do salário mínimo até dezembro de 2017.

O Sr. E esclarece como ocorre a divisão e o pagamento dos sócios pelos dias trabalhados:

Quadro 18: Como ocorre a divisão e o pagamento dos sócios pelos dias trabalhados?

Resposta do Sr. E	De acordo com o trabalho desenvolvido todo mundo recebe igual. Por exemplo, se você dentro de um mês for 15 diárias, 20 diárias, você recebe as 20. Agora se eu fui só 10 ou 12, eu recebo o valor, eu mesmo [...] O valor da tua diária é o mesmo da minha, mas você simplesmente vai ganhar um pouquinho mais se você foi mais do que eu. Se você foi 20 vezes e fui só 15, só 10, então o teu dinheiro vai ser um pouco mais porque você foi mais vezes no trabalho. O senhor tá me entendendo? Mas o valor que é pago pela tua diária é o mesmo da minha também.
--------------------------	--

O esclarecimento acima serve de justificativa para o fato de os associados receberem rendas distintas pelos trabalhos executado em prol da associação. Portanto, a diária corresponde a um valor igual para todos os sócios, porém a renda auferida por eles varia de acordo com a quantidade de dias de trabalho.

Considerando os chefes de famílias que não são associados à entidade representativa, verifica-se no gráfico 12 que a grande maioria, 70% deles, apresenta renda mensal que varia entre R\$ 468,50 e R\$ 937,00. Também é possível observar que aqueles que ganham até R\$ 468,50, assim como os que auferem entre R\$ 937,00 e R\$ 1.874,00 e os que recebem entre R\$ 1.874,00 e 3.748,00 correspondem cada um a 10% do total.

De acordo com a curva que mostra a renda familiar do Piqui da Rampa no gráfico 12, pode-se constatar que o maior número de famílias do Piqui da Rampa, 53%, apresenta renda mensal que varia entre R\$ 468,50 e R\$ 937,00. Já as famílias que recebem entre R\$ 937,00 e R\$ 1.874,00, correspondem a 41%. Por fim, tanto as que auferem rendas familiares de até R\$ 468,50, quanto as que recebem entre R\$ 1.874,00 e R\$ 3.748,00 são representadas por 3% do total de famílias.

Verifica-se que as famílias do Piqui da Rampa que auferem os maiores rendimentos mensais, isto é, entre R\$ 937,00 e R\$ 1.874,00, assim como entre R\$ 1.874,00 e R\$ 3.748,00, são aquelas que recebem rendas a partir das atividades

desenvolvidas como funcionários públicos e professores, bem como aquelas que recebem benefícios da Previdência Social através de aposentadorias ou pensões.

De modo geral, pode-se inferir que a renda mensal dos chefes familiares, assim como das famílias da comunidade Piqui da Rampa é bastante significativa, sobretudo quando se leva em consideração que a renda per capita do município de Vargem Grande apresentada no Censo Demográfico de 2010, último realizado, era apenas de R\$ 165,37. Também ganha importância quando se leva em consideração que no universo de 113 mil famílias quilombolas ativas, em janeiro de 2014, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), a renda média mensal familiar per capita era de apenas R\$ 120,00 (MDS, 2014b).

Deste modo, torna-se importante ressaltar o próprio papel da Associação do Piqui da Rampa no processo de organização e desenvolvimento das atividades econômicas da comunidade, possibilitando que tais resultados fossem alcançados.

5.5 Produção e comercialização dos excedentes agrícolas

A produção agrícola da comunidade é pautada no manejo orgânico e sustentável dos alimentos. Esta produção está associada ao cultivo na horta comunitária, nos campos de sequeiros, na piscicultura e na avicultura.

Os agricultores do Piqui da Rampa cultivam uma grande variedade de produtos, destacando-se o cheiro verde, pimenta de cheiro, couve, vinagreira, alface, repolho, maxixe, quiabo, milho, arroz, feijão, fava, mandioca, melancia, abóbora, pepino, melão etc (fotografia 11). Estas culturas passaram a ser desenvolvidas a partir do final da década de 2.000 nos chamados campos agrícolas.

Fotografia 11: Produtos agrícolas da Comunidade Piqui da Rampa.



Fonte: Associação do Piqui da Rampa, 2017.

A opção pelo cultivo nos campos agrícolas permitiu que a mesma área fosse utilizada na produção agrícola por um longo período, evitando-se que as áreas de plantações migrassem anualmente de lugar, como ocorria antes da adoção de tal prática. Além disso, o cultivo nos campos agrícolas permitiu que a produção de alimentos passasse a ser desenvolvida durante todo o ano, resultando numa maior produtividade e diversidade dos produtos cultivados (fotografia 12).

Fotografia 12: Campo agrícola do Piqui da Rampa, 2017.



Fonte: Nascimento, José Edilson do., 2017.

Evidenciando a importância da produção nos campos agrícolas e a diferença dos resultados em relação ao que era obtido antes com as “roças no toco”, o dirigente Sr. F afirma que:

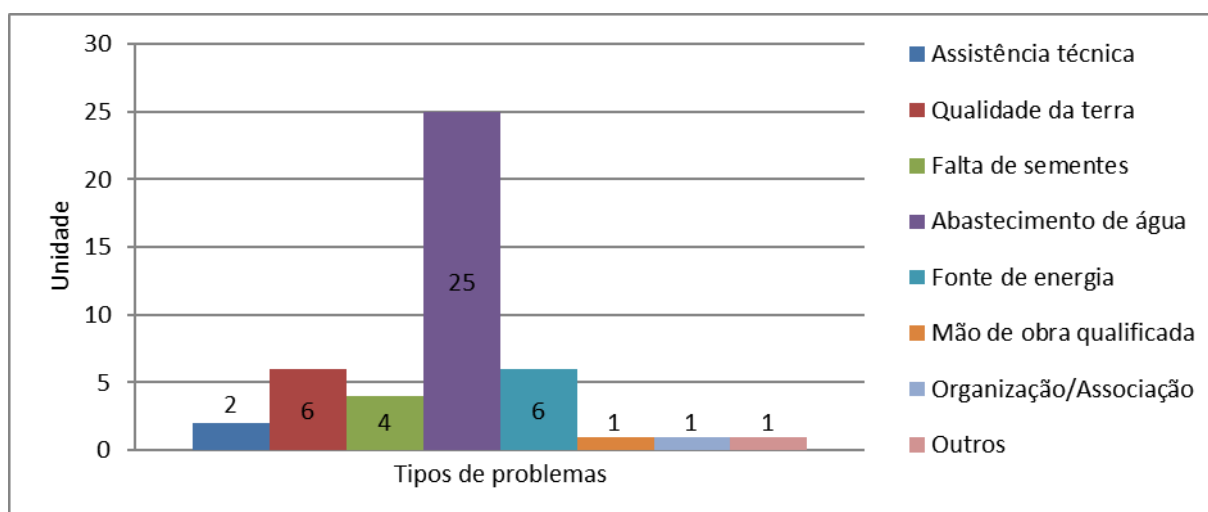
Quadro 19: Diferença entre a produção nos campos agrícolas e na “roça no toco”.

<p style="text-align: center;">Resposta do Sr. F</p>	<p>Quando era na “roça no toco”, eu costumo dizer, a gente trabalha de setembro a abril só pra poder ver um alimento vindo, ou seja, se trabalha esse tempo todinho praticamente de graça, só trabalhando, trabalhando esses meses todos sem tirar nadinha dessa roça. Quando dava no mês de abril que a gente ia tirar o primeiro maxixe, uma abóbora, só aí que a gente ia desfrutar do suor que a gente estava derramando de setembro a abril. Hoje com os campos não, a gente tira duas, três safras. De janeiro a junho, que é o período chuvoso, a gente tira as vezes três safras de produção de dentro da mesma área que a gente cultiva. Então, assim, a produção aumentou muito com a questão dos campos agrícolas o que ajudou na renda das famílias da comunidade.</p>
---	--

O líder comunitário do Piqui da Rampa demonstra o quanto foi importante a mudança na forma de utilizar os espaços na produção agrícola da comunidade. Esta importante mudança resultou tanto da conscientização dos moradores em relação aos ganhos econômicos e ambientais que a produção nos campos agrícolas poderia gerar quanto dos próprios incentivos recebidos através de políticas produtivas que contribuíram para o desenvolvimento da agricultura nos referidos campos. Neste sentido, destaca-se o projeto do cultivo protegido de hortaliças e os projetos de irrigação que permitiram que a produção agrícola acontecesse mesmo nos períodos de estiagem.

Embora a produção agrícola da comunidade Piqui da Rampa tenha passado por uma transformação a partir da utilização dos campos agrícolas e o abandono da “roça no toco”, os moradores apontam a existência de alguns problemas que impedem que os resultados da produção sejam ainda melhores. Neste sentido, o gráfico 13 apresenta os principais problemas enfrentados pelos agricultores do Piqui da Rampa. Registra-se que alguns participantes declaram mais de um problema enfrentado pelos agricultores.

Gráfico 13: Problemas enfrentados pelos agricultores da Comunidade Piqui da Rampa durante a produção agrícola, 2017.



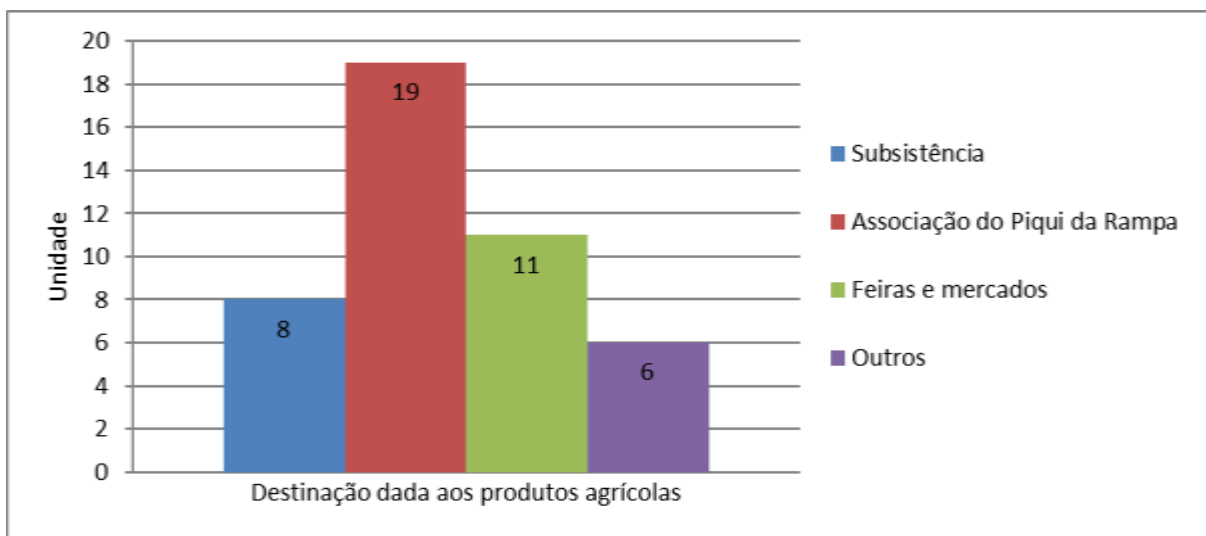
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Conforme o gráfico 13, a questão que envolve o abastecimento de água é citada pela grande maioria dos participantes (25) como o maior problema enfrentado pelos agricultores do Piqui da Rampa durante a produção. As dificuldades relacionadas a este problema são agravadas, sobretudo, no período de estiagem que tem início no mês de julho e se prolonga até o mês de dezembro.

Em seguida, os problemas ligados às fontes de energia e a qualidade da terra foram os que ficaram em segundo lugar no número de citações pelos moradores, ou seja, cada um desses problemas foi apontado por 6 participantes. A falta de semente foi o terceiro fator mais apontado como problema que atrapalha a produção da comunidade. Além destes, foram também citados os problemas relacionados com a assistência técnica (2), a mão de obra (1), organização (1) e outros (1).

Outro questionamento relacionado à produção realizado durante a pesquisa tratou da destinação dada aos produtos cultivados pelos agricultores da comunidade Piqui da Rampa. O gráfico 14 mostra as principais destinações dadas aos produtos da referida comunidade. Ressalta-se que neste questionamento os moradores podiam também citar mais de uma opção.

Gráfico 14: Destinação dada à produção agrícola da Comunidade Piqui da Rampa, 2017.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

O repasse da produção para a Associação do Piqui da Rampa é considerada para 19 participantes da pesquisa como a principal destinação dos produtos agrícolas da comunidade. Para 11 entrevistados o repasse dos produtos para serem comercializados nas feiras e mercados do município de Vargem Grande é a segunda mais importante destinação dada aos produtos cultivados pelos moradores. A subsistência seria para 8 entrevistados a principal destinação. Já para 6 entrevistados os produtos cultivados teriam outras destinações, tais como a doação e a troca entre as famílias.

Quanto à comercialização dos excedentes agrícolas, de acordo com os dirigentes da Associação do Piqui da Rampa, estes são negociados coletivamente por intermédio da entidade. A comercialização ocorre predominantemente através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e diretamente no comércio local, feiras e mercados, de Vargem Grande.

O PAA foi criado a partir da Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2013 com duas finalidades básicas, ou seja, promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. A criação deste programa se deu no âmbito das ações do Programa “Fome Zero”, estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Com a aprovação da Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011 e do

Decreto nº 7,775 de 04 de julho de 2012, o PAA passou a incorporar a possibilidade de atuação em parceria com estados, municípios e consórcios públicos, sem a necessidade de celebração de convênios, mas usando um novo instrumento, o chamado Termo de Adesão (MDS, 2014a).

Conforme o Manual Operativo do PAA (MDS, 2014a), o programa está estruturado nas modalidades de compra com doação simultânea, de incentivo à produção e ao consumo de leite, de compra direta, de apoio à formação de estoques e de compra institucional.

Os excedentes agrícolas do Piqui da Rampa passaram a ser comercializados com o PAA/CONAB a partir de 2010. De acordo com os dirigentes da Associação Comunitária, este programa é responsável pela aquisição de 80% da produção agrícola da comunidade.

A aquisição dos produtos da comunidade pelo PAA/CONAB ocorre a partir da modalidade de compra com doação simultânea. Esta modalidade é caracterizada pela compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede sócio assistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA), à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (MDS, 2014a).

A tabela 17 apresenta o balanço das aquisições realizadas pelo PAA/CONAB junto aos agricultores da comunidade Piqui da Rampa no período de 2010 a 2017.

Verifica-se que nos dois primeiros anos (2010 e 2011) os dados do PAA/CONAB praticamente não foram alterados, ou seja, o número de agricultores fornecedores (34), assim como os valores formalizados por fornecedores (R\$ 4.500,00) e os valores totais formalizados com a Associação Comunitária do Piqui da Rampa (R\$ 153.000,00) foram iguais. A única diferença ocorreu em relação ao número de entidades consumidoras que passou de 11 em 2010 para 17 em 2011. Em 2013, embora tenha havido a manutenção do número de entidades consumidoras e de agricultores, verificou-se um acréscimo no valor formalizado por fornecedor (R\$ 4.800,00) e no valor total formalizado com a associação.

Tabela 17: Balanço dos convênios estabelecidos entre o PAA/CONAB e Associação Piqui da Rampa no período entre 2010 e 2017.

Ano	Nº de Entidades Consumidoras	Nº de Agricultores Fornecedores	Valor formalizado por fornecedor (R\$)	Valor total formalizado com a Associação do Piqui da Rampa (R\$)
2010	11	34	4.500,00	153.000,00
2011	17	34	4.500,00	153.000,00
2012	17	34	4.800,00	163.200,00
2013	-	-	-	-
2014	-	-	-	-
			27	7.950,00
2015	20	30	1	7.951,20
			2	8.000,20
2016	-	-	-	-
2017	1	25	8.000,00	200.000,00

Fonte: <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Nos anos de 2013 e 2014 não foi formalizada a aquisição de excedentes agrícolas da comunidade Piqui da Rampa pelo PAA/CONAB. Em 2015, o convênio foi formalizado e houve um aumento no número de entidades consumidoras (20) e no valor total formalizado com a Associação Comunitária do Piqui da Rampa (R\$ 232.601,20). Também foi registrado o aumento do valor formalizado por fornecedor, porém foi verificada a formalização de três valores distintos (R\$ 7.950,00; R\$ 7.951,20 e R\$ 8.000,00). Destaca-se que o número de agricultores fornecedores diminuiu, passando a envolver somente 30 produtores.

Assim como 2013 e 2014, em 2016 também não ocorreu a formalização do convênio entre a comunidade e PAA/CONAB. Em 2017, com a formalização do convênio foi verificada uma diminuição tanto no número de entidades consumidoras (1) quanto no número de agricultores fornecedores (25) e do valor total formalizado com a associação (R\$ 200.000,00). O único dado que coincidiu com o estabelecido no convênio anterior (2015) foi o acordado para cada agricultor fornecedor (R\$ 8.000,00).

Ribeiro e Dias (2013) discorrem que em muitos casos, os convênios não são renovados todos os anos devido às dificuldades enfrentadas pelos agricultores durante a execução do PAA, sobretudo em relação às normas e as exigências. Deste modo, muitos agricultores ficam sem receber os pagamentos por não conseguirem cumprir os prazos para a emissão das notas fiscais, que deve ocorrer

até o quinto dia útil de cada mês, por não poderem ir à cidade na data determinada ou porque preferem economizar os recursos gastos com a emissão da nota fiscal.

A comercialização dos excedentes agrícolas da comunidade com o PNAE ocorre através da intermediação da Cooperativa Agroextrativista dos Pequenos Produtores Rurais de Vargem Grande (COOPERVAG). Esta cooperativa é responsável pelo fornecimento de 30% da alimentação escolar do município de Vargem Grande. Destaca-se que entre os membros da COOPERVAG, 12 são oriundos da Associação Comunitária do Piqui da Rampa.

Já as vendas diretas nas feiras e mercados de Vargem Grande ocorrem semanalmente às sextas feiras, a partir do deslocamento dos produtos para a cidade. Este deslocamento é realizado com a utilização do transporte pertencente à comunidade (fotografia 13).

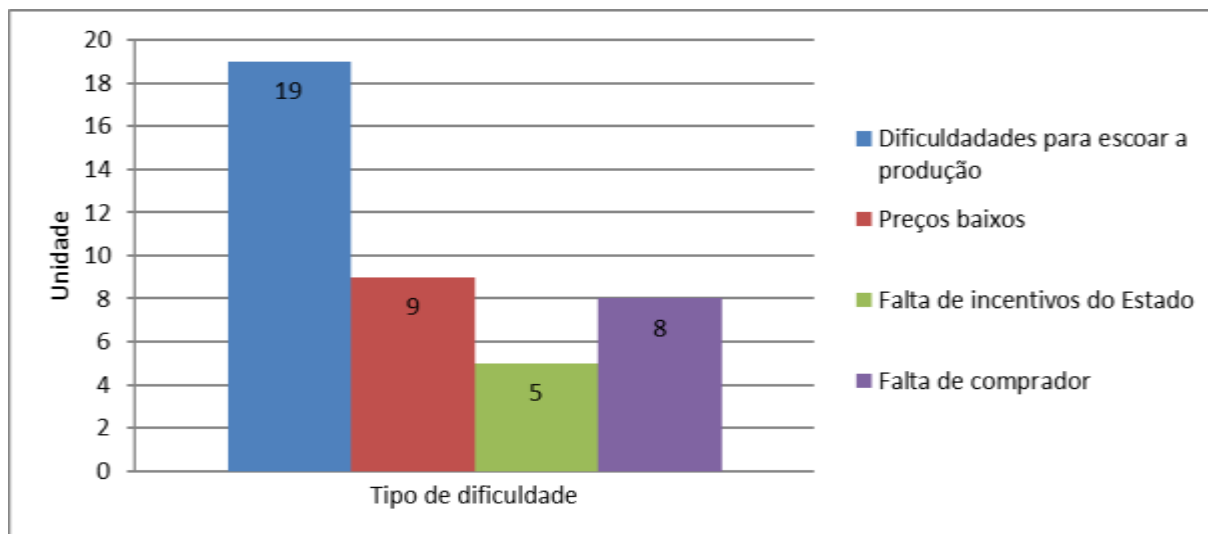
Fotografia 13: Produção agrícola do Piqui da Rampa sendo transportada para a sede do município de Vargem Grande - MA.



Fonte: Associação do Piqui da Rampa, 2017.

Embora os agricultores da Comunidade Piqui da Rampa comercializem os excedentes agrícolas através dos canais citados, os participantes da pesquisa enumeram alguns fatores que impõem dificuldades para as negociações. O gráfico 15 apresenta as principais dificuldades citadas.

Gráfico 15: Dificuldades para comercializar a produção.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A maior dificuldade citada pelos participantes da pesquisa está relacionada com o escoamento da produção (19). Esta indicação é justificada pelas péssimas condições da estrada carroçal e das pontes que ligam a comunidade à sede do município de Vargem Grande – MA (fotografia 14).

Fotografia 14: Ponte sobre o Riacho Paulica na estrada que liga a Comunidade Piqui da Rampa à sede do Município de Vargem Grande – MA.



Fonte: Nascimento, José Edilson do., 2018.

O segundo fator mais citado que dificulta a comercialização dos produtos envolve a questão dos preços. De acordo com os dirigentes da Associação Comunitária, os excedentes gerados pela comercialização são pequenos, pois os custos de produção e de transporte são elevados.

A falta de compradores dos produtos e a falta de incentivos do Estado foram os outros fatores listados que dificultam a comercialização dos excedentes agrícolas do Piqui da Rampa. Quanto à falta de compradores, os moradores citam que as dificuldades seriam enormes, caso a produção local não fosse adquirida através de programas como o PAA/CONAB e o PNAE, haja vista que os programas citados são responsáveis pelo consumo de quase toda a produção da comunidade. Quanto ao apoio estatal, entende-se que a recuperação da estrada que serve de ligação à sede do município já seria um importante passo, pois o deslocamento dos excedentes agrícolas tem sido o grande desafio para os agricultores rurais do Piqui da Rampa.

Neste contexto, destaca-se uma iniciativa do Governo do Estado do Maranhão que instituiu a partir da Portaria nº 1 de 21 de novembro de 2018 o Selo Quilombos do Maranhão. Este Selo é fruto da ação conjunta entre as secretarias de Igualdade Racial (SEIR), de Direitos Humanos e Participação Popular (SEHDIPOP), de Agricultura Familiar (SAF) e do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma).

De acordo com o Manual de Aplicação (MARANHÃO, 2018), o Selo Quilombos do Maranhão foi instituído no âmbito do Programa Maranhão Quilombola (PMQ), e tem a finalidade de identificação social e territorial de produtos oriundos de comunidades quilombolas produzidos por pessoa física ou jurídica, bem como o fortalecimento da identidade das populações quilombolas perante os consumidores e a população em geral.

O Selo pretende dar visibilidade aos trabalhos e produtos agrícolas e não-agrícolas dos (as) quilombolas e conhecimentos associados sobre biodiversidade e sistemas de produção, fortalecendo o desenvolvimento produtivo e a sustentabilidade destas comunidades. É também um instrumento de valorização dos produtos, agregação de valor e autonomia econômica. Para os consumidores, o SELO assegura o direito de saber que o produto tem origem em comunidades quilombolas (MARANHÃO, 2018).

Ressalta-se que no lançamento do Selo Quilombos do Maranhão, a Comunidade Piqui da Rampa foi uma das duas comunidades quilombolas do Estado que teve os seus produtos certificados pelo referido selo (fotografia 15).

Fotografia 15: Produtos da Comunidade Piqui da Rampa com o Selo Quilombos do Maranhão.



Fonte: Nascimento, José Edilson do., 2018.

O lançamento do Selo Quilombos do Maranhão cria a expectativa que a sua efetivação possibilite a valorização dos produtos agrícolas da Comunidade Piqui da Rampa e das demais comunidades quilombolas do Estado. Além da valorização dos produtos, espera-se que a referida política contribua para a abertura de novos mercados e que a comercialização dos produtos possa ser ampliada.

Portanto, as ações governamentais são consideradas necessárias e fundamentais para fomentar a produção e a comercialização dos excedentes agrícolas da Comunidade Quilombola Piqui da Rampa.

5.6 Fundo Rotativo: autofinanciamento solidário

A organização e o trabalho coletivo praticado na comunidade quilombola Piqui da Rampa possibilitaram o surgimento da prática de emprestar ou doar quantias em dinheiro para as famílias da comunidade como estratégia de promover a solidariedade entre os moradores. Para tanto, passou-se a recorrer ao chamado

“Fundo Rotativo Solidário”, também identificado como “Conta Comunitária”, a qual foi criada a partir da Associação do Piqui da Rampa. A atuação solidária do fundo atende, dentro das possibilidades, tanto famílias da própria comunidade quanto de comunidades vizinhas.

No início dos anos 2000, a partir da abertura da conta comunitária da associação, configurou-se na comunidade a constituição do fundo rotativo como resultado da participação dos moradores nos encontros e atividades promovidas pela Igreja Católica através das CEBs, bem como da atuação da Cáritas Brasileiras.

Contudo, as ações solidárias são bem anteriores e já eram desenvolvidas no dia a dia da comunidade antes mesmo da constituição do referido fundo. Neste sentido, o Sr. F afirmou que as bases do Fundo Rotativo teriam sido heranças de seus antepassados e que foram sendo aprimoradas com o passar do tempo, pois os moradores sempre dividiram o pouco que tinham com os outros membros da comunidade. Neste sentido, argumenta que:

Quadro 20: Sobre as bases do Fundo Rotativo.

<p>Resposta do Sr. F</p>	<p>O fundo rotativo, nós entendemos que ele já funcionava dentro da comunidade, porque minha mãe matava um pinto, assim da primeira pena, mas ela dividia um pedacinho com todas as famílias da comunidade, aí se pergunta até um pinto? Mas se dividia. Isso é a partilha do fundo rotativo. Assim, nós ficamos nesse trabalho, na divisão, na questão se a pessoa adoecia a gente tratava da roça dele ou então se ele atrasava quando terminava a gente ajudava. Então isso foi despertando em nós, que nossos antepassados já faziam e pensamos que precisava de algo mais. O que poderíamos fazer? Nós não tínhamos dinheiro, porque o dinheiro era muito pouco, pobreza era tão extrema, quando uma pessoa adoecia e para comprar um comprimido não se tinha dinheiro. Aí depois da associação nós criamos essa festa, primeiro era uma festa individual e tornamos essa festa comunitária para nós tirar uma parte dessa renda dessa festa botar no fundo para quando as pessoas adoecer ou morrer, chegar num momento difícil, que a gente possa tá emprestando esse dinheiro ou estar doando. Baseado na necessidade que aquela família tem a gente vai ver se ele precisa ser doado ou emprestado para depois ele devolver para a comunidade. Assim, a gente criou essa festa, na época a gente não tinha outra fonte de renda assim, foi a primeira renda que veio mais forte para entrar na conta do fundo rotativo e aí a gente criou essa festa e dessa festa para cá apareceram outros projetos de políticas públicas e a gente deixa ali a questão de uma diária, uma diária e meia todo mês todo sócio tem de deixar ali pra manter o fundo e a vida na comunidade, para a comunidade se manter viva. Se queimar a bomba de um poço, se quebrar a peça de um trator, a questão das máquinas, essa conta também está embutida nesse processo.</p>
---------------------------------	---

Esta narrativa converge para as características presentes na definição de Fundos Rotativos Solidários proposta por Santos Filho *et al.* (2012), ao valorizar as atividades produtivas de caráter associativo e que funciona a partir de compromissos voluntários, bem como adotem uma gestão compartilhada e uma convivência solidária.

A fonte de manutenção do Fundo Rotativo Solidário da comunidade tem como origem as atividades desenvolvidas pelos próprios associados. Neste sentido, destaca-se a festa comunitária da farinha, as diárias de trabalho e os excedentes gerados a partir da comercialização dos produtos agrícolas cultivados coletivamente.

O tradicional festejo da farinha em homenagem à Santa Luzia é realizado anualmente no segundo sábado do mês de dezembro na comunidade Piqui da Rampa. Este festejo representa uma das principais atividades alimentadoras da Conta Comunitária. Conforme os dirigentes da Associação, cerca de 30% do que é obtido a partir desta festa comunitária é destinado ao Fundo Rotativo.

A doação de diárias de trabalho realizadas pelos associados é outro fator valorizado pelos dirigentes, pois simboliza concretamente um ato de solidariedade, à medida que se abre mão de algo em prol da coletividade. Na prática, os moradores dispõem mensalmente em favor da associação o valor correspondente a uma diária, ou seja, um dia de trabalho. Ressalta-se que havendo a necessidade, o número de diárias a ser dispensado pode ser alterado mediante aprovação na assembleia da associação.

Os excedentes gerados a partir da comercialização dos produtos agrícolas resultam predominantemente da negociação realizada através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por meio de convênio estabelecido junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Este convênio absorve em média 80% da produção comercializada da comunidade. O restante da produção é comercializado através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e diretamente no mercado e feira local.

Segundo o Sr. F, o Fundo Rotativo desde a sua criação recebeu somente uma única doação externa, a qual foi realizada pela Cáritas Brasileira e correspondeu ao valor de R\$ 1.200,00. Embora existam fontes de financiamento para os Fundos Rotativos, criadas pelo governo brasileiro a partir de convênios com instituições bancárias, a exemplo do convênio realizado entre a SENAES e o BNB visando o fomento dos fundos rotativos, conforme anteriormente citado (NESOL-

USP, 2015), registra-se que o Fundo Rotativo do Piqui da Rampa não recebeu, ainda, nenhum tipo de financiamento governamental.

Os recursos obtidos a partir da realização de atividades coletivas são destinados para a conta da Associação. Nesta perspectiva, a tabela 18 apresenta os valores captados por meio das atividades desenvolvidas pela comunidade no período entre os anos de 2014 a 2017.

Tabela 18: Recursos captados pela Associação do Piqui da Rampa nos anos entre 2014 a 2017.

ANO	VALOR (R\$)
2014	90.000,00
2015	120.000,00
2016	120.000,00
2017	130.000,00
TOTAL	560.000,00

Fonte: Associação do Piqui da Rampa, 2018.

Levando em consideração os valores obtidos pela associação no período, verifica-se que tem havido crescimento na arrecadação no decorrer dos anos. A exceção foi o ano de 2016, que manteve o mesmo valor do ano anterior. Esta informação demonstra que as atividades desenvolvidas pela comunidade Piqui da Rampa têm alcançado resultados satisfatórios.

Embora a Associação do Piqui da Rampa consiga controlar anualmente todas as entradas e saídas da Conta Comunitária, ressalta-se que não há um registro com todas as informações sistematizadas correspondentes aos valores obtidos por cada fonte alimentadora ao longo dos anos. Conforme a Fundação Grupo Esquel Brasil (2016), a inexistência de um controle eficiente das informações financeiras é uma das fragilidades na gestão dos fundos rotativos existentes no Maranhão, pois ainda são pouco organizados e funcionam informalmente.

Para Santos Filho *et al.* (2012), o excesso de informalidade se constitui como grande ameaça para os fundos rotativos, o que pode inviabilizar a continuidade das exitosas experiências dessa estratégia de financiamento da Economia Solidária.

Quanto às pessoas assistidas pelo Fundo Rotativo do Piqui da Rampa, constatou-se que 37,5% dos participantes da pesquisa já haviam recorrido ao fundo por meio de doações ou empréstimos. Estes foram concedidos com o propósito de

suprir ou minimizar necessidades consideradas emergenciais para os moradores, destacando-se as relacionadas à saúde, funerais, construção de moradias e viagens.

Conforme os dirigentes da Associação do Piqui da Rampa, os valores concedidos pelo fundo rotativo solidário podem ser tanto através de empréstimos quanto de doações. A forma de concessão é decidida coletivamente pelos associados e leva em consideração o tipo de necessidade e a situação financeira do requerente. Embora a associação tenha o registro dos valores disponibilizados, não há o controle daquilo que foi feito através de doações ou empréstimos.

Neste sentido, a tabela 19 apresenta as principais finalidades contempladas pelas doações ou empréstimos e os valores concedidos pelo Fundo Rotativo Solidário do Piqui da Rampa no período entre 2014 e 2017.

Tabela 19: Empréstimos ou doações realizados pelo Fundo Rotativo Solidário do Piqui da Rampa nos anos entre 2014 a 2017.

Finalidade do empréstimo/Doação	ANO				TOTAL (R\$)
	2014 (R\$)	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	
Funeral	7.000,00	4.000,00	-	250,00	11.250,00
Saúde	1.000,00	700,00	1.300,00	-	3.000,00
Construção de Moradia	-	880,00	1.200,00	-	2.080,00
Viagem	-	-	-	2.500,00	2.500,00
Festa comunitária	-	-	-	600,00	600,00
Equipamento para a Igreja	-	-	-	1.200,00	1.200,00
Total	8.000,00	5.580,00	2.500,00	4.550,00	20.630,00

Fonte: Associação do Piqui da Rampa. Elaborado por Nascimento, José Edilson do., 2018.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Com base na tabela 19, verifica-se que 2014 foi ano em que o Fundo Rotativo disponibilizou maior valor para os empréstimos ou doações. O valor dispensado correspondeu a 9% do total arrecadado pela comunidade, R\$ 90.000,00. Naquele ano, as despesas com auxílio funeral concentraram quase a totalidade dos valores dispensados, 87,5%. No ano seguinte, a principal finalidade da concessão continuou sendo a mesma e o percentual em relação ao total concedido no ano correspondeu a 72%. Utilizou-se 5% do total de R\$ 120.000,00 com empréstimo ou doações. No ano de 2016 foi disponibilizado o menor valor, R\$ 2.500,00 para as

ações solidárias desenvolvidas pelo fundo, correspondendo a 2% do valor contido na Conta Comunitária (R\$ 120.000,00). Já o ano de 2017, embora não tenha sido o ano a dispensar maior valor, foi o que registrou o maior número de ocorrências (4). Naquele ano, do total de R\$ 130.000,00 adquiridos coletivamente pela comunidade, 3,5% foi cedido solidariamente.

Considerando os participantes da pesquisa que já haviam sido beneficiados pelos empréstimos ou doações disponibilizados pelo Fundo Rotativo da Associação do Piqui da Rampa, registra-se que 67% declararam não ter devolvido o valor recebido. Salienta-se que a devolução informada por aqueles que dizem ter feito a restituição (33%) não ocorreu diretamente em forma de dinheiro e sim por meio de dias trabalhados em prol da associação.

Quanto aos trabalhos realizados, ressalta-se que os membros da Associação do Piqui da Rampa têm o compromisso voluntário de doar mensalmente uma diária de trabalho para a entidade. Assim, o valor correspondente à referida diária é destinado para o Fundo Rotativo da comunidade. Recorda-se que a definição dos fundos rotativos solidários proposta por Santos Filho *et al.* (2012) prevê devoluções na forma monetária ou pelo equivalente a produtos ou serviços. A forma de devolução não monetária também é encontrada na classificação dos fundos apresentada por Barreto (2016). Portanto, as diárias trabalhadas em prol da associação podem ser consideradas uma forma de devolução ao fundo rotativo da comunidade.

Os dirigentes da Associação do Piqui da Rampa defendem que as ações desenvolvidas pelo Fundo Rotativo da comunidade têm como objetivo principal a solidariedade. Deste modo, acreditam que o mais importante é que as pessoas tenham consciência de que os problemas estão sendo resolvidos porque teve a participação e a ajuda de toda a comunidade. Conseqüentemente, creem que a contribuição de todos é necessária para que o fundo rotativo continue a realizar as ações solidárias.

Portanto, entende-se que o Fundo Rotativo Solidário do Piqui da Rampa está de acordo com a Economia Solidária à medida que coloca em prática os seus princípios, ou seja, a autogestão, a solidariedade, a reciprocidade e o trabalho coletivo.

6 CONCLUSÃO

O etnodesenvolvimento observado na Comunidade Quilombola Piqui da Rampa está diretamente relacionado com o processo histórico de ocupação da área, com a organização associativa e com as políticas públicas acessadas pelas famílias da comunidade ao longo das últimas duas décadas.

A atuação da Associação Comunitária e Agrícola de Trabalhadores e Trabalhadoras Remanescentes de Quilombo Piqui da Rampa junto aos órgãos públicos foi fundamental para o acesso e implementação de diversas políticas públicas na comunidade. Neste sentido, o surgimento da entidade associativa pode ser considerado como o acontecimento que transformou a história da comunidade, pois com a sua criação as ações desenvolvidas, o planejamento, as decisões e as atividades produtivas e comerciais passaram a ser realizadas coletivamente. Ressalta-se que o trabalho desenvolvido pela entidade é uma consequência direta da organização e, sobretudo, da união dos moradores.

Considerando os benefícios gerados pelas políticas públicas, sobressaem-se aquelas que contribuíram para fomentar a produção agrícola e, conseqüentemente, para a geração de trabalho e renda para as famílias da comunidade. Além disso, contribuíram socioambientalmente para a construção de um pensamento coletivo sobre a natureza e a solidariedade.

Nesta perspectiva, atribui-se importância aos projetos implantados a partir do PCPR, do PRODIM e do FUMACOP, destacando-se os projetos da horta comunitária, de irrigação, de galinha caipira de corte, de agroindústria de farinha, do trator com arado e roçadeira e do caminhão.

A implementação das referidas políticas produtivas concorreu para promover transformações na principal atividade econômica desenvolvida pelas famílias da Comunidade Piqui da Rampa, ou seja, a agricultura. Assim, a partir da execução dos projetos de irrigação, da horta comunitária e do auxílio do trator com arado e roçadeira, os agricultores passaram a utilizar os chamados campos agrícolas como áreas de produção. Esta adoção representou um ganho significativo, pois permitiu que a terra passasse a ser cultivada durante todo o ano, possibilitando uma diversificação das culturas e um aumento da produção. Além disso, o uso dos campos agrícolas contribuiu para a conservação dos recursos naturais, uma vez que a utilização de uma mesma área por um período mais longo evita o desmatamento e

a queimada de novas áreas, como era comum ocorrer antes com a prática itinerante da “roça no toco”. Acrescenta-se que as famílias tiveram ganhos com a produtividade, o que lhes garantiu uma vida mais digna, haja vista que muitos viviam numa situação de pobreza marcada pela fome.

O PAA e o PNAE têm uma importância fundamental para a comunidade, pois são responsáveis pela aquisição dos excedentes agrícolas gerados pelas famílias. Ressalta-se que somente o PAA responde por 80% das negociações realizadas pelos agricultores familiares através da Associação do Piqui da Rampa. Assim, pode-se concluir que sem estes programas os agricultores teriam enormes dificuldades para negociar a produção, uma vez que o mercado local de Vargem Grande – MA, não consegue absorver toda a produção da comunidade.

Quanto aos aspectos ambientais, constatou-se a partir da análise da cobertura e do uso da terra da Comunidade Quilombola Piqui da Rampa dos períodos analisados (1997, 2007 e 2017), a diminuição da área correspondente à cobertura vegetal e o aumento da área de abrangência dos solos expostos.

A diminuição da cobertura vegetal, representada pela floresta estacional decidual, implica grandes prejuízos para o ambiente, sendo que as consequências maiores recaem principalmente sobre os corpos hídricos existentes na comunidade. Ressalta-se que a classe dos corpos hídricos é a que apresenta menor área de abrangência na Comunidade Quilombola Piqui da Rampa. Esta informação ganha importância e exige iniciativas ambientalmente corretas que possibilitem a manutenção da vegetação, sobretudo das áreas que apresentam corpos d'água e mananciais.

Embora o uso de queimadas ainda seja desenvolvido por membros da comunidade, destacam-se os esforços feitos pela organização associativa para que a referida prática seja abandonada por todos os moradores. A postura da Associação Comunitária se torna mais significativa quando se leva em consideração que nos últimos anos tem havido um aumento das áreas de solos expostos na comunidade, o que serve de alerta para a possibilidade do agravamento de problemas ambientais associados a processos erosivos e de desertificação.

Contudo, ainda que a situação ambiental da comunidade analisada requeira atenção, torna-se importante destacar como aspecto positivo a ampliação da área de abrangência da vegetação com influência fluvial, a qual contribui para a manutenção e proteção dos corpos hídricos.

Outro aspecto que merece destaque é o papel desempenhado pelo Fundo Rotativo do Piqui da Rampa. Este fundo foi constituído pela Associação Comunitária como estratégia para promover a solidariedade na comunidade a partir da concessão de doações para as pessoas minimizarem as suas necessidades.

Embora o FRS do Piqui da Rampa apresente características que convergem com definições e classificações existentes, entende-se que o mesmo precisa avançar em relação à formalização, assim como na organização administrativa, no registro e no controle das atividades.

Ressalta-se que a função desempenhada pelo FRS do Piqui da Rampa ultrapassa o simples ato da doação. A sua importância está relacionada com valores e princípios que são construídos ou realçados como a solidariedade, a reciprocidade, a autogestão e o trabalho coletivo.

No tocante aos desafios a serem superados pela Comunidade Piqui da Rampa, destacam-se a titulação das terras e as obras resultantes de políticas públicas não concluídas. A falta do título de propriedade contribui para que pessoas alheias ao Território Quilombola da Rampa ocupem e/ou provoquem danos aos recursos naturais existentes, considerando que não possuem o mesmo sentimento de pertencimento e conhecimento que os herdeiros das terras apresentam. Além disso, torna-se também um impeditivo para que os moradores tenham acesso a outras políticas públicas e financiamentos bancários, pois é exigido o referido documento.

Registra-se que o processo requerendo a titulação da área foi aberto em 2005 e desde então permanece no Setor de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência Regional do INCRA no Maranhão sem ter recebido nenhum tipo de encaminhamento. Vale lembrar que a titulação das terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos é um direito previsto na Constituição Federal de 1988 e regulamentado através do Decreto 4.887/2003. Este caso evidencia o quanto a questão quilombola não é tratada como prioridade pelo Estado brasileiro.

Quanto às obras não concluídas referentes aos projetos da Escola de Ensino Médio e da Barragem representam uma frustração para as famílias da comunidade, pois foram creditadas muitas esperanças nas mesmas. No caso da escola, a desesperança está relacionada com as dificuldades que as famílias têm de deslocarem os seus filhos para estudarem em outros lugares. Já a consolidação do

projeto da barragem permitiria o abastecimento de água para as áreas de cultivo, principalmente, no período de estiagem.

Portanto, a pesquisa permite comprovar a tese que o processo de etnodesenvolvimento da Comunidade Quilombola Piqui da Rampa se fortalece a partir da atuação da Associação Comunitária e das transformações resultantes do acesso e da execução de políticas públicas que contemplaram a comunidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2360>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1/ maio de 2004. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/102/86>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

_____. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

AGUM, Ricardo. RISCADO, Priscila. MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. In: **Revista Agenda Política**, v. 3. n.2 – julho/dezembro – 2015. São Carlos-SP. Disponível em: <<http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67/63>>. Acesso em: 23 set. 2017.

ALVISI, Camila Gabriele; BENITEZ, Luiz Bráulio Farias. Terras de quilombos: a discussão sobre a regularização da propriedade quilombola. In: **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 4, n.3, p. 136-163, 3º Trimestre de 2013. Disponível em: <<http://www.univali.br/ensino/graduacao/cejurps/cursos/direito/direito-itajai/publicacoes/revista-de-iniciacao-cientifica-ricc/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/885/camila-e-luiz.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A territorialidade dos quilombos no Brasil Contemporâneo: uma aproximação. In: **Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes**/Tatiana Dias Silva, Fernanda Lira Goes, organizadoras. Brasília: Ipea, 2013.

ARAÚJO, Edimilson Pereira de. FERREIRA, Maria D'alva Macedo. Avaliação de processos das políticas públicas e programas sociais. In: TEIXEIRA, Solange Maria; MACEDO, João Paulo Sales (Orgs.). **Políticas sociais na contemporaneidade: programas, serviços e trabalho profissional**. Teresina: EDUFPI, 2017. 380 p.

ARCANJO, Maria Antônia Silva de. OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. A Criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: Avanços e Retrocessos. **Perseu**. n. 13, Ano 11, 2017. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/T07Perseu13.ARCANJOOLIVEIRA.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

ASSEBURG, Hans Benno; GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária diante das Desigualdades. **Dados** - Revista de Ciências Sociais, vol. 50, núm. 3, 2007, pp. 499-533. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582007000300003&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ASSUNÇÃO, Matthias. Röhrig. Quilombos Maranhenses, In: Reis, João José; Gomes, Flávio dos Santos. (Orgs.). **Liberdade Por um Fio: História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras. 1996.

BACELAR, Tania. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. (Org.). **Políticas Públicas e Gestão**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução de Elcio Fernandes. 2. ed. – São Paulo: Unesp, 2011.

BARRETO, Simaia Santos. Os Fundos Rotativos Solidários no Brasil: uma perspectiva a partir do mapeamento dos fundos de 2011-2012. In: Mercado de Trabalho n. 60. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6602/1/bmt_60_completo.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**, Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril, 1985.

BONFIL BATALLA, Guillermo. El etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización. **América Latina: etnodesarrollo y etnocídio**. Ediciones FLASCO. San José, Costa Rica. 1982. Disponível em: <<https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/9985-opac>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

BRAGA, Ana Socorro Ramos (Coord.) **Tambores do Piqui, cartas de liberdade: memória e trajetória da comunidade Piqui da Rampa**. São Luís, 2007.

BRASIL. Decreto (2003). **Decreto Nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 23 jan. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. In: Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP. Texto para Discussão, n. 157. Dezembro de 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1973>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

_____. O processo histórico do desenvolvimento econômico, 2007. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.21.processohistoricododesenvolveconomico-agosto23.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.93, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n93/03.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BUARQUE, Sérgio. Reflexões e recomendações sobre estratégias de combate à pobreza. In: MIRANDA, Carlos; COSTA, Cristina (Orgs.). **Reflexões e recomendações sobre estratégias de combate à pobreza**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2006. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 4).

CARITAS BRASILEIRAS. **Sobrevivência e cidadania**: Avaliação qualitativa dos projetos alternativos da Cáritas Brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995. 235 p.

CARTA do II Seminário dos Fundos Solidários da Região Nordeste. **Fundos Solidários do Nordeste**: tecendo redes, entrelaçando vidas. Fortaleza, 2013. Disponível em: <<http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2013/05/CARTA-DOS-FUNDOS-SOLID%C3%81RIOS-1505.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

CHAGAS, Miriam de Fátima. A Política do Reconhecimento dos “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 209-235, julho de 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v7n15/v7n15a09.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

CHAMORRO, Pablo Palenzuela. Mitificación del desarrollo y mistificación de la cultura: el etnodesarrollo como alternativa. **Iconos** - Revista de Ciencias Sociales. n. 33, pp. 127-140. Quito, enero 2009. Disponível em: <<http://www.flacso.org.ec/docs/i33palenzuela.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Terras quilombolas tituladas no Maranhão**. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/terras/asp/uf_detalhes.aspx?UF=MA&terra=t>. Acesso em: 23 mai. 2018.

DEMATTEIS, Giuseppe. Sul crocevia della territorialità urbana. In: DEMATTEIS, G. *et al.* (Org.). **I futuri della città** – Tesi a confronto. Milano: Angeli, 1999. p.117-128. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4014205>>. Acesso: 28 abr. 2018.

_____. O território: uma oportunidade para repensar a Geografia. In: SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 07-12.

DYE, Thomas R. Understanding public policy. 11. Ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

_____. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2. Ed, 2010. p. 99-128.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, 2007, v.12, n. 23, p.100-122. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 5. ed., rev. e ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

FEITOSA, Antonio Cordeiro. TROVÃO, José Ribamar. **Atlas Escolar do Maranhão: Espaço Geohistórico e cultura**. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2006.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: J. P. Stédile (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Economia Solidária: outra economia a serviço da vida acontece**. 2010. Disponível em: <<http://www.numiecosol.ufscar.br/documentos/textos-economia-solidaria/cartilha-economia-solidaria-outra-economia-a-servico-da-vida-acontece/view>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas (PPP) / IPEA**. n. 21 (2000). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89> >. Acesso em: 10 jan. 2018.

FUINI, Lucas L. O território e suas variantes: uma incursão pela Geografia na Pós-modernidade. In: XV ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA (EGAL). Havana, Cuba, 6 al 10 de Abril de 2015. **Anais....**Universidade de Habana, p. 1-20, 2015. ISSN: 978.959.716.750-1. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Conceptuales/03.pdf>>. Acesso: 23 mai. 2018.

_____. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**. v. 21, n.1, p. 19-29, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/22589>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

Fundação Cultural Palmares - FCP. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=88>. Acesso em: 26 mar. 2018.

FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL (Org.). **Fundos Solidários**: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais. Mobilização em prol de uma política pública de apoio a Fundos Solidários. Caderno 1. Fortaleza: Fundação Grupo Esquel Brasil / BNB, 2007. Disponível em: <<http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2011/03/Caderno-1-FUNDOS-SOLID%C3%81RIOS-POR-UMA-POL%C3%8DTICA-DE-EMENCIPA%C3%87%C3%83O-PRODUTIVA-DOS-MOVIEMNTOS-SOCIAIS.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

_____. **Fundos Solidários**: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais. Mobilização em prol de uma política pública de apoio a Fundos Solidários. Caderno 2. Fortaleza: Fundação Grupo Esquel Brasil / BNB, 2008. Disponível em: <<http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2011/03/Caderno-2-FUNDOS-SOLID%C3%81RIOS-EXPERI%C3%8ANCIA-DE-FUNDOS-SOLD%C3%81RIOS.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

_____. **Fundos Solidários**: tecendo redes, entrelaçando vida. Maranhão, 2016.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **O Mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 8. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 202 p.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Clícia Adriana Abreu. Uma terra, um santo, uma herança. In: Ana Socorro Ramos Braga (Coord.). **Tambores do Piqui, Cartas de Liberdade**: memória e trajetória da comunidade Piqui da Rampa. São Luís, 2007, v. 1, p. 37-58.

GOMES, Mauro. SANTOS, Darcy José dos. JANSEN, Debora Campos. Mapa de uso do solo e cobertura vegetal da área 8 (Peruaçu–Montes Claros) do Projeto de Monitoramento e Avaliação de Impactos sobre o Patrimônio Espeleológico - 1ª Aproximação. **Revista Brasileira de Espeleologia**, v. 1, n. 3, 2013. Disponível em:<<http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/RBEsp/article/view/364>>. Acesso: 23 fev. 2019.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. A história dos fundos rotativos solidários no estado da Paraíba: A construção político-institucional de uma política pública. **Revista Gestão**

Pública: Práticas e Desafios. Recife, v. I, n. 1, fev. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaopublica/article/viewFile/1118/861>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. MELO, Victoria Puntriano Zuniga de. **Economia da dívida e os Fundos Rotativos Solidários:** reciprocidade e mercado em comunidades rurais no estado da Paraíba. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016. Disponível em: <<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press/index.php/press/catalog/book/170>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária.** Trad. Nicolas Nyimi Campanário. São Paulo: Editora Loyola. 2005.

GUSSI, Alcides. SANTOS FILHO, Claricio dos. ALMEIDA, Gláucia Furtado Brasil de. A experiência de fomento público a Fundos Rotativos Solidários no Nordeste: o caso da Rede Bodega. **Mercado de trabalho:** conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília: IPEA: MTE, 2012

HAESBAERT, Rogério. LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. etc, espaço, tempo e crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas.** 15 de Agosto de 2007, n. 2 (4), vol. 1. Disponível em: <<http://www.uff.br/etc>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial / Milton Santos... [et al.]. 3. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 416 p.

_____. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 396 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2. ed, 2010. p. 23-39.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedex.** Ano XXI, n. 55, nov./2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Normas de apresentação tabular.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - 3. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 1993.

_____. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira** (Manuais Técnicos em Geociências), n.1. 2. ed., IBGE. 2012.

_____. **Manual Técnico de Uso da Terra** (Manuais Técnicos em Geociências), n. 7. 3. ed., IBGE, 2013.

_____. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC. **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses**: microrregião geográfica do Itapecuru-Mirim. São Luís: IMESC, 2014. v. 4, 242 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/quilombola>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA / COORDENAÇÃO GERAL DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS - DFQ. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

JACCOUD, Luciana. SILVA, Adailton. ROSA, Waldemir. LUIZ, Cristiana. Entre o racismo e a desigualdade: da Constituição à promoção de uma política de igualdade racial (1988-2008). In: **Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, v. 3, n. 17 – Edição 20 Anos da Constituição Federal. Brasília: Ipea, 2009. p. 261-330.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LAPIERRE, Jean-William. Prefácio. In: **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth/ Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LEAL, Hermes, **Quilombo**: Uma aventura no Vão das almas. São Mercuryo, 1995.

LECHAT. Noëlle Marie Paule. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas** – Revista de Ciências Sociais. Ano 2, n.1, junho 2002. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/91>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 424, setembro-dezembro/2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300015/9189>>. Acesso em 05 jun. 2016.

LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia Ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. EDUSC, ANPOCS, 2006.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. **Comunidades tradicionais e neocomunidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

LIMA, Ismar Borges de. **Etnodesenvolvimento e gestão territorial: comunidades indígenas e quilombolas**. Curitiba, PR: CRV, 2014.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos Estudos- CEBRAP**, n. 87, Jul. 2010, São Paulo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a05n87.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2017.

LISBOA, Marijane. **Ética e cidadania planetárias na era tecnológica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 9-141.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Revista Tellus**, ano 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002. Campo Grande-MS. Disponível em: <<http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/view/23/32>> Acesso em: 22 out. 2018.

LOPES, Aline Caldeira. Tensões em torno do reconhecimento quilombola no estado do Rio de Janeiro. **Revista Convergência Crítica**, n. 4, 2014. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/convergenciacritica/article/view/1283/942>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

LOWI, Theodore J. **American Business**, Public Policy, Case-Studies, and Political Theory, World Politics, 1964.

LYNN, Laurence. E. GOULD, Stephanie G. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Califórnia: Goodyear. 1980.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. Superintendência de Planejamento e Gestão do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP). **Cartilha de Procedimentos**, São Luís, 2009.

_____. **Manual de Aplicação do Selo Quilombos do Maranhão**. Governo do Maranhão, 2018. Disponível em: <<http://seloquilombos.ma.gov.br/>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

MATOS, Richer de Andrade. ROVELLA, Syane Brandão Caribé. Do crescimento econômico ao Desenvolvimento Sustentável: conceitos em evolução. **Revista Eletrônica de Administração & Ciências Contábeis (Opet)**, v. 3, 2010. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-cc-adm/pdf/n3/pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

MEDEIROS, Monique. Etnodesenvolvimento e desenvolvimento local: contributos para um debate teórico. **Revista Ambiência**. Guarapuava (PR), v.7 n.1 p.165 - 177 Jan./Abr. 2011. Disponível em: <http://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/1097/1199>. Acesso em: 09 jun. 2016.

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MENEZES, Flávia Andresa Oliveira de. Na fé e na festa: religiosidade, festejos e tambores. In: Ana Socorro Ramos Braga (coord.). (Org.). **Tambores do Piqui, Cartas de Liberdade**: memória e trajetória da comunidade Piqui da Rampa. São Luís, 2007, v. 1, p. 37-58.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. **Manual Operativo**. MDS, Brasília, 2014a.

_____. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. **Quilombos do Brasil: Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios Titulados**. n. 20. MDS, Brasília, 2014b.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro ao longo do século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOURA, Clóvis. **Os Quilombos e a Rebelião Negra**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP. **Finanças Solidárias** (Cadernos de Finanças Solidárias). São Paulo – NESOL-USP, 2015. Disponível em: <http://centrodeestudoseassessoria.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Cadernos-Finan%C3%A7as-Solidarias-NESOL_USP.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. **Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**/Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-SE, NPPCS/UFS, n. 11 jul./dez., 2007. Disponível em: <<http://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/446/363>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

_____. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. **ARIÚS - Revista de Ciências Humanas e Artes**, v. 14, n. ½, p. 9-16, jan./dez. 2008. Centro de Humanidades/UFMG, Campina Grande, PB. Disponível em: <http://www.ch.ufcg.edu.br/arius/01_revistas/v14n1-2/01_arius_v14_n1-2_autora_convidada_terras_de_quilombo_no_brasil.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

_____. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno (Org.) *et al.* **Cadernos de debates Nova Cartografia Social**: Territórios quilombolas e Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus: UEA Edições, 2010.

_____. Etnicidade e Direitos Territoriais no Brasil Contemporâneo. **Revista Iberoamericana**, v. 11, n. 42 (2011). Disponível em: <<http://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/527>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

OLIVEIRA, Jucilene Belo de. Comunidades Remanescentes de Quilombo da Amazônia: o uso do território. In: VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6. 2012. **Anais.....** 18 a 21 de setembro de 2012, Belém - PA – Brasil. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT18-976-853-20120630201707>>.pdf. Acesso em: 10 jan. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração e plano de ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Durban, África do Sul, setembro de 2001. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/03/durban-2001.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. 5ª ed. Brasília: OIT, 2011.1v.

PADILHA, Lucia Mara de Lima. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Comunidades quilombolas brasileiras na perspectiva da História da Educação: estado da arte. In: XI JORNADA DO HISTEDBR, 11, 2013. **Anais....** Cascavel, PR, 23 a 25 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/simposio4.html>. Acesso em: 10 mar. 2016.

PALMEIRA, Francineide Santos. Reflexões sobre identidade étnica nos discursos da literatura Afro-Brasileira. **CONTRAPONTO: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Teresina, v. 2, n. 1, fev. 2015. Disponível em: <<http://ojs.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/3755/2166>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

PEDRINI, Dalila M.; OLIVEIRA, Adriana, L. de. A economia solidária como estratégia de desenvolvimento. **Revista Emancipação**. 7(1), p.111-133, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/89>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

PEREIRA, Naira Michelle Alves. SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Uma reflexão sobre políticas públicas: fundamentos de origem e percepções conceituais. **INTERFACE – Natal/RN – v.11 – n.1 – jan/jun 2014**. Disponível em: <<https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php?journal=interface&page=article&op=view&path%5B%5D=442>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

PIRES, Élson L. S. As lógicas espaciais e territoriais do desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos. In: MEDEIROS, Marta Inez Marques. FERNANDES, Bernardo Mancano. SUZUKI, Julio Cesar (orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PROGRAMA de desenvolvimento beneficiará quilombolas. **Observatório Quilombola**. 17 maio 2007. Disponível em: <http://koinonia.org.br/oq/2007/05/17/programa-de-desenvolvimento-beneficiara-quilombolas/>. Acesso 21 jan. 2019.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fundação João Pinheiro (FJP). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

_____. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/maranhao>. Acesso em: 06 jul. 2018.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2016.

POUTIGNAT, Philippe. STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. 2 ed., São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

_____. Produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M; GUTIERREZ, F. (Org.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1999.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. Reflexões sobre a construção da identidade negra num quilombo pelo viés da História Oral. IN: 27ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. 21 a 24 de novembro de 2004. Caxambu, MG. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt21/t216.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

RIBEIRO, Dinalva Donizete. DIAS, Mariza Souza. Políticas públicas para a agricultura familiar: o PAA e o PNPB. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 81-91, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/743>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 327p.

RODRIGUES, Vera. Programa Brasil quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de Quilombos. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 57, São Paulo: 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3258/2121>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

RODRÍGUEZ, Melania Portilla. **Gestão Social do Território**: Experiências no Estado do Maranhão (organizadores Carlos Miranda, Cristina Costa). Brasília: IICA, 2005. 178p.

RUTHERFORD, J. **Identity**: community, culture, difference. Londres: Lawrence and Wishart. 1990.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACK, Robert David. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. **Economia**. 12. ed. Lisboa: McGraw Hill, 1988.

SANTIAGO, Eduardo Girão. Movimentos Sociais da Economia Solidária na América Latina: Simbolismos de uma Luta Contra o Capitalismo Hegemônico. In: CARVALHO, Alba Marinho de; HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de. **Brasil e América Latina**: percursos e dilemas de uma integração.(Orgs.). Fortaleza: Edições UFC, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21286/3/2014_capliv_egsantiago.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANTOS FILHO, Clarício dos. MARQUES, Rosana. PAIVA, Victoria Régia Arrais de. PEREIRA, William Augusto. Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro: Uma Experiência de Finanças Solidárias com Recorte Racial em Fortaleza, Ceará. **Cadernos Gestão Social** – Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS & Rede de Pesquisadores em Gestão Social – RGS. v.3, n. 2, jul./ dez. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/viewArticle/291>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; Sposito, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

_____. Abordagens e Concepções de Território e Territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial do XIII Encontro de Geógrafos de América Latina (EGAL), 2011- Costa Rica, II Semestre 2011, pp. 1-16. Disponível em: <www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/download/3039/2907/>. Acesso em: 25 mai. 2018.

_____. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **RESGATE**, v. XIX, n. 21, jan./jun. 2011, p. 5-15. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/viewFile/8645701/13001>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

_____. Participação social em Território de Identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In: SILVA, Onildo Araújo da.; SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; COELHO NETO, Agripino Souza (Orgs.). **Identidade, território e resistência**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SAQUET, Marcos Aurelio. BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, v.1, 2009. Disponível em: <<http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/cpg31a-3.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2018.v

SARAVIA, Enrique. Introdução à Teoria da Política Pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

SCHMITT, Alessandra. TURATTI, Maria Cecília Manzoli. CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. Comunicação de Resultados de Pesquisa/Research Results. **Ambiente & Sociedade** - Ano V, n. 10 – 1º Semestre de 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

SEAGRO/NEPE. **Relatório de Atividades do PCPR – MA – 1998/2003**. São Luís, 2003. 97 p.

SEAGRO/NEPE. Manual Operacional do PRODIM-MA (2004-2008). São Luís, 2004.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - SEPPIR. **Programa Brasil Quilombola: Comunidades Quilombolas Brasileiras/ Regularização Fundiária e Políticas Públicas**. Brasília: SEPPIR, 2008. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/dilma-van-rousseff/publicacoes/orgao-essenciais/secretaria-de-politicas-de-promocao-de-igualdade-racial/programa-brasil-quilombola/view>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

_____. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas - Programa Brasil Quilombola**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SILVA, Dimas Salustiano. Constituição e diferença étnica: o problema jurídico das comunidades negras remanescentes de quilombos no Brasil. **Boletim Informativo NUER (Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas)/Fundação Cultural Palmares** - v. 1, n. 1, p. 51-64; Florianópolis: UFSC, 1997. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126161/Regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Terra%20de%20Negros%20no%20Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

SILVA, Egnaldo Rocha da. SILVA, Eduardo Pereira. Memória e a construção social da identidade dos remanescentes quilombolas. **Revista África e Africanidades** - Ano III - n. 12 – Fev. 2011. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/12022011_16.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

SILVA, R. E.; CARVALHO, K. D. Turismo Étnico em comunidades quilombolas: perspectiva para o etnodesenvolvimento em Filipa (Maranhão, Brasil). **Revista Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 3, n. 2, outubro de 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/19631>>. Acesso em: 16 FEV. 2019.

SILVA, Simone Rezende da. NASCIMENTO, Lisangela Kati do. Negros e territórios quilombolas no Brasil. **Cadernos Cedem**, v. 3 n. 1 (2012). Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/2339>. Acesso em: 29 set. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Valdir Pierote. Resistência e diversidade: narrativas culturais de uma comunidade quilombola. **Cadernos de Terapia Ocupacional**. UFSCar, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 69-76, 2016. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/File/1269/686>>. Acesso em 14 jun. 2016.

SILVA, Sandro Pereira. A política de Economia Solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma (Texto para discussão). Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34427&Itemid=433>. Acesso em: 22 mar. 2019.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. Por um sistema financeiro social. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jul. 2007. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br//leitor.do?anchor=5226026&pd=506aa72cd1dca266fb6c3203175bcc49>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

_____. Prefácio. In: GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

SINGER, Paul; SILVA, Roberto Marinho A. da; SCHIOCHET, Valmor. Economia solidária e os desafios Da superação da pobreza extrema no plano Brasil sem miséria. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da (Orgs.). **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014.

SOUZA, Marcelo José Lopes. Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 5. ed. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

_____. “Território” da Divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

SOUZA, Amarildo Carvalho de. **A luta pela garantia dos direitos quilombolas e as políticas públicas de ação afirmativa: Limites e Desafios**. Brasília, 2010.

SOUZA, Andreliza Cristina de. BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. **Avaliação de Políticas Públicas: Fundamentos para o estudo da política de cotas da UEPG**. Seminário de Pesquisa do PPE. Universidade Estadual de Maringá, 26 e 27/05/2011. Disponível em: <<http://www3.uepg.br/geppea/wp-content/uploads/sites/10/2014/06/Andreliza-3.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de.; BUAINAIN, Antônio Márcio; SILVEIRA, José Maria Jardim da. Os impactos socioeconômicos imediatos do programa de combate à pobreza. In: MIRANDA, Carlos; COSTA, Cristina (Orgs.). **Reflexões e recomendações sobre estratégias de combate à pobreza**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2006. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 4).

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, DAN/UNB, Brasília. v. 9, n. 1, 1985. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1984/anuario84_rodolfostavenhagen.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

TADDEI, Anna. **Empréstimo Pessoal: Os Direitos do Consumidor**. Recife: Editora Nossa Livraria, 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Salvador: AATR; 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

TEIXEIRA, Tadeu Gomes; SAMPAIO, Camila Alves Machado. Análise Orçamentária do Programa Brasil Quilombola no Brasil e no Maranhão: o ocaso de uma política pública. **Revista de Administração Pública**. FGV, 2018. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/75303/72098>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

THOMPSON, P. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação**. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.

TUDE, João Martins. Conceitos Gerais de Políticas Públicas. In: TUDE, João Martins; FERRO, Daniel; SANTANA, Fabio Pablo (Org.). **Políticas Públicas**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2010. 144 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA). Laboratório de Geoprocessamento (LABGEO). **Atlas do Maranhão**, 2. ed. São Luís: Geplan, 2002.

VIEIRA, Flávio Lúcio Rodrigues. O Banco Mundial e o combate à pobreza no Nordeste: o caso da Paraíba. Caderno CRH, v. 21, n. 52, janeiro/abril, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000100009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 31 jul. 2018.

VIEIRA, Sonia. **Como escrever uma tese**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WEBER, Max. “Relações Comunitárias Étnicas”. **Economia e Sociedade**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1991.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da ‘economia solidária’. **Revista Katálysis**. Florianópolis v. 11, n. 1, p. 105-115, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/10.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2018.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro de História Oral

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação
Núcleo de Referências em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do
Nordeste (TROPEN)
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)
Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA)

Pesquisador(es): Jaíra Maria Alcobaça Gomes; José Edilson do Nascimento

PESQUISA DE CAMPO

Roteiro da história oral

1. Qual a história de ocupação das terras do Piqui da Rampa?
2. Fale sobre os primeiros moradores que deram origem as famílias da comunidade.
3. A quem pertencia as terras do Piqui da Rampa?
4. Porque as terras foram deixadas como herança para os moradores (negros) do Piqui da Rampa?
5. Quais mudanças ocorreram no modo de vida da comunidade?
6. O que mudou na organização comunitária?
7. Como a terra era cultivada para a produção agrícola?
8. Você percebe mudanças na forma de produção agrícola quando comparado com o passado?
9. No passado, os moradores recebiam alguma ajuda do governo (Estado) para produzir na comunidade?
10. Quais alterações podem ser percebidas na natureza (recursos naturais) em relação ao passado da comunidade Piqui da Rampa?

APÊNDICE B: Roteiro de entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação
Núcleo de Referências em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do
Nordeste (TROPEN)
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)
Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA)

Pesquisador(es): Jaíra Maria Alcobaça Gomes; José Edilson do Nascimento

PESQUISA DE CAMPO

Roteiro de entrevista

1. O que motivou a criação da Associação comunitária do Piqui da Rampa?
2. Todos os moradores/associados participam das reuniões, assim como das decisões tomadas pela Associação comunitária do Piqui da Rampa?
3. Quais as dificuldades enfrentadas pela Associação do Piqui da Rampa para inserir os moradores nas políticas públicas que contemplaram a comunidade?
4. Quais as principais conquistas da comunidade a partir da atuação da Associação comunitária do Piqui da Rampa?
5. Considerando as políticas públicas que beneficiaram o Piqui da Rampa, quais podem ser consideradas de caráter produtivas?
6. Quais políticas públicas efetivamente contribuíram para o aumento da produção agrícola da comunidade?
7. Caso alguma política pública produtiva não tenha conseguido êxito na comunidade, a que se pode atribuir tal insucesso?

8. Qual a importância das políticas públicas, de caráter produtivo, para a organização socioeconômica e política da Comunidade quilombola Piqui da Rampa?
9. Como ocorre o planejamento e a execução das atividades desenvolvidas coletivamente?
10. Qual a estratégia adotada para dividir o resultado da produção coletiva entre os sócios da associação?
11. Explique o que é e como funciona o Fundo Rotativo (conta comunitária)?
12. O que mudou no Piqui da Rampa desde a criação da Associação de moradores?
13. Como são tratadas as questões relacionadas ao meio ambiente?
14. Quais as estratégias adotadas pela Associação comunitária do Piqui da Rampa para conservar os recursos naturais?

APÊNDICE C: Formulário de Pesquisa de Campo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação
Núcleo de Referências em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste
(TROPEN)
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)
Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA)

Pesquisador(es): Jaíra Maria Alcobaça Gomes; José Edilson do Nascimento

PESQUISA DE CAMPO

Formulário Nº _____

Data: ____/____/____

1. PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MORADOR	
1.1. Qual a sua idade? <input type="checkbox"/> Até 18 anos <input type="checkbox"/> De 19 a 30 anos <input type="checkbox"/> De 31 a 50 anos <input type="checkbox"/> De 51 a 60 anos <input type="checkbox"/> Mais de 60 anos	1.2. Qual o seu gênero? <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outro _____ _____
1.3. Qual a sua cor/raça? <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Sem declaração	1.4. Qual sua origem? <input type="checkbox"/> Própria Comunidade <input type="checkbox"/> Outra Comunidade de Vargem Grande <input type="checkbox"/> Zona urbana de Vargem Grande <input type="checkbox"/> Outro município
1.5. Quanto tempo mora na comunidade Piqui da Rampa? <input type="checkbox"/> Até 5 anos <input type="checkbox"/> De 6 a 10 anos <input type="checkbox"/> De 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> Mais de 15 anos	
1.6. ESCOLARIDADE	
1.6.1. O(A) Sr(a) frequenta escola? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	1.6.2. Qual a sua escolaridade? <input type="checkbox"/> Não alfabetizado <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo

1.7. SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	
1.7.1. Qual o número de pessoas na sua família? <input type="checkbox"/> Até 3 pessoas <input type="checkbox"/> De 4 a 5 pessoas <input type="checkbox"/> De 6 a 8 pessoas <input type="checkbox"/> Mais de 8 pessoas	1.7.2. Qual a situação do domicílio? <input type="checkbox"/> Casa própria <input type="checkbox"/> Casa alugada <input type="checkbox"/> Casa cedida pela Associação <input type="checkbox"/> Casa de parentes <input type="checkbox"/> Casa própria, terreno cedido <input type="checkbox"/> Outra
1.7.3. Na sua moradia tem: <input type="checkbox"/> Água encanada <input type="checkbox"/> Sistema de esgoto <input type="checkbox"/> Calçamento <input type="checkbox"/> Fossas sépticas <input type="checkbox"/> Telefone <input type="checkbox"/> Luz elétrica <input type="checkbox"/> Nenhuma dos serviços citados.	1.7.4. Qual a forma de iluminação na sua moradia? <input type="checkbox"/> Gerador <input type="checkbox"/> Elétrica <input type="checkbox"/> Lamparina/Querosene <input type="checkbox"/> Gás de botijão <input type="checkbox"/> Outro
1.7.5. Qual o tratamento dado à água na sua moradia? <input type="checkbox"/> Nenhum <input type="checkbox"/> Filtrada <input type="checkbox"/> Fervida <input type="checkbox"/> Clorada <input type="checkbox"/> Coada <input type="checkbox"/> Outro	1.7.6. Qual o destino dado ao seu lixo domiciliar? <input type="checkbox"/> Coletado diretamente <input type="checkbox"/> Enterrado <input type="checkbox"/> Queimado <input type="checkbox"/> Jogado em terreno baldio/no mato <input type="checkbox"/> Jogado em rio ou lago <input type="checkbox"/> Outro
2. ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA	
2.1. Você é membro da Associação Comunitária do Piqui da Rampa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	2.3. Faz ou já fez parte da direção da Associação Comunitária do Piqui da Rampa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
2.2. Caso negativo, Por quê? <input type="checkbox"/> Nunca teve interesse <input type="checkbox"/> Não foi convidado <input type="checkbox"/> Fazia parte e me desliguei <input type="checkbox"/> Outros	
2.4. Participa com frequência das reuniões da Associação Comunitária do Piqui da Rampa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	2.5. Como você avalia o trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária do Piqui da Rampa? <input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssimo
2.6. Conhece o Fundo Rotativo (conta comunitária) da Associação Comunitária do Piqui da Rampa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	2.7. Já solicitou ajuda financeira ao Fundo Rotativo (conta comunitária)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

<p>2.8. O valor solicitado foi para suprir qual necessidade?</p> <p><input type="checkbox"/> Saúde</p> <p><input type="checkbox"/> Educação</p> <p><input type="checkbox"/> Viagem</p> <p><input type="checkbox"/> Moradia</p> <p><input type="checkbox"/> Outra</p>	<p>2.9. Conseguiu devolver o valor solicitado junto ao Fundo Comunitário?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>3. POLÍTICAS PÚBLICAS</p>	
<p>3.1. Você já foi contemplado por alguma política pública?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>	<p>3.2. Das políticas públicas listadas abaixo, qual(ais) beneficiou(aram) diretamente a sua família e a Comunidade Piqui da Rampa?</p> <p><input type="checkbox"/> Programa Brasil Quilombola</p> <p><input type="checkbox"/> Bolsa Família</p> <p><input type="checkbox"/> Construção de moradias</p> <p><input type="checkbox"/> Construção de hortas</p> <p><input type="checkbox"/> Centro de inclusão digital</p> <p><input type="checkbox"/> Projeto de irrigação</p> <p><input type="checkbox"/> Aquisição de equipamentos produtivos</p> <p><input type="checkbox"/> Banco de sementes crioulas</p> <p><input type="checkbox"/> Casa de farinha</p> <p><input type="checkbox"/> Poço artesiano</p> <p><input type="checkbox"/> Construção de barragem</p> <p><input type="checkbox"/> Melhorias nas vias de acesso</p> <p><input type="checkbox"/> Energia elétrica</p> <p><input type="checkbox"/> Programa de aquisição de alimentos</p> <p><input type="checkbox"/> Programa nacional de alimentação escolar</p> <p><input type="checkbox"/> Outras</p>
<p>3.3. O que possibilita a Comunidade Piqui da Rampa ser beneficiada por diversas políticas públicas?</p> <p><input type="checkbox"/> Organização da Associação</p> <p><input type="checkbox"/> Intermédio de políticos locais</p> <p><input type="checkbox"/> Nível de carência dos moradores</p> <p><input type="checkbox"/> Por beneficiarem todas as comunidades</p> <p><input type="checkbox"/> Outros</p>	<p>3.4. As políticas públicas contempladas pela Comunidade Piqui da Rampa foram totalmente executadas?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p>3.5. Caso negativo, cite a(s) que não foi(ram) executada(s)?</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>3.6. Qual a dificuldade para que as políticas públicas sejam completamente executadas?</p> <p><input type="checkbox"/> Recursos financeiros</p> <p><input type="checkbox"/> Fiscalização</p>	<p>3.7. Ganhos para a Comunidade Piqui da Rampa a partir da introdução de políticas públicas de cunho produtivo?</p> <p><input type="checkbox"/> Trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> Renda</p>

<input type="checkbox"/> Assistência técnica <input type="checkbox"/> Mão de obra qualificada <input type="checkbox"/> Conhecimento dos moradores <input type="checkbox"/> Dificuldade do trabalho coletivo <input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Aquisição de equipamentos <input type="checkbox"/> Novas culturas <input type="checkbox"/> Técnicas agrícolas <input type="checkbox"/> Outros
<p>3.8. As políticas públicas executadas na Comunidade Piqui da Rampa promoveram alterações nas suas características tradicionais de organização e desenvolvimento?</p> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<p>3.9. Aponte uma mudança no seu modo de organização e desenvolvimento mediante a influência de políticas públicas.</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>4. PRODUÇÃO E RENDA</p>	
<p>4.1. Qual a sua ocupação?</p> <input type="checkbox"/> Agricultor/lavrador <input type="checkbox"/> Pecuarista <input type="checkbox"/> Extrativista <input type="checkbox"/> Artesão <input type="checkbox"/> Comerciante <input type="checkbox"/> Professor <input type="checkbox"/> Funcionário público <input type="checkbox"/> Outra	<p>4.2. Quantos dias da semana são ocupados pela(s) atividade(s)?</p> <input type="checkbox"/> Até 2 dias <input type="checkbox"/> De 3 a 4 dias <input type="checkbox"/> De 5 a 6 dias <input type="checkbox"/> 7 dias
<p>4.3. Do total de dias trabalhados por semana, quantos são em favor da Associação comunitária do Piqui da Rampa?</p> <input type="checkbox"/> Até 2 dias <input type="checkbox"/> De 3 a 4 dias <input type="checkbox"/> De 5 a 6 dias <input type="checkbox"/> 7 dias	<p>4.4. Qual o número de horas por dia é dispensado à atividade?</p> <input type="checkbox"/> Até 4 horas <input type="checkbox"/> De 6 a 8 horas <input type="checkbox"/> De 9 a 10 horas <input type="checkbox"/> De 11 a 12 horas <input type="checkbox"/> Mais 12 horas
<p>4.5. Quais os principais problemas enfrentados durante a produção?</p> <input type="checkbox"/> Assistência Técnica <input type="checkbox"/> Qualidade da terra <input type="checkbox"/> Falta de Sementes <input type="checkbox"/> Abastecimento de água <input type="checkbox"/> Fonte de energia <input type="checkbox"/> Mão de obra qualificada <input type="checkbox"/> Organização/Associação <input type="checkbox"/> Outros	<p>4.6. A produção tem como destino?</p> <input type="checkbox"/> Subsistência <input type="checkbox"/> Associação comunitária do Piqui da Rampa <input type="checkbox"/> Outras comunidades <input type="checkbox"/> Feiras e mercados de Vargem Grande <input type="checkbox"/> Municípios vizinhos <input type="checkbox"/> Outros
<p>4.7. Dificuldades para a comercialização da produção:</p> <input type="checkbox"/> Escoamento da produção (estradas e transportes) <input type="checkbox"/> Preço baixo <input type="checkbox"/> Falta de Incentivos do Estado <input type="checkbox"/> Falta de comprador	<p>4.8. Qual a principal fonte de renda da família?</p> <input type="checkbox"/> Ocupação (de acordo com o item 4.1) <input type="checkbox"/> Trabalhos prestados para a Associação comunitária do Piqui da Rampa

<input type="checkbox"/> Qualidade do produto <input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Previdência social (aposentadoria / pensão) <input type="checkbox"/> Bolsa Família <input type="checkbox"/> Outros
4.9. Qual o valor da renda mensal adquirida pelos dias e/ou horas trabalhados a favor da Associação comunitária do Piqui da Rampa? <input type="checkbox"/> Até R\$ 468,50 <input type="checkbox"/> Entre R\$ 468,50 e 937,00 <input type="checkbox"/> Entre R\$ 937,00 e 1.874,00 <input type="checkbox"/> Entre R\$ 1.874,00 e 3.748,00 <input type="checkbox"/> Mais de R\$ 3.748,00	4.10. Qual o valor de sua renda? <input type="checkbox"/> Até R\$ 468,50 <input type="checkbox"/> Entre R\$ 468,50 e 937,00 <input type="checkbox"/> Entre R\$ 937,00 e 1.874,00 <input type="checkbox"/> Entre R\$ 1.874,00 e 3.748,00 <input type="checkbox"/> Mais de R\$ 3.748,00 4.11. Qual a renda familiar mensal? <input type="checkbox"/> Até R\$ 468,50 <input type="checkbox"/> Entre R\$ 468,50 e 937,00 <input type="checkbox"/> Entre R\$ 937,00 e 1.874,00 <input type="checkbox"/> Entre R\$ 1.874,00 e 3.748,00 <input type="checkbox"/> Mais de R\$ 3.748,00
5. MEIO AMBIENTE	
5.1. Há preocupação com a manutenção da vegetação nativa e dos corpos d'águas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	5.2. São adotadas quais técnicas e/ou práticas agrícolas? <input type="checkbox"/> Desmatamento <input type="checkbox"/> Arado <input type="checkbox"/> Rotação de culturas <input type="checkbox"/> Plantio direto <input type="checkbox"/> Roça itinerante <input type="checkbox"/> Queimadas <input type="checkbox"/> Uso de Fertilizantes <input type="checkbox"/> Uso de Defensivos <input type="checkbox"/> Natural <input type="checkbox"/> Químico <input type="checkbox"/> Outros
5.3. As áreas de cultivo são periodicamente transferidas de lugares? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	5.4. Qual a periodicidade para que ocorra a mudança da área de cultivo? <input type="checkbox"/> Máximo 3 anos <input type="checkbox"/> Entre 4 e 5 anos <input type="checkbox"/> Entre 6 e 7 anos <input type="checkbox"/> Mais de 8 anos
5.5. A partir das políticas públicas a sua relação com o meio ambiente passou a favorecer a conservação dos recursos naturais? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	5.7. Estratégia(s) adotada(s) que contribui(em) para a conservação dos recursos naturais? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
5.6. Caso afirmativo, o que mudou na sua relação com o meio ambiente? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>